

UNIVERSIDADE DE TAUBATÉ
Mônica Maria Costa Morais Pereira

**RESILIÊNCIA E FAMÍLIA:
UMA ANÁLISE DOS LAÇOS CONJUGAIS AO LONGO
DO CICLO VITAL**

Taubaté – SP
2014

Mônica Maria Costa Morais Pereira

**Resiliência e família:
uma análise dos laços conjugais ao longo do ciclo
vital**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais da Universidade de Taubaté, como exigência para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão.

**Taubaté – SP
2014**

MÔNICA MARIA COSTA MORAIS PERREIRA

**RESILIÊNCIA E FAMÍLIA:
UMA ANÁLISE DOS LAÇOS CONJUGAIS AO LONGO DO CICLO VITAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Humano: Formação, Políticas e Práticas Sociais, da Universidade de Taubaté, como exigência para obtenção do título de Mestre, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a. Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão.

Data: _____

Resultado: _____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. _____ Universidade de Taubaté

Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Universidade _____

Assinatura _____

Prof. Dr. _____ Universidade _____

Assinatura _____

Qualquer traumatismo nos transtorna e nos desvia para a tragédia. Mas a representação do acontecimento nos dá a possibilidade de fazer dele o eixo de nossa história, uma espécie de estrela do pastor escura que nos indica a direção [...] A ferida é, evidentemente, real, mas seu destino não é independente de nossa vontade porque é possível fazer algo com ele (CYRULNIK,2005, p. 16).

AGRADECIMENTOS

À Professora Doutora Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão, minha orientadora, pelo carinho com que encaminhou suas pontuações e observações sempre tão precisas e esclarecedoras, sempre encontrando um “tempinho” para mim em meio a suas múltiplas tarefas.

À Professora Doutora Marilza Terezinha Soares de Souza, pela ajuda no momento da escolha do tema a ser pesquisado, acendendo luzes onde os desejos eram muitos, auxiliando nas escolhas feitas.

À Professora Doutora Edna Maria Querido de Oliveira Chamon, Coordenadora do Mestrado em Desenvolvimento Humano, pela coragem e dedicação empreendidos para que este mestrado existisse, permitindo, assim, a realização de um antigo sonho. Agradeço ainda pelo incentivo constante: - Vamos publicar, gente!

À Professora Doutora Ceneide Maria de Oliveira Cerveny, que, tão prontamente, aceitou participar desta banca, e, com sua presença, alegrou-nos além de que suas contribuições em muito enriqueceram este trabalho.

A todos os professores do Mestrado em Desenvolvimento Humano, pela dedicação e incentivos constantes.

À Larissa da Silva Cardoso, pela constante dedicação e paciência, auxiliando prontamente sempre que precisava tratar de questões de informática.

Às amigas Rosana e Rita, pela força, alegria e angústias divididas durante nosso percurso, sempre confidentes em comum nesta caminhada de dois anos.

Às minhas filhas, Raissa e Kiara, amores eternos, pela alegria que trazem diariamente à minha vida com suas existências e pelo tempo que abdicamos desta convivência para realizar este projeto.

Ao meu marido Ernani, por me dividir com mais uma atividade diária diante de tantas já vivenciadas em nossa conjugalidade.

À minha sogra Cleuza que, com carinho, cuidou de minha filha, permitindo minha presença às aulas noturnas.

À minhas irmãs Lêda e Rosalba e às sobrinhas, tias e primas pelo incentivo e carinho constante.

A meus pais, José e Isabel (*in memoriam*), pela vida e pelo cuidado para comigo e pelo exemplo de preocupação com o social. Agradeço, em especial, à minha mãe por ter sido um exemplo de resiliência diante da vida, fornecendo-me valores e crenças que muito me auxiliam na conquista de meus objetivos.

Enfim, a Deus, que me concedeu o dom da vida e tem me concedido saúde e prosperidade.

RESUMO

Este estudo investiga o constructo psicológico da resiliência nos laços da conjugalidade, focalizando as formas de superação de casais frente aos desafios ao longo do ciclo vital; os fatores de proteção e riscos vivenciados por eles nas fases do ciclo vital da família denominadas de aquisição, adolescente, madura e última, articulando as estratégias de enfrentamento promotoras de resiliência nos casais, as questões da conjugalidade, família e desenvolvimento humano. Trata-se de uma pesquisa qualitativa realizada com oito casais, sendo dois representantes de cada fase do ciclo vital. A coleta de dados foi feita por meio da entrevista semiestruturada e sua análise a partir da análise de conteúdo de Bardin, à luz da teoria bioecológica do desenvolvimento humano, do constructo resiliência e teoria sistêmica da família. Os resultados indicam que os fatores de riscos comuns aos casais ao longo da conjugalidade foram: dificuldades de adaptação frente as mudanças da vida, como dificuldades financeiras e seus desdobramentos.. Os fatores de proteção que atuaram na superação destes desafios foram: amor e união entre o casal, modelo das famílias de origem e a espiritualidade enquanto crença. Entre as estratégias de enfrentamento disponíveis nos vários contextos nos quais os casais interagem destacaram-se: o apoio e modelos das famílias de origem/colateral e descendente e o diálogo e a participação em grupos religiosos/sociais contribuindo na dinâmica da conjugalidade e no desenvolvimento de atitudes resilientes nos casais. Constatou-se que o processo de resiliência foi fruto das estratégias de enfrentamento utilizadas pelos casais, resultando em seu fortalecimento e amadurecimento.

Palavras-chave: Conjugalidade. Resiliência. Família. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

This study investigates the psychological construct of resilience in the bonds of conjugality, focusing on the ways of overcoming the challenges couples along the life cycle; the who acted as protection and risks experienced by them in the phases of the life cycle of the family called acquisition, teen, mature and last. Aimed to identify coping strategies that promote resilience in couples, articulating them to the issues of conjugality, family and human development. It is a qualitative research conducted with eight couples, and two representatives from each phase of conjugality, each of them addressed only once. For the collection of data using the semi-structured interview. Data analysis was made from the analysis of content of Bardin, discussed in the light of the bioecological theory of human development, the systemic theory of resiliency and construct family. The results indicate that the risks that were common for couples throughout conjugality were: difficulties of adaptation front changes of life followed by the financial difficulties and their unfoldings in conjugality. The categories of protection used for overcoming these challenges were: love and the couple's union, model of the families of origin and spirituality as a belief. The highlights, in this research, as coping strategies that if sued involving the risk categories and protection available in the various contexts in which couples interact: the support and models of collateral sourceand descendant families, dialogue and participation in social and religious groups contributing to the dynamics of conjugality and developing resilient attitudes on couples. It is believed that the results portray the issues experienced by couples and their confrontation in overcoming the challenges and their repercussions on the family structure.

KEYWORDS: Conjugality. Family. Resilience. Human Development.

LISTA DE FIGURAS

Quadro1 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase de Aquisição	74
Quadro2 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Adolescente	106
Quadro3 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Madura.....	130
Quadro4 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Última.....	149
Tabela 5. Categorias dos fatores de proteção que se mantiveram ao longo do ciclo vital..	170
Tabela 6. Estratégias de Enfrentamento que se mantiveram ao longo do ciclo vital	171
Tabela 7. Desafios presentes nas fases do ciclo vital	171
Figura 1. Distribuição da população em termos de separação e divórcios em relação ao número de casamentos, por cidade, estado e país.....	202
Figura 2. Subcategorias de proteção prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento ..	203
Figura 3. Subcategorias de riscos prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento	204
Figura 4 Estratégias de enfrentamento nas fases do ciclo vital do casamento.....	205

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
1.1 PROBLEMA	18
1.2 OBJETIVOS	18
1.2.1 OBJETIVO GERAL.....	18
1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	19
1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO/JUSTIFICATIVA.....	20
1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO	21
2 REVISÃO DA LITERATURA	23
2.1 RESILIÊNCIA.....	23
2.2 FAMÍLIA	35
2.2.1 A família antiga	38
2.2.2 A família do Direito.....	38
2.2.3 A família hoje	39
2.3 CICLO VITAL DA FAMÍLIA	46
2.4 CONJUGALIDADE.....	51
2.5 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	58
3 PROPOSIÇÃO.....	63
4 MÉTODO	64
4.1 POPULAÇÃO	65
4.2 LOCAL	65
4.3 INSTRUMENTOS	66
4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS	66
4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS	68
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	71
5.1 FASE DE AQUISIÇÃO	72
5.1.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE.....	76

5.1.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	89
5.1.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	95
5.2 FASE ADOLESCENTE.....	104
5.2.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE.....	108
5.2.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	116
5.2.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	123
5.3 FASE MADURA.....	128
5.3.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE.....	132
5.3.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	138
5.3.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	141
5.4 FASE ÚLTIMA	146
5.4.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE.....	151
5.4.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	156
5.4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	164
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	172
ANEXO I – Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa	198
ANEXO II – Aprovação da alteração do título da Dissertação pelo Comitê de Ética e Pesquisa.....	199
ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido	200
APÊNDICES	201
APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista.....	201
APÊNDICE II – Distribuição da população brasileira por estado civil	201
APÊNDICE III – Subcategorias de proteção prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento	203
APÊNDICE V – Estratégias de enfrentamento nas fases do ciclo vital do casamento	205

1 INTRODUÇÃO

Muitos são os desafios pelos quais passam os casais em suas conjugalidades, e as consequências desses desafios ,geralmente, recaem sobre a família. Buscar o entendimento sobre esta questão e a compreensão de seus modos de superação faz-se necessário, considerando a conjugalidade como base do desenvolvimento humano. .

Conhecer os processos de resiliência utilizados pelos casais ao longo da relação conjugal e consequências desses processos para a família e para seu desenvolvimento humano foi o objetivo central desta pesquisa. A escuta das experiências de casais, realizada pela autora desta pesquisa na sua prática clínica em Psicologia, favoreceu a percepção sobre o potencial das variáveis dos contextos, o processo e o tempo nos quais estão inseridos e como interagem entre si, como produtores do desenvolvimento humano, influenciando e sendo influenciados pela vivência da conjugalidade, impactando, muitas vezes,na vida familiar.

Os conceitos adotados como base para a compreensão deste fenômeno são:conjugalidade, resiliência, família e desenvolvimento humano. A resiliência, enquanto um termo “adaptado ao campo das ciências da saúde, foi relacionado à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade” (CERVENY, 2006, p.1),e a conjugalidade¹ como “[...] a ideia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas” (DIHEL, 2002, p.138). A família é uma sociedade natural formada por indivíduos, unidos por laço de sangue e/ou de afinidade (DINIZ, 2008). Para a compreensão dos movimentos de superação utilizados por casais, o constructo de resiliência psicológica se mostra importante.

O desenvolvimento humano assume aqui o caráter de “um conjunto de processos por meio dos quais as propriedades do indivíduo e do ambiente interagem

¹ Nesta pesquisa, o uso do termo conjugalidade está muitas vezes representado pelo termo casamento.

e produzem continuidades e mudanças nas características da pessoa e no seu curso de vida” (BRONFENBRENNER, 1992, p. 191).

Em relação à resiliência da família, Souza e Cerveny (2006, p. 119), após alguns estudos, afirmam tratar-se de

[...] um processo de adaptação aos eventos estressores que ultrapassa o simples ajustamento, pois envolve a mudança de crenças e de visão do mundo. Enfatizaram que este processo passa pelos recursos internos da família e os externos da comunidade, levando-se em conta ainda o fator espiritual.

Inicialmente, a resiliência foi considerada uma característica inata que acompanhava a pessoa por toda sua vida, sem nunca sofrer alterações. Depois, sob a influência da teoria cognitivo-comportamental, o conceito adquiriu o foco de aprendizagem social, pois se aprendia a ser resiliente e, finalmente, sob uma terceira perspectiva, a interacionista, a resiliência advém da conjugação de muitos elementos que oscilam em determinados momentos da vida (BARLACH, 2005).

O que é fundamental na percepção da evolução do conceito de resiliência é o fato de não ser considerada um atributo do nível intrapsíquico exclusivo da pessoa, mas que se relaciona com diversas redes de apoio, como a família, os amigos, a religião, passando a ter um caráter sistêmico e relacional.

O tema resiliência apresenta vasta amplitude, sendo possível referenciá-lo a partir de muitas perspectivas, como nos explica Barros (1997), que se dedicou ao estudo sobre mídia, cultura e resiliência, investigando o impacto dos meios de comunicação de massa na mudança de valores da sociedade contemporânea.

A trajetória das pesquisas sobre a resiliência seguiu os mesmos eixos do desenvolvimento humano: no sentido vertical, a orientação indivíduo/mundo externo; e, no sentido transversal, a criança, o adolescente e o adulto e, por último, o idoso. Da mesma forma, a definição do conceito evoluiu do indivíduo (traços de personalidade) para a família (construção relacional) e, depois, para as redes sociais mais amplas (visão ecológica) (ALVAREZ, 1999). Por sua vez, entende-se o desenvolvimento como um processo contínuo que se estende para muito além dos primeiros anos, e que resulta de todas as experiências vividas, por exemplo, pelo

casal e que compõem sua dinâmica conjugal, inclusive o entendimento de toda a trama social, política e cultural na qual o casal está inserido, como Bronfenbrenner (1996, p. 30) evidencia:

Os meios ambientes humanos e, ainda mais, as capacidades dos seres humanos de se adaptarem a, e reestruturarem, esses meios ambientes, são tão complexos e, sua organização básica que provavelmente não serão capturados através de modelos de pesquisa simplistas, unidimensionais, que não incluem a avaliação da estrutura e variação ecológica.

A resiliência é um conceito que tem sido explorado e aplicado nas mais diversas áreas que envolvem o ser humano, seu ambiente de relacionamento e, de acordo com o momento histórico, a necessidade e o interesse de quem estuda e pesquisa o assunto.

Nesse sentido, Souza e Cerveny (2006) apontam algumas linhas de estudos qualitativos e quantitativos que tomam a resiliência como objeto de estudos, sintetizados em: verificação e compreensão de características pessoais e processos de superação e enfrentamento; construção de instrumentos e metodologias para a avaliação da resiliência; compreensão dos significados atribuídos à resiliência e aos projetos de intervenção visando desenvolver ou fortalecer a resiliência.

Paradigmas, valores e crenças sobre a conjugalidade, considerados imutáveis e universais, vêm sendo cada vez mais questionados e invalidados. A questão que se coloca é: em quem o homem vai buscar referências? -visto que algum grau de permanência é necessário para que se estabeleça um nível de identidade a partir da qual o sujeito se predispõe a se relacionar com os outros, podendo, a partir disso, modificar-se e transformar o ambiente em que vive.

A resposta para essa questão talvez encontre suporte no desenvolvimento da resiliência humana. Diante de um mundo em constantes mudanças, por vezes abruptas, desde as macro até as micro catástrofes que ocorrem na singularidade de uma família, no seu núcleo de conjugalidade ou na subjetividade de um único indivíduo, só *a posteriori* é passível avaliar, ou seja, somente depois do ocorrido é que se pode analisar como cada situação afetou os envolvidos.

Todavia a resiliência como possibilidade de superação das situações desagregadoras e traumáticas deixou de ser uma característica solicitada ao

homem, só em determinados momentos, e passou a ser um modo necessário para situações corriqueiras na atualidade. Uma realidade de mudanças rápidas e constantes, por meio da qual, cada vez mais, as pessoas têm necessidade de contar com suas próprias forças para continuar buscando apoio dentro de suas novas realidades.

O que interessou aqui estudar foi como a presença de fatores protetores resilientes na conjugalidade podem auxiliar os casais, considerando que as pesquisas apontam a flexibilidade, a boa autoestima, a tolerância e a capacidade de suportar frustração, como fatores de proteção ao vínculo. Interessou ainda entender também o modo sobre como tais fatores concorrem para o processo de resiliência e contribuem para o desenvolvimento dos casais e da família.

Preliminarmente, situa-se aqui a conjugalidade desde uma perspectiva histórica, quando os parceiros eram escolhidos pelas famílias de origem, de acordo com múltiplos interesses e sem nenhuma perspectiva de sentimentos ou ruptura desta situação.

Nas últimas três décadas, fatores como a independência da mulher, questões de ordem socioeconômicas, descobertas científicas, entre outros, mudaram a forma de estabelecer esse relacionamento e os sentimentos se tornaram os motores da conjugalidade, razão pela qual esse conceito passou a existir. Sobre ela foram depositadas expectativas pessoais de completude e níveis de realização, surgindo como efeito na pós-modernidade² o grande paradigma das individualidades versus a conjugalidade.

O que caracteriza a união contemporânea não é só essa referência ao sentimento amoroso, mas também a importância crescente que assumiram, ao lado de um domínio conjugal em relativa decadência, os domínios e interesses individuais dos que se unem, e também o papel essencial que assume a sexualidade, primeiro, na constituição e, depois, na manutenção da relação conjugal (BOZON, 2003, p. 133-134).

²Entendida aqui enquanto “os modos de vida colocados em ação pela modernidade nos livraram de uma forma bastante inédita de todos os tipos tradicionais de ordem social. Tanto em extensão, quanto em intensidade, as transformações envolvidas na modernidade são mais profundas do que a maioria das mudanças características dos períodos anteriores. No plano da extensão, elas serviram para estabelecer formas de interconexão social que cobrem o globo; em termos de intensidade, elas alteram algumas das características mais íntimas e pessoais de nossa existência cotidiana” (GIDDENS, 1990, p. 21).

Muitas são as teorias que, ao longo do tempo, serviram de suporte para a compreensão sobre esse tema, sendo as mais reconhecidas: a Teoria do apego, que valoriza as primeiras relações do bebê como base para as demais relações; a Teoria da crise, que foca mais no modo como os casais superam as crises; a Teoria da troca social, que analisa a superação do obstáculo, mas também as recompensas e, por último, a Teoria interacionista, que foca nos sistemas da família. O que todas têm em comum e para onde também convergem as pesquisas nessa área, é o fato de sempre incluírem em suas análises os contextos, os recursos e os processos adaptativos.

A família, por sua vez, pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou por meio do matrimônio.

Formar um casal e constituir uma nova família é uma das possibilidades que o indivíduo tem de constituir vínculos duradouros. Assim, o que chamamos de 'o nascimento emocional da família' é um processo que implica a construção gradual de um vínculo que propicie apego e cumplicidade e também independência e autonomia emocional (CERVENY, 1997).

Esses vínculos podem resultar do casamento, que segundo Whitaker (1995, p. 22) é: “[...] um modelo adulto de intimidade. É uma espécie de união e separação que faz parte do modelo adulto de nossa estrutura. Tem as mesmas qualidades de todos os “casamentos”, para usar esse termo em sentido mais amplo [...]”. É, também, a união de dois complexos e intrincados sistemas familiares.

A realidade social que se apresenta nos dias atuais trouxe consequências significativas para a estrutura familiar, especialmente no que concerne à responsabilidade e criação dos filhos, da qual participam cada vez mais membros externos como tias, babás e demais cuidadores. À medida que o sistema capitalista se apresenta como modo de vida, surge cada vez mais a necessidade do consumo de bens, que vão paulatinamente se tornando imprescindíveis para o alcance da sobrevivência, instaurando assim, um processo de retroalimentação do próprio sistema.

Assim, o panorama social, na atualidade, apresenta múltiplas conjugalidades que se estruturam, desestruturam e se reestruturam, em um ritmo muito acelerado,

fazendo com que as pesquisas neste campo assumam grande importância para a compreensão desses fenômenos. Na atividade clínica, o que se verifica é o sofrimento perante a separação e no recasamento (FERES-CARNEIRO, 2011).

Pensar o desenvolvimento desse modo amplo requer um referencial compatível no acompanhamento dos avanços ocorridos nos últimos anos nas áreas das Ciências Humanas, assim como os avanços tecnológicos que transformaram a relação do humano consigo próprio e com os outros. Nesta lógica, as relações do homem com um novo mundo não podem mais ficar restritas a determinados aspectos internos ou externos, mas se processam de modo amplo e dinâmico asseverando que compreender o fenômeno da conjugalidade é maior que qualquer teoria ou pensamento sobre ele.

Neste sentido, a Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner, selecionada para nortear a compreensão desses fatos, considera o ser humano em desenvolvimento constante pelas relações de reciprocidade entre ele e os ambientes em que vive. Um ambiente que não se limita à unicidade, mas trata-se de um conjunto sistêmico de contextos que interagem simultaneamente e que sofrem influências internas e externas (BRONFENBRENNER, 1996).

Essa compreensão de desenvolvimento facilitou a emergência de várias teorias que procuram reconstituir, a partir de diferentes metodologias, as produções e representações de mundo e suas vinculações com o momento histórico da sociedade. Assim, a análise desse desenvolvimento e suas múltiplas facetas são possíveis por esta teoria, que permite abarcar o fenômeno da conjugalidade em todas as suas dimensões, pois:

O entendimento do desenvolvimento humano exige mais do que a observação direta do comportamento por parte de uma ou mais duas pessoas no mesmo local; ele requer o exame de sistemas de interação de múltiplas pessoas, não limitado a um único ambiente, e deve levar em conta aspectos do meio ambiente, além da situação imediata que contém o sujeito (BRONFENBRENNER, 1996, p.18).

Pensar a resiliência na conjugalidade e seus impactos para a família é pensar, de modo interdisciplinar, sobre todos os contextos sociais, afetivos, históricos e econômicos que perpassam a trajetória destes casais e dos novos

arranjos que buscam em resposta a essas demandas, modificando a realidade e sendo modificados.

Por isso, verificar os desafios vivenciados pelos casais ao longo de seu ciclo vital e os fatores de risco e proteção disponíveis nos contextos aos quais pertencem e suas repercussões para a família foi a proposta central desta pesquisa. Acredita-se que, ao conhecer os desafios que os casais atribuem à vida em comum, assim como os recursos de proteção, pode-se contribuir para a compreensão deste fenômeno na conjugalidade. Dessa forma, este estudo soma-se às pesquisas já existentes que têm como foco as estratégias de superação das famílias perante as adversidades.

Tendo em vista as diferentes configurações familiares existentes, optou-se por estudar as famílias constituídas pelo casamento considerando ser este o modo que mais representa as atuais conjugalidades, embora este cenário venha se modificando.

1.1 PROBLEMA

Quais são os desafios enfrentados por casais nas várias fases do ciclo vital do casamento e as estratégias de superação que utilizaram. E quais as repercussões desses enfrentamentos para a família?

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 OBJETIVO GERAL

Verificar os fatores de risco e de proteção nos contextos da conjugalidade, ao longo das várias fases do ciclo vital, e investigar sobre os desdobramentos desses fatores no desenvolvimento humano da família.

1.2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Identificar os desafios vivenciados por casais ao longo da relação conjugal;

Verificar os fatores de risco e proteção disponíveis na conjugalidade, na família e nos contextos nos quais os membros do casal interagem;

Conhecer as estratégias de enfrentamento utilizadas pelos casais nas diferentes fases do casamento e investigar sobre as repercussões dessas estratégias para a família;

1.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Os objetos centrais de análise desta pesquisa foram as dificuldades enfrentadas pelos casais e as atitudes de superação utilizadas por eles nos ciclos vitais dos casamentos/conjugalidades. Para tanto, selecionou-se uma amostra de casais residentes em uma cidade do interior no Vale do Paraíba no estado de São Paulo, tendo em vista os achados do censo do Instituto Brasileiro Geral de Estatística (IBGE) 2010. De acordo com os dados, a população deste município é de 82.537 habitantes; 80.173 na área urbana e 2.364 em área rural; 39.858 homens e 42.679 mulheres, com renda média de R\$ 2.599,57 por domicílio na área urbana. Em relação ao estado civil, existem 26.499 pessoas casadas, 3.279 divorciadas e 35.297 solteiros. O censo de 2010 também indica que esta cidade do Vale do Paraíba paulista apresenta média anual de 597 casamentos, 14 separações e 191 divórcios, significando que, em relação à população total, a média é de 0,72% casamentos, 2,31% de separação e 32% de divórcios. Constatou-se, a partir desses dados, que há mais casamentos e separações nesta cidade quando comparados aos números do estado de São Paulo e do Brasil. Mas, divorciou-se em proporções iguais à média do estado de São Paulo, que é superior a média nacional.

A escolha desta cidade do Vale do Paraíba paulista se deu, também, por ser onde reside a pesquisadora, facilitando a coleta dos dados.

1.4 RELEVÂNCIA DO ESTUDO/JUSTIFICATIVA

Esta pesquisa pressupõe um aprofundamento sobre fatores que contribuem para a resiliência na conjugalidade e para a promoção do desenvolvimento humano de casais, considerando o vínculo da conjugalidade como matriz de estruturação da família e como base para todo processo de formação da personalidade dos filhos. Considera a família como promotora e organizadora de grande parte da vida social e econômica de seus membros.

Espera-se, com os resultados, obter maior compreensão dos fatores de risco e proteção nas relações conjugais, contribuir como suporte ao desenvolvimento de ações concretas por parte dos órgãos governamentais, comunidades, ONGs, entidades religiosas, enfim, de todos que trabalham com casais em seus múltiplos contextos afetivos, econômicos e sociais. Considera-se importante auxiliá-los na percepção das problemáticas pelas quais passam, com foco no modo de superação. Os resultados podem, ainda, viabilizar novos projetos de auxílio a casais contemporâneos, a partir do conhecimento dos recursos encontrados por meio dos casais pesquisados.

Percebe-se, diante do tema, que muitas disciplinas são convocadas para a compreensão do fenômeno em foco, que é interdisciplinar, visto suas interfaces com áreas como Direito, Medicina, Sociologia e tantas outras necessárias ao entendimento do ser humano em todas as suas facetas. Há de se ressaltar que a interdisciplinaridade necessária à compreensão dos fenômenos passou a ser a condição de permanência para se pensar o homem integralmente, um modo operante de estar no mundo moderno, pois,

[...] a subjetividade humana se reorganiza de outras maneiras [...]. A concepção de sujeito racional centrado no eu como identidade estática cede lugar a uma concepção de sujeito flexível, paradoxal, em processo de recriação constante, em consonância com o mundo atual permeado por crises de diversas ordens (FURLANETO, 2011, p.47).

Considera-se que a busca por saberes de outros campos é comum à vida humana e esta pesquisa visa estimular estudos para o entendimento do fenômeno da conjugalidade, que é interdisciplinar, considerando:

[...] que a interdisciplinaridade deve estar presente na definição de objeto, na discussão dos vários conceitos e nas propostas metodológicas e técnicas. Neste sentido a interdisciplinaridade não configura uma teoria ou um método novo, ela é uma estratégia para compreensão, interpretação e explicação de temas complexos (MINAYO, 2010, p.437).

A questão da superação dos desafios pelos casais em suas conjugalidade já foi foco de pesquisas anteriores, Jabilonski (2003) e Feres-Carneiro (1998), apontando para o fato de que atitudes mais realistas perante a vida, maior capacidade de lidar com as frustrações, menores níveis de exigência consigo próprio e com o parceiro e individualidade menos exacerbada são os requisitos para se desenvolverem atitudes resilientes, derivando dessas outras características.

A motivação da pesquisadora para este empreendimento vem do trabalho clínico com casais que buscam ajuda psicoterapêutica como uma ferramenta para a compreensão e a superação das crises da conjugalidade.

Por último, espera-se contribuir com os profissionais que trabalham com casais e famílias, estimulando novas pesquisas por considerar a relação conjugal enquanto base da estruturação familiar, sendo a família o centro de toda a formação da sociedade.

1.5 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

O segundo capítulo aborda os temas que fundamentam esta pesquisa, focalizando o constructo teórico da resiliência, seu histórico, conceitos e vertentes; em seguida, aborda a questão da família, com seus conceitos ao longo do tempo, sua evolução e dinâmicas relacionais, além de abordar a correlação entre família e resiliência. Depois, aborda o ciclo vital da família com suas várias fases de desenvolvimento, tendo a conjugalidade como ponto central e que inclui seus conceitos, modos de relacionamentos, vínculos e suas mudanças na modernidade. Em seguida, traça-se um panorama sobre as pesquisas voltadas à conjugalidade no

contexto atual. Ao final, evidencia-se a teoria bioecológica do desenvolvimento humano de Bronfenbrenner, como lente de compreensão do desenvolvimento, com foco nos processos proximais, partindo de uma análise de sua relação com o micro, meso, exo e macro contextos.

O terceiro capítulo traz a proposição da pesquisa e, o quarto capítulo, descreve-se o método da pesquisa, o tipo, a população, os instrumentos e os procedimentos para a coleta de dados, sendo a análise dos dados realizada por meio da análise de conteúdo de Bardin.

O quinto capítulo descreve e discute os resultados encontrados e, à guisa de conclusão, traz no sexto, e último, capítulo as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 RESILIÊNCIA

Há mais de 40 anos a ciência tem se interrogado sobre o fato de algumas pessoas terem a capacidade de superar as piores situações, enquanto outras ficam aprisionadas nas malhas da infelicidade e da angústia que se abateram sobre elas. Algumas se levantam após um grande trauma e conseguem forças para continuar seu caminho; outras, não.

O campo da Biologia considera que cada ser humano é dotado de um potencial genético que o faz mais resistente que outros. A Psicologia considera a importância das relações familiares, principalmente na infância, pois se acredita que são essas relações que constroem nos indivíduos a capacidade de suportar as adversidades. A Teologia defende o ponto de vista da necessidade do sofrimento como fator de evolução espiritual.

Mas o que inquieta os cientistas é o cotidiano de pessoas comuns que passam por traumas e que retomam a vida após a morte de um filho, a perda de uma parte de seu corpo, a vivência de doenças graves (físicas ou psíquicas) em si mesmo ou em alguém da família, ou seja, pessoas que têm experiências e razões suficientes para chegar ao caos e que, mesmo assim, são capazes de continuar uma vida de qualidade, sem autopunições, sem resignação destruidora, renascem dos escombros.

Essas pessoas têm sido chamadas de resilientes pelos que estudam o fenômeno da resiliência e por todos que se interessam por saber sobre o modo como o ser humano elabora suas dores, enfrenta suas dificuldades e consegue responder a essas questões de modo a sair fortalecido das experiências, o que remete ao conceito do termo resiliência.

[...] originário da física, significa propriedade pela qual a energia armazenada em corpo deformado é devolvida quando cessa a tensão causadora duma deformação elástica, e, no sentido figurado, resistência ao choque. [...] Adaptado ao campo das ciências da saúde, foi relacionado à capacidade de regeneração, adaptação e flexibilidade, qualidades essas atribuídas a pessoas que conseguiam se recuperar de doenças, catástrofes, guerras e outras situações traumáticas abruptas ou duradouras (SOUZA; CERVENY, 2006, p. 01).

Assim, a resiliência, enquanto termo originário da física, significa a capacidade dos materiais de resistirem aos choques. No âmbito da Psicologia, representa a capacidade do ser humano de sobreviver face às adversidades, não somente guiado por uma resistência física, mas pela visão positiva de reconstrução da vida, a despeito de qualquer estorno negativo. Portanto, é a capacidade do indivíduo de garantir sua integridade, mesmo nos momentos mais críticos (SOUZA; CERVENY, 2006).

O potencial de resiliência passou a ser motivo de estudos e pesquisas em crianças, adolescentes e adultos, em circunstâncias adversas.

Os primeiros estudos publicados sobre resiliência, no âmbito da Psicologia, datam da década de 70. Um deles foi a avaliação do impacto emocional de uma criança com fibrose cística sobre os membros da família, em que os achados não demonstraram resultados significativos que comprovassem impactos psicológicos negativos sobre as crianças e suas famílias. Outra pesquisa realizada por Heller (1982) investigou a capacidade de adaptação dos filhos de sobreviventes do Holocausto Nazista e do Holocausto Atômico de Hiroshima, que teriam imigrado para os Estados Unidos. Embora os resultados tenham sido considerados prematuros, houve evidências de resiliência individual e cultural dessa população como resposta à situação de extremo estresse (SOUZA; CERVENY, 2006).

A partir disso, os estudos e conceitos sobre resiliência evoluíram ao longo dos anos. Inicialmente, a resiliência foi considerada como traços de personalidade, herdados biologicamente e que, supostamente, tornavam invulnerável a pessoa que os possuía. Esses traços incluíam temperamento fácil, nível mais alto de inteligência e autoestima e um senso realístico de esperança e controle pessoal. Essas crianças eram identificadas como aquelas que, mesmo tendo experiência do alto grau de estresse, não adoeciam, ou seja, uma visão que restringia as qualidades pessoais à herança genética e oferecia um parâmetro a mais de distinção entre as crianças capacitadas e as incapacitadas (ANTHONY; COHLER, 1987).

A concepção de resiliência como um atributo pessoal procede da egorresiliência, que explica a adaptação positiva da pessoa, a partir de seus recursos internos e de um caráter energético e flexível, que lhe permite se relacionar de forma positiva com as circunstâncias que a rodeiam. As diferenças entre

entender a resiliência como um processo ou um atributo de personalidade são duas: uma é que a egorresiliência não se desenvolve, mas é inerente a alguns seres humanos; a outra é que essa não requer a presença de adversidade, um dos elementos centrais do enfoque de resiliência (LUTHAR; CICCHETTI; BECKER, 2000).

As pesquisas de Flach (1991, p.123) apontam o resultado de anos de estudos sobre o que significaria ser um indivíduo resiliente, cujos atributos são:

Um forte e flexível sentido de autoestima; Independência de pensamento e ação, sem medo de depender dos outros ou relutância em ficar nessa condição de dependência; A habilidade de dar e receber nas relações com os outros, e um bem estabelecido círculo de amigos pessoais, que inclua um ou mais amigos que servem de confidentes; Um alto grau de disciplina pessoal e um sentido de responsabilidade; Reconhecimento e desenvolvimento de seus próprios talentos; Mente aberta e receptiva a novas ideias; Disposição para sonhar; Grande variedade de interesses; Apurado senso de humor; Percepção de seus próprios sentimentos e do sentimento dos outros, e capacidade de comunicar esses sentimentos de forma adequada; Grande tolerância ao sofrimento; Concentração, um compromisso com a vida, e um contexto filosófico no qual as experiências pessoais possam ser interpretadas com significado e esperança, até mesmo nos momentos mais desalentadores da vida (FLACH, 1991, p.123).

Este autor segue esclarecendo que a resiliência não ocorre de forma linear e contínua:

[...] nosso nível de resiliência deverá oscilar ao longo do tempo. Nenhum componente da resiliência é parte estável de nossa personalidade [...] as características da resiliência podem estar dentro de nós em graus diferentes, alguns bem desenvolvidos, outros não (FLACH, 1991, p.131).

Apesar da evolução das pesquisas, percebe-se, em alguns trabalhos, a prioridade da avaliação ou da intervenção, envolvendo apenas alguns aspectos da resiliência, tais como traços de personalidade, características, resistência e enfrentamento.

Estudos retrospectivos com pessoas consideradas resilientes ou bem sucedidas, também têm sido realizados, como forma de obter informações sobre os desafios enfrentados e as estratégias e recursos utilizados. Os resultados destes estudos fornecem informações que sugerem novas metodologias e pesquisas, apontando para a importância das crenças e significados, da esperança, espiritualidade e sentido de vida, como fatores que influenciam no processo de avaliação dos eventos estressores, de busca de recursos e ao aprendizado com a experiência aliado à visão otimista de futuro (SOUZA; CERVENY, 2006, p. 123).

A percepção sobre a dimensão de pessoa e de todos os aspectos envolvidos que fortaleçam seu eu ultrapassa o âmbito de seus primeiros cuidados e vínculos e pressupõe pensar as condições gerais que os cuidadores apresentam para se habilitarem para cuidar. Um exemplo forte disso é o filme “A vida é Bela” (BENIGNI, 1999), em que o pai, com cuidado, busca criar vários mecanismos de proteção para evitar que a crueldade da guerra afetasse o psiquismo de seu filho, mesmo sabendo que isso era quase impossível, pelo nível de violência da realidade. Assim, o que se discute em relação à resiliência não é a possibilidade de se tornar inatingível, mas sim de verificar o destino que se dá ao trauma vivido.

A heterogeneidade, nas diferentes áreas do desenvolvimento humano, remete à impossibilidade de se esperar uma adaptação resiliente por igual em todas as áreas de desenvolvimento (LUTHAR; CICCETTI; BECKER, 2000). A uniformidade no desenvolvimento humano, a capacidade de adaptação positiva em relação aos mais diferentes aspectos não ocorre nem mesmo nos casos considerados de desenvolvimento normal. Nesse sentido, uma consequência comum do princípio da uniformidade é entender resiliência como antídoto para criar “supercrianças”, praticamente perfeitas, em cada área do desenvolvimento, apesar de viverem em situação de adversidade. Esse modelo de “supercriança” concebe o indivíduo como imune à adversidade, sem considerar seus aspectos de vulnerabilidade e seus próprios esforços para superar a adversidade (LUTHAR; CICCETTI; BECKER, 2000).

Grotberg (2005) aponta que, diante da ação resiliente, os questionamentos dos sujeitos são: eu tenho? – referindo-se a todos os recursos externos, desde vínculos afetivos familiares até condições de vida digna. Eu sou? Referindo-se à força interior que possui associada a características que o potencializam para viver de modo harmonioso e, por último, eu possuo? Referindo-se às capacidades interpessoais e de resolução de conflitos. Nesse sentido, a possibilidade de que a resiliência possa se fazer presente na pessoa, e também se manter, dependerá sempre deste conjunto de recursos operando juntos para que ela possa existir e permanecer.

Mas Tavares (2001 *apud* CARMELO, 2008, p. 64) alerta para o fato de que

[...] o desenvolvimento de estruturas mais resilientes não deverá nunca encaminhar-se no sentido do fechamento, mas na abertura ao outro, um dos distintivos essenciais da pessoa, reforçando assim os laços, das relações intra e interpessoais em plataformas autênticas, verdadeiras, mais justas, em que a liberdade, a responsabilidade, a confiança, o respeito, a solidariedade, a tolerância não sejam palavras vãs.

A segunda geração de pesquisadores, adotada por Luthar *et al.* (2000, p. 543), define resiliência como “um processo dinâmico que tem como resultado a adaptação positiva em contextos de grande adversidade”. Essa definição distingue três componentes essenciais que devem estar presentes no conceito de resiliência: a noção de adversidade, trauma, risco ou ameaça ao desenvolvimento humano; a adaptação positiva ou superação da adversidade e o processo que considera a dinâmica entre mecanismos emocionais, cognitivos e socioculturais que influenciam no desenvolvimento humano.

Segundo Infante (2005), o termo adversidade também é usado como sinônimo de risco, apontando a possibilidade da ocorrência de vários riscos concomitantes, como viver na pobreza, ou uma situação pontual, como exemplo, a morte de um ente querido. Luthar *et al.* (2000) acrescentam que essa adversidade pode ser definida objetivamente por meio de instrumento de medição ou, subjetivamente, pela percepção de cada indivíduo.

Para identificar a resiliência e criar pesquisas e programas para sua promoção, sugere-se que a definição de adversidade especifique se o risco é subjetivo ou objetivo e também se há ligação entre adversidade e adaptação positiva.

A adaptação positiva permite identificar se houve um processo de resiliência, que ocorre quando o indivíduo alcançou expectativas sociais associadas a uma etapa de desenvolvimento, ou quando não houve sinais de desajustes. Em ambos os casos, se a adaptação positiva ocorre apesar da exposição à adversidade, considera-se que houve uma adaptação resiliente.

Ao se referir a essa adaptação, é necessário recorrer a três aspectos: a conotação ideológica associada à adaptação positiva; a heterogeneidade nas diferentes áreas do desenvolvimento humano e a variabilidade ontogenética.

A principal contribuição dos estudos de Fonagy *et al.* (1994) foi estudar a influência do processo de transmissão multigeracional no desenvolvimento da resiliência, ressaltando a qualidade do vínculo nos dois primeiros anos de vida, a partir do relacionamento com os pais ou cuidadores, em que a criança desenvolve expectativas relacionadas a si mesma e aos seus cuidadores, organizando seu relacionamento com outras pessoas. A presença de pelo menos um modelo positivo de relacionamento que transmita segurança é suficiente para favorecer a resiliência na criança, na medida em que o cuidador deve organizar seu relacionamento de forma segura, servindo como mediador entre ela e as situações difíceis.

Mais tarde, foi acrescentada aos estudos sobre a resiliência a questão dos contextos e das redes de relacionamento como fatores protetores, focalizando o desenvolvimento individual saudável em condições difíceis, no ambiente familiar ou em situações ambientais, tais como guerras, imigração, problemas sociais, entre outras situações similares.

Fonagy *et al.* (1994) definiram como fatores protetores a apresentação de um alto nível de inteligência e de habilidades de busca para a resolução dos problemas como formas de enfrentamento positivos, possuindo, ao mesmo tempo, as características da autonomia, do controle interno, do senso de autoconceito, de empatia, de boa vontade e de capacidade para planejar. Em geral, essas pessoas possuem um bom relacionamento com pais ou figuras parentais, e, no futuro, esse bom relacionamento se estende a outros vínculos familiares, como esposa, filhos e amigos, desenvolvendo, a partir disso, uma boa rede de relacionamentos informais, boas experiências escolares e religiosas e cuidado com a aparência física.

Portanto, resiliência é um conceito construído sócio-historicamente, impregnado de valores e significados próprios da cultura em que se insere. Fatores de risco e protetores são diferentes dependendo da população e de suas origens. O significado de resiliência e de fatores protetores e fatores de risco pode ser diferente entre as populações, da mesma forma que as pesquisas são um retrato dos problemas enfrentados em cada país ou região, particularmente.

A compreensão do modo como a família viabiliza a resiliência se correlaciona, segundo Walsh (2005), com as relações de apoio que as famílias possuem e se tornam um fator de proteção para esta resiliência. Se considerar a adaptação à crise

como um movimento familiar que permita oferecer um sentido à experiência vivida, essa adaptação pode colaborar ou não com o desenvolvimento da resiliência.

Para Hawley e DeHaan (1996), a resiliência pode variar segundo o contexto cultural, ou seja, não é um dado *a priori*, mas responde às estruturas sociais. Esta perspectiva vai ao encontro da teoria bioecológica de Bronfenbrenner (1996), no sentido de que o estudo de qualquer fenômeno humano leva em consideração as várias esferas que influenciam o risco, privilegiando sempre as interações entre o indivíduo e seu contexto, assim como o modo como a realidade em que vive é percebida por ele.

Neste estudo, o percurso de compreensão de resiliência familiar vai ao encontro de sua concepção enquanto

[...] caminho que uma família segue, como ela se adapta e prospera diante do estresse, no presente a ao longo do tempo. Famílias resilientes respondem positivamente a estas condições de maneira única, dependendo do contexto nível de desenvolvimento da combinação interativa de fatores de risco e protetores, e da percepção compartilhada da família (HAWLEY; DEHANN, 1996, p.293).

Assim, é possível pensar na resiliência de modo sistêmico como um processo que se dá em determinados momentos, variando de acordo com o grau de características mais ou menos desenvolvidas e de acordo com a problemática a ser enfrentada. Envolve aspectos sociais e psicológicos, ou seja, aspectos que levam em conta como todo o sistema absorve os impactos sofridos.

Partindo desse modo sistêmico de pensar e de suas inter-relações, Bronfenbrenner (1996), como um dos representantes das Teorias Interacionistas/Sistêmicas, propôs, em 1992, uma análise do processo, da pessoa, do contexto, do tempo e de como esses elementos interagem mutuamente para produzir o desenvolvimento humano.

Além disso, percebe-se a possibilidade de que estudos prospectivos envolvendo a resiliência possam ser desenvolvidos para compreender as crenças e os significados atribuídos, não só ao presente, mas também ao futuro, bem como o sentido que a vida possui para as pessoas.

Muitos esforços têm sido feitos no sentido de se construir instrumentos de medida da qualidade de ser resiliente, o que é questionável, conforme Yunes (2001)

alertou, pois, pode-se, com isso, estabelecer uma classificação divisória entre pessoas resilientes e não resilientes.

Fonagy *et al.*(1994) definiram a resiliência como sendo o desenvolvimento normal sob condições difíceis, denominadas fatores de risco. Entre os fatores de risco, Walsh (1996) classificou aqueles associados à vulnerabilidade³ e a predisposições individuais e os ambientais que precipitavam ou potencializavam o estresse, tais como a pobreza, a discórdia marital, a morte parental, a doença mental ou física, entre outros. Em relação à criança em situação de risco, a existência de fatores denominados protetores favorecem seu desenvolvimento.

Segundo Luthar, Cicchetti e Becker (2000) distinguem-se três formas de adversidade ou risco nos estudos sobre resiliência, descritas a seguir.

A mensuração de risco por meio de múltiplos fatores, em um só instrumento, geralmente é realizada por meio de uma escala de eventos negativos da vida, a partir da qual o indivíduo especifica aqueles acontecimentos que estiveram presentes, como separação dos pais, doenças mental deles, experiência de guerra etc. O problema com esse método de medição é a validade entre o que o instrumento define como evento negativo e o que o indivíduo percebe como adversidade que afetou de forma negativa o seu desenvolvimento.

As situações de vida específicas se relacionam à natureza do risco, determinadas pelo que a sociedade, os indivíduos ou os pesquisadores consideram uma situação de vida estressante. Considerar essas situações para medir resiliência mostra a dificuldade de discriminar os fatores que têm direta relação com o risco daqueles que ficam entre o risco e o resultado esperado.

A medição pela constelação de múltiplos riscos reflete a complexidade do mundo real, já que considera simultaneamente a interação entre os fatores provenientes dos níveis social, comunitário, familiar e individual e o modo como essa interação influi no desenvolvimento e superação da adversidade. A constelação de múltiplos riscos é o mapeamento das fontes de adversidade, que equivale à determinada quantidade de pontos. A única dificuldade desse sistema de medição é

³ Etimologicamente vulnerável origina-se do verbo em latim *vulnerare*, que significa ferir, penetrar. Vulnerabilidade associa-se mais a uma característica do indivíduo com predisposição a desordens ou de susceptibilidade ao estresse (YUNES; SZYMANSKI, 2001).

determinar se as adversidades consideradas no estudo representam uma fonte real na vida das pessoas que estão sendo estudadas. Assim, é essencial que essa metodologia defina o que constitui adversidade para os indivíduos do estudo sobre a base de valores e crenças da própria comunidade (LUTHAR *et al.*, 2000).

Em relação à conjugalidade faz-se importante esclarecer o que se chamou de risco e proteção. Entende-se por risco uma experiência com alta probabilidade de desencadear ou associar-se ao desencadeamento de uma determinada ocorrência indesejada (SAPIENZA; PEDRONÔMICO, 2005). O que é considerado risco em um contexto pode não ser em outro; o que é risco em uma fase da vida, poderá não ser em outra, por exemplo, a presença de doenças não é um fator de risco na fase de aquisição do casal, mas, com certeza, o é na fase última. Assim, a noção sobre o que é o risco também implica uma interpretação da realidade como organizadora de comportamentos e práticas construídos socialmente (CHAMON; MORAES, 2011).

Tavares (2001, p.25) defende que “é preciso identificar que processos ou mecanismos influenciam [...] o risco à consequência em um determinado ponto de vista do indivíduo”, verificando se esse risco é ambiental/social ou pessoal.

“Os fatores de risco estão relacionados a toda sorte de eventos negativos de vida que, quando presentes no seu contexto, aumentam a probabilidade do indivíduo apresentar problemas físicos, psicológicos e sociais” (POLETTO; KOLLER, 2006, p.31).

Os conceitos de proteção e de risco são bastante amplos e foram considerados aqui como as predisposições com que o indivíduo conta ao nascer, associados também àqueles que atenuam ou neutralizam o impacto dos riscos enquanto variáveis econômicas, socioculturais a que uma pessoa é exposta desde a sua concepção (SAPIENZA; PEDRONÔMICO, 2005). Ou seja, a compreensão dos fatores de risco e seus desafios não podem ser concebidos como fatos isolados, mas sim como partes de contextos complexos que se influenciam mutuamente.

Os fatores de proteção correspondem às influências que modificam, melhoram ou alteram respostas individuais a determinados riscos de desadaptação. Além disso, enfatiza-se também uma abordagem de processos, nas quais diferentes fatores interagem entre si e modificam o percurso do indivíduo, tanto para produzir uma experiência estressora como uma protetora em seus efeitos (POLETTO; KOLLER, 2006, p.31).

As estratégias para medir a adaptação positiva em pesquisas sobre resiliência são similares às estratégias descritas para medir adversidade. Luthar e Cushing (1999) distinguem três formas de definir a adaptação positiva: a) adaptação segundo fatores múltiplos, b) medida com base na obtenção de metas, c) consideração da etapa de desenvolvimento da pessoa. Em cada comunidade, o que se define como adaptação positiva varia, mas o importante é que esteja relacionado à definição de risco. A ausência de desajuste é um tipo de medição que se utiliza em pesquisa de resiliência em pessoas com sério risco de psicopatologia.

Nessa direção, a resiliência pode ser entendida como:

Capacidade de se renascer da adversidade fortalecido e com mais recursos. É um processo ativo de resistência, reestruturação e crescimento em resposta à crise e ao desafio [...] as qualidades de resiliência permitem às pessoas se curarem de feridas dolorosas assumirem suas vidas e irem em frente para viver e amar plenamente (WALSH, 2005, p. 8-9).

No tocante à conotação ideológica associada à adaptação positiva, Masten (2001) considera que resiliência implica em uma avaliação qualitativa do funcionamento do indivíduo, baseada em expectativas de um conceito de desenvolvimento normal, que varia conforme cada cultura. “Rutter (1987) afirma que a resiliência é o processo final de mecanismos de proteção que não eliminam o risco, mas encorajam o indivíduo a se engajar na situação de risco efetivamente” (POLETTI; KOLLER, 2006, p.31).

A compreensão do fenômeno da resiliência leva em conta a teoria dos sistemas, com objetivo de olhar esses vínculos como pertencentes a um sistema maior, compreendendo as redes sociais das quais o casal participa e de as relações que se estabelecem por processos transacionais. Como nos esclarece Walsh (2005), o entendimento dos mecanismos de proteção e dos estímulos que mobilizam a resiliência leva em conta o interjogo dos fenômenos, não só dentro da família, mas no ambiente social, econômico, político, racial em que essas famílias vivem, lutam ou prosperam.

A variabilidade ontogenética faz referência à ideia de que resiliência é um processo que pode ser descontínuo durante o ciclo da vida. Segundo Luthar, Cicchetti e Becker (2000), se a adaptação resiliente na infância pode contribuir para a adaptação resiliente na adolescência, então as intervenções seriam mais efetivas

se cobrissem o ciclo de desenvolvimento humano. Apesar de todos os indivíduos mudarem ao longo do tempo esses autores demonstraram que crianças que vivem em situações de risco e se saem relativamente bem continuam tendo resultados positivos ao longo do tempo.

Esse argumento sugere que se o ambiente, a família e a comunidade seguem apoiando o desenvolvimento da criança e provendo recursos que supram suas necessidades para a superação da adversidade, existe alta probabilidade de que o indivíduo continue se adaptando positivamente através do tempo (WERNER; JOHNSON, 1999). Essa estabilidade durante o desenvolvimento significa que se o ambiente provê os recursos necessários para que a criança que vive em situação de adversidade continue se adaptando positivamente, durante as diferentes etapas do desenvolvimento, pode-se dizer que a resiliência se manterá como uma capacidade estável durante a vida.

Dessa forma, observa-se que, para identificar a resiliência, é necessário que exista a adaptação positiva, que pode ser determinada pelo desenvolvimento de algum aspecto do indivíduo ou pela essência de condutas disruptivas. Em ambos os casos, é necessário considerar que o conceito de desenvolvimento normal é particular para cada grupo cultural e que a resiliência pode ser observada em condutas ou áreas específicas do desenvolvimento humano.

Rutter (1987) afirma também que os fatores de proteção podem não se fazer presentes quando não há fatores estressores em jogo, visto que sua função é alterar a resposta da pessoa quando do enfrentamento de um risco. O autor defende ainda que: a) nem todo fator de proteção é uma experiência agradável; b) fatores de proteção só aparecem mediante um risco; c) fatores de proteção são também qualidades dos sujeitos.

No que se refere à resiliência enquanto processo, entende-se a adaptação resiliente em função da interação dinâmica entre múltiplos fatores de risco e de resiliência, os quais podem ser familiares, bioquímicos, fisiológicos, cognitivos, afetivos, biográficos, socioeconômicos, sociais e culturais. A noção de processo descarta definitivamente a concepção de resiliência como um atributo pessoal e incorpora a ideia de que a adaptação positiva não é tarefa apenas da criança, e que família, escola, comunidade e sociedade devem prover recursos para que ela possa se desenvolver mais plenamente (WALSH, 2005).

Luthar e Cushing (1999) consideram que a mensuração do processo de resiliência remete à união crítica entre adversidade e adaptação positiva. Esse processo é medido de duas formas: uma centrando-se nas variáveis específicas que conformam o processo, outra se centrando no indivíduo e em sua história ao longo de seu desenvolvimento.

Para se analisar a resiliência é preciso levar em conta três grupos sociais: 1. As crenças e os valores; 2. Os processos de comunicações e padrões de organização que dão suporte para desenvolvimento de grupos saudáveis; 3. A compreensão do que ocorre em termos individuais (YUNES, 2006).

Em relação às estratégias utilizadas pelas pessoas mediante as situações ou desafios que se configuram riscos, é necessário lembrar que o termo estratégia comporta muitos significados. De acordo com Ferreira (1999), trata-se da “arte de aplicar os meios disponíveis ou explorar condições favoráveis com vistas a objetivos específicos”. Já Rocha-Coutinho (1994, p. 127) define o termo como “formas de um agente social levar uma pessoa a pensar, sentir ou agir de um modo que nem sempre partiria espontaneamente dela”, apontando, com isso, para seu caráter relacional e que, portanto, se altera em função das pessoas envolvidas e/ou contextos nos quais as estratégias se apresentam. Assim, diante dos desafios da relação conjugal, os casais lançam mão de estratégias e aprendem com a experiência, o que “funciona” e o que “não funciona”. Essas estratégias seriam parte da linguagem - verbal ou não-verbal - aprendida pelas pessoas no decorrer de suas vidas, para lidar com situações concretas do seu dia a dia e, como tal, só adquirem sentido em um contexto, em uma sociedade e em um momento histórico determinado (ROCHA-COUTINHO, 1994, p. 128-129).

A vertente da psicologia denominada na contemporaneidade de psicologia positiva tem como foco os fatores protetores que auxiliam no processo de formação e desenvolvimento da resiliência, e menos a patologia e o risco, a compreensão de como os indivíduos superam seus desafios/suas adversidades. Neste enfoque, acredita-se que a interação entre as características pessoais e ações advindas dos contextos sejam capazes de promover o fortalecimento e o desenvolvimento dos indivíduos envolvidos nesses ambientes, na medida em que essas ações tenham uma continuidade ao longo de um tempo (YUNES, 2006).

As múltiplas definições de resiliência levam em consideração os processos intrapsíquicos que, dinamicamente, interagem com os sociais e viabilizam a possibilidade de uma vida equilibrada, mesmo depois de experiências traumáticas. Nesse sentido, a compreensão do conceito requer o entendimento sobre os fatores de risco(adversidade) e os fatores de proteção (internos e externos),assim também como sobre as competências aprendidas e que auxiliam no fortalecimento pessoal, apesar das adversidades(RUTTER,1987).

Em psicologia, o modo como uma pessoa lida com a adversidade recebe o nome de *coping*, termo que sintetiza várias estratégias utilizadas no enfrentamento de situações adversas ou de riscos. Nesta pesquisa, a autora escolheu por manter o nome de estratégias de enfrentamento, para designar os recursos utilizados pelos casais nos momentos das adversidades/crises. E, assim, como a resiliência, as estratégias de enfrentamento dependem da interação de características individuais, contextos familiares e sociais. Porém, uma vez estabelecidas, as estratégias funcionam como um fator fundamental de proteção ao risco, e, se forem eficazes, produzindo a resolução do problema, proporcionarão a resiliência (GARMEZY; RUTTER, 1988).

No que diz respeito ao casal, observa-se que a conjugalidade é uma situação exposta constantemente a inúmeros desafios, evidenciando os riscos e exigindo fatores de proteção para superá-los. Tais fatores favorecem as estratégias de enfrentamento, impactando mais ou menos os cônjuges e os membros da família. A capacidade da família de superar os reveses e/ou se adaptar positivamente dependerá de sua configuração enquanto sistema dinâmico e permeável, sujeito à qualidade das interações entre seus membros e vários outros sistemas.

2.2 FAMÍLIA

POEMA DA FAMÍLIA

Todos temos,

Dela viemos.

Família.

Nela nascemos...

Família...

Então crescemos.

Para uns,
a família é só o pai,
para outros, só a mãe,
muitos só têm o avô...
Mas é família:
sinônimo de calor!

Tem família
que é completa,
repleta,
discreta,
seleta,
aberta...

Outra,
é engraçada,
atiçada,
afinada,
engrenada,
esforçada,
empenhada...

Mas tem família
complicada,
indelicada,
desajustada,
desacertada,
debilitada...

Família...
Família é assim:
lá não temos capa

- nada nos escapa!
Máscaras, como usar?

Não, não dá prá enganar!
Às vezes queremos fingir,
mas isto é apenas mentir...

E, é lá dentro de casa
que surge, cresce, aparece,
o lobo voraz,
o urso mordaz,
elefantes ferozes,
(com trombas e tudo)
leões velozes
com unhas e dentes
inclementes...

Família...
Família é lugar
onde convivem os diferentes:
um é risonho, outro tristonho;
um é exibido, outro inibido;
um é calado, outro exagerado;
um é cabeludo, outro testudo;
um é penteado, outro descabelado...

Família...
Família é assim:
nunca é possível contentar,
pois onde há diferenças,
haverá desavenças.
como a todos agradar?
Mas entre todos os valores

Cultivados entre nós	dê carinho, tudo aos seus!
Há algo como uma voz	Mas o maior valor
Muito enfática a dizer:	– maior até que o amor –
“Cultive a educação,	é cultivar Deus!”
faça lazer, haja afeição;	(Noélio Duarte)

Este poema foi aqui trazido por entendermos que ilustra grande parte das questões que serão abordadas sobre a instituição chamada família.

A etimologia da palavra família vem do latim *famulus*, que significa “as coisas e pertences do senhor” (BARRETO *et al.*, 2009).

Segundo Andolfi (1981), citado por Feres-Carneiro, “família é um sistema constituído de varias unidades ligadas no conjunto por regras de comportamento e funções dinâmicas, em constante interação entre elas e no intercâmbio exterior”. Faz-se importante a exploração das relações interpessoais nos grupos significativos aos quais o indivíduo pertence, para que se possa formular intervenções eficazes (FERES-CARNEIRO, 2011, p.81).

A família é uma sociedade natural formada por indivíduos unidos por laço de sangue e/ou de afinidade. Os laços de sangue resultam da descendência. A afinidade se dá com a entrada dos cônjuges e seus parentes que se agregam à entidade familiar pelo casamento/conjugalidade. O conceito de família, enquanto abstração indeterminada significa que, em todas as épocas, existiram características comuns a todas as diferentes formas históricas da família (DINIZ, 2008).

Família, segundo Angelo (1997), é um grupo que se autoidentifica a partir de dois ou mais indivíduos que se unem por razões especiais, podendo ou não estar relacionados à consanguinidade ou às leis, mas que possuem uma dinâmica própria de família, com suas definições de papéis estabelecidos a partir da convivência.

Gomes (1998, p. 35) sintetiza o sentido de família como “o grupo fechado de pessoas, composto dos genitores e filhos e, para limitados efeitos, outros parentes, unificados pela convivência e comunhão de afetos, em uma só e mesma economia, sob a mesma direção”.

2.2.1 A família antiga

A família pode ser considerada a unidade social mais antiga do ser humano, a qual, historicamente, mesmo antes de o homem se organizar em comunidades sedentárias, constituía-se em um grupo de pessoas relacionadas a partir de um ancestral comum ou a partir do matrimônio. Todos os membros da família assumiam obrigações entre si, sob a liderança do ancestral comum, conhecido como “patriarca”, normalmente da linhagem masculina, símbolo da unidade da entidade social, reunindo-se em uma mesma comunidade todos seus descendentes, os quais compartilhavam de uma identidade cultural e patrimonial. Essas primeiras entidades familiares, unidas por laços sanguíneos de parentesco, receberam o nome de *clãs*.

É fundamental entendermos que as relações interpessoais desempenham um papel primordial no desenvolvimento do ser humano, facilitando ou dificultando e “este poder das relações conduz à necessidade de conceptualizar o indivíduo como parte de uma matriz relacional desde o início de sua vida” (CANAVARRO, 1999, p. 9). E esse modo de constituição faz com que, em cada uma das fases do desenvolvimento, o ser humano busque seu ponto de equilíbrio entre estar unido a outros ou ser autônomo.

2.2.2 A família do Direito

A Constituição Federal de 1934 foi a primeira no Brasil a dedicar um capítulo à família. A Constituição Federal de 1988 reservou um capítulo destacado apenas para esse ramo do Direito (Capítulo VII do Título VIII, parágrafo 7º).

Fundado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável, o planejamento familiar é livre decisão do casal, competindo ao Estado propiciar recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, vedada qualquer forma coercitiva por parte de instituições oficiais ou privadas (BRASIL, CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p.37).

Além disso, ressalta-se que “[...] o modelo de família [...] é fundado em preceitos como a igualdade, a solidariedade e o respeito à dignidade da pessoa humana, [...]” (LOBO, 2009, p. 5).

A família, constitucionalmente prevista no texto de 1988 (BRASIL, 1988), foi reconhecida sob três espécies: casamento, união estável e famílias monoparentais, entendendo que o conceito de família advindo apenas das relações que se estabeleciam no casamento não servia mais para representar a família na contemporaneidade. Neste texto de 1988 reconhece-se, então, como entidade familiar legítima e recebendo a proteção do Estado, o casamento, a união estável (família constituída pela convivência pública, notória e duradoura entre o homem e a mulher) e a família monoparental (comunidade formada por qualquer um dos pais e seus descendentes).

2.2.3 A família hoje

Atualmente esses conceitos têm mudado consideravelmente. São mudanças radicais que interferem diretamente nas concepções de família. Hoje os novos parâmetros construídos por meio da realidade social e cultural mudam a forma como as pessoas se comportam, mas não mudam o essencial, o que une as pessoas em torno de uma instituição chamada família. Neste sentido, a família pode ser vista como um sistema em constante transformação, evoluindo graças a sua capacidade de diminuir sua própria estabilidade e, então, recuperá-la através de uma reorganização de sua estrutura, com novas bases. A família, como um sistema aberto, experimenta pressões em direção à mudança, tanto internamente, através dos papéis de membros individuais da família satisfazendo as exigências de seus ciclos de vida, como externamente, através das exigências sociais (ANDOLFI *et al.*, 1984).

Os estímulos internos e externos e a conseqüente necessidade de mudanças exigem que os membros da família avaliem continuamente suas relações e reavaliem o equilíbrio entre unidade familiar e crescimento individual. A ligação entre necessidades individuais e exigências sociais forçou a integração de diversas modalidades interpretativas do comportamento humano. Assim, a família como um sistema relacional vai além do indivíduo e articula entre seus membros vários componentes individuais, atuando por meio de princípios que são geralmente usados para sistemas abertos (ANDOLFI, *et al.*, 1984).

De acordo com Cerveny (1997), na atualidade, a família ainda é marcada por valores, crenças e ideais trazidos de vários tempos, e que se apresentam ao mesmo tempo, o que torna a família uma instituição em que se concentram várias contradições, levando-se em conta que as escolhas de cada uma delas dependerão de todos os envolvidos.

Tem-se, hoje, uma nova estrutura de convivência familiar na qual os pais dividem com as mães a atenção dispensada aos seus filhos, pois, na maioria das famílias, ambos os genitores trabalham e dividem as tarefas do lar, dentre elas o cuidado com as crianças, o que gera uma maior aproximação destas com os pais. Cabe aos pais criar, educar e assistir seus filhos. O cumprimento desses deveres poderá levar a um desenvolvimento emocional, psicológico e social saudáveis; e, desde cedo, a criança pode aprender com os pais o que é certo e o que é errado, o que pode e o que não pode ser feito.

Minuchin (1990) aponta em sua obra que as mudanças vividas pela família correspondem às mudanças sociais e, na medida em que a família busca responder as demandas culturais, ela assume ou renuncia as suas funções principais de proteção e socialização de seus membros. Essas funções são ligadas a dois objetivos, um do ponto de vista interno, a proteção psicossocial de seus membros, e outro, externo, que diz respeito a um processo de acomodação e transmissão da mesma cultura da qual faz parte. A família, enquanto formadora da matriz da identidade, tem um duplo sentido para seus membros, o de garantir-lhes pertencimento e o de viabilizar a alteridade, sendo o pertencimento aquele que garantiria à criança a acomodação aos grupos familiares e aos seus padrões transacionais, os quais irão acompanhá-los durante os diferentes acontecimentos da vida. Importante também se faz compreender a família como um sistema aberto que recebe e envia influências para os demais contextos, buscando sempre se adaptar às exigências dos estágios de desenvolvimento nos quais se encontra.

Heilborn (2004) reafirma que, enquanto a valorização das ideologias igualitárias cresce, há uma desvalorização do papel da família. Essa discussão leva em conta o valor dos apoios fornecidos pela família na construção das identidades e subjetividades, assim como os danos advindos dessa ausência. Reflete também sobre a questão ética do profissional no trabalho com casais e família, para que sua conduta vise à valorização dos modos de subjetivação, agrupamento e dinâmica de

cada família. Portanto, cabe a todo profissional em suas práticas, verificar qual o compromisso ético que tem assumido, de modo amplo, para a criação de um mundo melhor que promova a todos a possibilidade de real desenvolvimento humano.

O que caracteriza essa relação é sua dinâmica de funcionamento, correspondendo a um conjunto de exigências invisíveis que organizam as interações. Essas, ao serem sucessivamente repetidas, passam a constituir um padrão familiar e regular no comportamento de seus membros. Certo grau de flexibilidade faz-se necessário, congregando padrões alternativos que possam estar disponíveis aos membros dentro do sistema quando seu uso se fizer oportuno, mantendo, assim, um vigoroso esquema de referência, auxiliando seus membros em suas mudanças internas e externas, sem perder a continuidade.

Minuchin (1990, p. 22) afirma que “o todo, formando um organismo multicelular é em si mesmo uma forma de vida”, ou seja, um sistema é mais que a soma de suas partes. Essa ideia da autonomia do sistema familiar como organismo vivo em funcionamento é, assim, considerada por toda abordagem sistêmica de família, como composta por todos ou outros vários subsistemas: dos pais (parental), dos filhos (fraternal), do casal (conjugal) (RELVAS, 2000). Todo organismo precisa sobreviver e prosperar; há que levar em conta seu ambiente e múltiplos subsistemas nos quais têm diferentes níveis de poder e nos quais aprendem habilidades específicas.

A família, enquanto um sistema define sua permeabilidade ou não a outros sistemas, estabelecendo as fronteiras que são as regras que determinam o modo, quem e como será a participação de cada membro, tendo essas regras a função de proteger a diferenciação do sistema.

Este processo se inicia na união conjugal, na qual cada um se apresenta com seus valores e expectativas que devem ser conciliados, perdendo em individualidade para ganhar em pertinência. É isto que constrói a base a partir da qual se somarão as experiências de participação em diferentes subsistemas familiares, contextos e grupos extra familiares, complementaridade entre família e sociedade. Neste sentido, Walsh (2005) esclarece que as famílias tendem a se desenvolver melhor quando conseguem encontrar um equilíbrio entre a intimidade e as diferenças; esse autor utiliza o termo “conexão” para falar do equilíbrio entre a unidade por um lado e, por outro, a autonomia de cada indivíduo.

Manter a tradição do antigo modelo familiar está cada vez mais difícil, devido às várias transformações no âmbito social. Do ponto de vista jurídico, têm ocorrido mudanças na legislação para dar conta dos vários fenômenos sociais, como a união livre, os filhos naturais e a legalização da união homoafetiva, mostrando um movimento no âmbito conjugal e familiar que afeta várias instâncias. Há hoje uma multiplicidade de modelos familiares, como exemplo: as monoparentais (formadas por pais e mãe solteiros, cônjuges separados ou viúvos), as famílias de segunda união, constituindo as chamadas famílias-mosaico⁴ e, recentemente, as famílias homossexuais.

A família monoparental é composta por apenas um dos pais e tem, obrigatoriamente, características como a afetividade e se fundamentam na afinidade. A família anaparental⁵ é aquela em que estão ausentes os sujeitos pai e mãe, nas quais os filhos são criados por tios ou pessoas afetivamente ligadas.

A família Paralela é aquela que se formou em paralelo a outra família já constituída. Seu reconhecimento deu aos filhos surgidos destas famílias, e independentemente da origem da união dos pais, os mesmos direitos do ponto de vista pessoal e patrimonial.

A família homoafetiva refere-se à união estável de duas pessoas do mesmo sexo e é reconhecida no Brasil desde maio de 2011. Esse reconhecimento torna legítima a união de duas pessoas do mesmo sexo para fins legais, garantindo a esses casais os mesmos direitos dados a casais heterossexuais

A família mosaico diz respeito àquelas surgidas dos recasamentos nos quais cada um dos parceiros, ou somente um, vem trazendo consigo os filhos ou

⁴ Aquela que, ao se separar, cai aos pedaços levando consigo, filhos, parte do patrimônio, agregados (empregados, afins) e que, logo depois, se reconstitui em outro relacionamento, agregando filhos, enteados, afilhados, formando uma nova figura, uma nova família, agora na forma de um mosaico, que se juntou depois de cair e partir-se em partes (FERREIRA; LIMA, s/d, p.92).

⁵ Etimologicamente, família anaparental quer dizer família sem os pais. “Ana” é prefixo de origem grega indicativa de “falta”, “privação”. A família anaparental ou amparental é aquela em que estão ausentes os sujeitos pai e mãe, mas presentes o afeto familiar e consanguinidade (BARBOSA SILVA, s/d, on-line).

agregados de outras uniões anteriores. Isso porque se pode definir mosaico como a arte de unir peças partidas, quebradas ou recortadas, colando-as próximas umas das outras, produzindo um determinado efeito visual.

Colabora também com as mudanças familiares todo o aparato de desenvolvimento científico das ciências médicas, com inseminações artificiais, fertilizações *in vitro*, doação de esperma e as “barrigas de aluguel”, que ampliam as possibilidades da constituição de novos padrões familiares.

Esses modelos surgiram em função de novas configurações e de vários processos como: a globalização, a busca da mulher por seu espaço no mercado de trabalho, da sua independência, da liberação sexual e o aumento de separações e divórcios.

Diante de tantas novas configurações, faz-se importante a criação de novos parâmetros éticos que possam incidir sobre as interpretações dessas novas formas de vida relacional.

[...] Isto porque a procriação, nestas versões, possibilita a reinvenção da família, da parentalidade e também da relação fraterna. [...] essas e muitas outras questões exigem posicionamentos éticos distintos daqueles que servem aos modelos tradicionais de família (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 114).

Se, do ponto de vista legal, os direitos se ampliaram e os critérios para avaliá-los são facilmente apreendidos, do ponto de vista afetivo muitas são as perguntas que permanecem sem respostas, propiciando indagações e requerendo várias pesquisas para respondê-las.

Cabe às famílias buscarem a melhor forma de adaptação a essas demandas, considerando que essas adaptações, por sua vez, transformam a realidade. Assim, é possível pensar que

A família é um sistema ativo em constante transformação, ou seja, um organismo complexo que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes. Esse processo dual de continuidade e crescimento permite o desenvolvimento da família como a unidade e, ao mesmo tempo, assegura a diferenciação de seus membros (ANDOLFI; MENGUI; NICOLÒ-CORIGLIANO, 1984, p. 18).

A necessidade de diferenciação, entendida como a necessidade de autoexpressão de cada indivíduo, funde-se com a necessidade de coesão e

manutenção, com o passar do tempo, da unidade do grupo. Em famílias saudáveis, a diferenciação individual e a coesão grupal são garantidas pelo equilíbrio dinâmico entre os mecanismos de diversificação e os de estabilização.

A existência de um sistema pressupõe a comunicação como condição *sine qua non* da vida humana e de transmissão da ordem social; por isso, todo o processo de interação ocorre em termos de uma comunicação verbal ou não verbal. Todo o sistema de comunicação aponta para um modo de relacionamento, assim cumprindo, segundo Walsh (2005), duas funções, uma que se refere ao aspecto e ao conteúdo (fatos, opiniões e sentimentos) e outra que se refere seu aspecto relacional (habilidades de falar e ouvir, abertura e clareza, respeito e consideração) e é, exatamente onde estes sistemas de comunicação falham é que aparecem os problemas familiares.

A família continua sendo, apesar de todas as mudanças vividas, um lugar para iniciar e desenvolver a vida social, ações essas que deveriam ser realizadas de forma adequada e equilibrada.

Sem dúvida a família não poderá sobreviver sem a vivência dos valores como: a flexibilidade pessoal, o amor, a criatividade, a disponibilidade para aprender e a confiança, valores esses resultantes das experiências vividas com cumplicidade e que oferecem ao casal as bases e os suportes emocionais necessários aos novos modelos e possibilidades de estruturação de dinâmicas mais adequadas às necessidades da família pós-moderna, com filhos pequenos. Tudo isso depende, ainda, de recursos ou de redes sociais de apoio que os atenda nessa fase em que as tarefas a serem desempenhadas são muitas e as adaptações necessárias, difíceis de serem administradas sem apoio. Assim, os profissionais da área de saúde, devem se manter atentos às dificuldades que o casal enfrenta e, na medida do possível, devem criar projetos em que se ampliem as redes sociais de apoio para essas famílias.

Todas essas considerações permitem eleger um genuíno interesse pela importância que as relações interpessoais têm para a compreensão do ser humano, interesse muito bem representado pelo conceito de “individualismo sofisticado” (CANAVARRO, 1999). Trata-se do modo pelo qual cada indivíduo compõe sua linguagem, sua moralidade, sua lógica e, conseqüentemente, sua história pessoal, que é, por isso, única e irrepetível. A família, por sua vez, é, em termos práticos,

quem viabiliza acessos a conhecimentos, estabelecendo regras morais e sociais e, em termos internos, apresenta-se como modelo de vinculação e de identificação para seus filhos.

Nesta pesquisa, que tem a teoria ecológica como forma de análise, considera-se igualmente importante a questão evolutiva: como as famílias respondem às situações de risco ou aos eventos estressores, modo este que se diferencia no decorrer de cada fase do ciclo vital. Deste modo, a análise foca não os problemas, mas a capacidade que a família tem de enfrentamento e os recursos que possui para lidar com as dificuldades. A família tem um papel determinante no processo da resiliência individual na medida em que é nela que se processa a construção da autoestima de seus membros. Este fator é fundamental para o desenvolvimento dessa resiliência, assim como as crenças que cada família constrói constituem a essência de seu funcionamento, podendo ser esta uma força poderosa para a resiliência, oferecendo combustível para que a família busque por soluções e crescimentos (WALSH, 2005).

Como a resiliência familiar está diretamente ligada às crenças compartilhadas que funcionaram como normas, regras e grau de flexibilidade no desempenho dos papéis, quanto mais os membros assumem as funções uns dos outros, mais o sistema continua funcionando, mais possibilidades terão diante do enfrentamento de situações de risco às quais a família pode estar exposta durante seu ciclo vital.

Walsh (2005) traz como processos chaves da resiliência familiar: **1- Sistemas de crenças:** consiste em atribuir sentido à adversidade ao vê-la como parte do ciclo da vida da família e percebê-la como administrável; ter um olhar positivo, com iniciativa, encorajamento, esperança, visão realista do que é possível mudar ou não; espiritualidade, ter valores, objetivos de vida, criatividade e crescer pela adversidade. **2- Padrões de organização:** flexibilidade (capacidade para mudanças, sentido de continuidade); coesão (apoio mútuo, respeito às diferenças, liderança, reconciliação); recursos sociais e econômicos (mobilização da família extensa, família trabalhando junto, equilíbrio financeiro). **3- Processos de comunicação:** envolvendo clareza (mensagens claras e esclarecimentos de ambiguidades); expressões emocionais abertas (compartilhar sentimentos, empatia nas relações, responsabilizar-se pelos próprios sentimentos, interações prazerosas); colaboração na solução de problemas (boa identificação dos problemas, buscar soluções

criativas, negociar decisões, colocar focos nos objetivos, pró-atividade).

Compreender os processos de resiliência familiar significa identificar o modo como esses processos estão funcionando dinamicamente dentro das famílias e também auxiliá-las a superarem suas dificuldades, para que se fortaleçam independentemente de a fonte de estresse ser interna ou externa ou que esses se processem de modos e níveis diferentes, de acordo com os contextos próximos ou sociais mais amplos.

Nichols e Schwartz (2007) sinalizam que pensar o individual a partir do familiar, e vice-versa, permite compreender determinadas questões e, como consequência, trazer aos envolvidos a diminuição dos conflitos, na medida em que se estabelecem correlações, amplia-se a compreensão dos fatos podendo, assim, minimizar os sofrimentos decorrentes disso.

Elaborar uma leitura dos fenômenos, a partir deste modo sistêmico, permite verificar as várias intersecções dos indivíduos com a família, e desta com os vários níveis sociopolítico e social que a circundam, analisando a conexão entre os sistemas, subsistemas e macrossistemas.

Minuchin (1990) valoriza a estrutura familiar e sua abordagem dá grande valor à análise e intervenção nos subsistemas, que são grupos demarcados por fronteiras internas, como o subsistema fraternal e o conjugal, cujos focos estão permanentemente nas interações entre os membros da família.

2.3 CICLO VITAL DA FAMÍLIA

A definição de ciclo no Dicionário de Português *On-line* Michaelis é: “Intervalo de tempo durante o qual se completa uma sequência de uma sucessão regularmente recorrente de eventos ou fenômenos”.

O desenvolvimento ao longo do ciclo da vida permite pensar que, em todas as relações interpessoais, cada indivíduo traz consigo memórias das relações passadas e perspectivas em relação às futuras, considerando-se que as experiências passadas têm efeito na vida presente, tanto no sentido de uma revivência, como na direção de uma mudança (RUTTER, 1995).

Em relação ao ciclo vital da família, lembra-se antes que o desenvolvimento humano é marcado por fases comuns a todos, considerando sempre as variações individuais que são: as diferenças de tempo em que determinados fenômenos acontecem, o modo como cada indivíduo lida com esses, os contextos sociais e as redes de suporte com as quais cada um pode contar. Deste modo, é possível pensar o ciclo da vida humana contendo estruturas de equilíbrio que se iniciam no nascimento e vão até a velhice, mas que se separam umas das outras por momentos de bifurcação. Cada uma dessas fases⁶ possui características próprias exigindo mudanças para lidar com elas. A passagem de um estágio para o outro é vivido por quebra de paradigmas e por crises. Isso implica em um luto pelo que se deixa e a incerteza diante daquilo que ainda não se estabeleceu, além do fato de se considerar a intensidade com que cada um vive essas crises (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Carter e McGoldrick (2001) apontam que estabelecer um marcador temporal para esta fase está se tornando cada vez mais difícil, pois os novos rearranjos familiares têm imposto um prolongamento dessas fases por parte dos filhos, que demoram mais a sair da casa dos pais. A abertura de novos modelos de família, em que os avós e tios também fazem parte desta família, traz questões para o casal sobre e como administrar o convívio de gerações tão diferentes, com demandas, por vezes, opostas em um mesmo espaço e tempo. Poucas famílias têm recursos suficientes para recorrer à casa de repouso, pagamento de dois cuidadores (dia/noite) para os pais idosos. Como as políticas públicas ainda são precárias em relação a isso, resta às famílias a absorção dos pais idosos em seus núcleos. Em uma variedade de situações, a família é, sim, a única garantia que têm seus membros quando se trata de cuidados, por isso a importância dos vínculos com a família extensa também é fundamental para oferecer suporte à família nuclear em suas necessidades.

⁶ O conceito de fases nesta pesquisa tomou como referência a divisão em fases do ciclo vital familiar de Cerveny, que envolve as várias etapas definidas por alguns fatores pertinentes a todas as famílias, determinando alguns acontecimentos esperados de serem vividos e que se formam desde a constituição da família até a morte dos indivíduos que a compõem (CERVENY, 1997).

Outro ponto importante na vivência das fases da vida é a ritualização que auxilia na demarcação das passagens do tempo, fornecendo um suporte externo para uma operacionalização externa. Na sociedade pós-moderna, percebe-se que esse processo é, muitas vezes, evitado, olhando-se somente para os ganhos, sem se dar conta da necessidade de saber se despedir do que fica para trás, sendo esta a melhor maneira de viver de modo integral o que vem como novo.

Sobre as várias fases pelas quais passam as famílias, considera-se que a passagem do tempo traz algumas características que permitem pensar essas fases da vida, sendo a permanência de um determinado modo o que caracteriza cada uma delas. Flach (1991) as conceitua como estruturas homeostáticas que abrangem: infância, adolescência, juventude e fase adulta de solteiro, início do casamento (conjugalidade), paternidade, vida de solteiro (prolongamento desta para quem não se casa/separados/viúvos), meia-idade e velhice.

Na travessia desses estágios, surgem alguns temas que são universais:

A necessidade de nos adaptarmos às circunstâncias externas; reavaliação da auto-imagem, manutenção e restauração da auto-estima; formação de novas amizades e renovação das antigas; desligar das pessoas ou dos objetos que amamos porque morreram ou foram embora; equilibrar nossa capacidade de independência com nossa necessidade de nos relacionarmos com outras pessoas; redefinir ou reafirmar nossos propósitos de vida; a ênfase que cada um desses objetivos vai receber também deverá variar individualmente, em condições de vida diferentes e em variados estágios do ciclo da vida (FLACH, 1991, p. 66-68).

Os conceitos de ciclo vital individual e de ciclo vital da família caminham juntos, na medida em que a família é o espaço no qual acontece grande parte do desenvolvimento dos sujeitos, favorecendo a formação da subjetividade individual, a partir de sistemas maiores (como a família) e outros grupos aos quais o indivíduo pertença. Do mesmo modo, cada casal constrói e organiza sua história a partir de momentos estruturantes da relação, marcados por processos que, em grande parte, estão em função do ciclo vital no qual vivem. Sendo assim: “é impossível pensar em ciclo vital dissociado de movimento, crescimento, ordenação, etapas e assim por diante” (CERVENY; BERTHOUD, 2002, p. 23).

O desenvolvimento da díade conjugal apresenta várias transições, e exige do casal esforços constantes, frente às mudanças, para estabelecer um novo processo

de adaptação, onde a “questão básica da relação conjugal é a dialética do conflito entre autonomia e intimidade” (COSTA, 1994, p. 35).

Nessa perspectiva, essa pesquisa optou por exemplos que correspondiam a algumas fases do ciclo vital da família. Tomam-se esses ciclos como momentos fundamentais do processo de desenvolvimento humano do casal, na medida em que suas alternativas apontam para um modo de funcionamento do sistema familiar, mas também servem de possibilidades para o surgimento de novos rearranjos para um modo de ser resiliente ou não. Portanto, buscou-se estudar os casais inseridos em seus respectivos contextos, posto que esses contextos refletem as suas realidades em relação aos pontos de vista social, econômico e cultural. O modelo de ciclo vital utilizado foi o proposto por Cerveny em 1997.

Essa caracterização coloca a família ao longo do seu ciclo vital em 4 etapas não rigidamente circunscritas que são: 1- Família na Fase de Aquisição; 2- Família na Fase Adolescente; 3- Família na Fase Madura; 4- Família na Fase Última (CERVENY; BERTHOUD, 2002, p. 24).

A fase de aquisição engloba desde a união do casal, o nascimento dos filhos a conquista de patrimônios e a redefinição de novos papéis que ambos começam a exercer. Saem da condição de filhos e passam a serem pais. Os processos de negociação de valores, crenças e costumes são fundamentais nesses momentos e as conquistas de novas estruturas, tanto financeiras como afetivas, ocupam lugar central nesta fase. O tempo de duração dessa fase é variável, visto que as demandas do mundo moderno criam necessidades que, muitas vezes, os casais demoram a atingir. Assim, procurou-se representá-la a partir de casais com média de dois a cinco anos de união, mas que também poderiam ser representadas por casais com mais tempo de união, visto que esta fase vem se prolongando para os casais pelas exigências da modernidade.

Na fase adolescente, estão os casais com filhos que se encontram no período do início ao final da adolescência. Período de profundas transformações no modo de relação entre pais e filhos; em que valores e crenças começam a ser questionados, surgindo a necessidade de novas formas de negociação. Momento de crise para os filhos, que começam a amadurecer e a alicerçar suas identidades. Essa fase mobiliza nos casais a vivência de outra crise, em que também reveem a própria vida,

o que vale a pena ou não, repensando a saúde e o envelhecer. Desse momento emerge um rearranjo familiar, mudanças na segunda fase e que, dependendo das possibilidades de adaptação, permitem novos desenvolvimentos. Para representar essa fase foram entrevistados casais com doze e dezessete anos de união.

A fase madura refere-se ao momento da saída dos filhos para estudar fora até atingirem a maturidade, com novas mudanças no relacionamento entre pais e filhos, pois esses agora tendem à independência e o alcance gradativo da gestão da própria vida, momento que se pode reativar o evento denominado “ninho vazio”, em que o casal tende a rever suas vidas e estabelecer novas metas, já que os cuidados diretos com os filhos se esgotaram. Nesta fase, observa-se a entrada de novos membros na família extensa, aposentadorias por vir e a emergência de renegociações e padrões. Como representantes dessa fase, estão os casais com vinte e cinco e trinta e cinco anos de união.

Na fase última aborda-se o fenômeno do envelhecimento do casal e a presença dos processos que implicam a perda de autonomia em vários aspectos, como a saúde, a administração autônoma da própria casa, as dependências financeiras (dos pais para com os filhos) e medicamentosas, trazendo ao casal novos modos de viver e conviver entre si, com os contextos sociais e como modo pelo qual essas dependências são absorvidas. Nessa fase, tende a ocorrer uma inversão de papéis, fazendo com que os filhos, muitas vezes, assumam o lugar de cuidadores dos pais. Surgem questões no âmbito da moradia de quem oferece suporte ao casal, visto que, geralmente, eles já não conseguem fazê-lo por si mesmos, e culminando o ciclo do casal com a viuvez de uma das partes, o que impõe novas configurações à família extensa. Importante salientar que a vivência dessa fase irá depender de como o casal pôde constituir as fases anteriores, sua flexibilidade e adaptação aos limites e, principalmente, como atravessou as dificuldades impostas pela vida. Para representar essa fase, abordaram-se os casais com cinquenta e sessenta anos de união, completando-se, assim, o ciclo vital das vivências de resiliência no casamento/conjugalidade que se desejou pesquisar.

A fase última caracteriza-se também pela aposentadoria de um ou ambos os cônjuges, a perda da autonomia e a fragilidade física. O casal volta a ficar sozinho, depois da saída dos filhos, e, dependendo do relacionamento estabelecido, pode ser

uma oportunidade de encontro ou de solidão compartilhada sobre o mesmo teto (SILVA *et al.*, 1997).

2.4 CONJUGALIDADE

O termo conjugalidade aqui adotado corrobora a concepção de Dihel (2002, p. 138)

Um neologismo da palavra conjugar, que dá a idéia de união, de ligação entre duas pessoas, sem necessariamente a existência de um contrato formal entre elas. O surgimento de neologismos como conjugalidade se deve, em parte, às amplas e profundas transformações sociais e culturais pelas quais vem passando a família na atualidade.

A conjugalidade, segundo Féres-Carneiro e Magalhães (2000), é compreendida como uma estrutura composta a partir da individualidade dos membros de um casal e do interjogo dinâmico do par conjugal, ou seja, seria um eu conjugal, um sistema com funcionamento autônomo. Para Menezes e Lopes (2007), uma das características centrais da conjugalidade é a oscilação entre momentos de fusão e de diferenciação entre os membros do casal. A conjugalidade na modernidade supõe o conceito de vinculação do adulto como “relações diáticas, nas quais a proximidade de uma figura, considerada especial e preferida a outras, é mantida com o objetivo de sensação de segurança” (SHELDON-KELLER, 1994, p.19).

Esse conceito nos remete a pensar que os modos de vinculação retratam modelos de funcionamento específicos e que, por sua vez, determinam o comportamento dos indivíduos em suas relações com essas figuras de vinculações, já que representam experiências passadas, tendo como referência a primeira relação de vínculo do bebê com sua mãe ou outras figuras de vinculação próximas que tenham gerado sensação de segurança e proteção. Nesse sentido, os vários momentos de transição no ciclo da vida podem servir como possibilidade de mudanças, oferecendo novos modelos para reconstrução do funcionamento interno; como por exemplo, as transições da adolescência e da vida adulta em relação a acontecimentos normativos (casamentos, nascimentos, etc.) e não normativos (mortes, etc.). É importante conceitualizar que a vinculação é um processo que se

dá por meio de interações e/ou acontecimentos, ocorrendo nas relações de intimidade e tendo como característica a segurança e a afetividade saudável.

Conviver sempre foi um desafio para o homem, porém, nas relações de intimidade, isso fica mais evidente, considerando a sociedade moderna individualista, que legitima a fragilidade e a descontinuidade das relações afetivas, resultando em superficialidade e empobrecimento. “Sem contar as várias dificuldades e contradições que estes modos de relação têm trazido a todos na atualidade” (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 107).

Ao partir, o jovem casal em lua de mel leva suas expectativas, cabendo-lhes a árdua e difícil tarefa de começarem, dali em diante, a rever essas expectativas frente ao que o outro possa lhe oferecer e isso exige muito de cada um, considerando que trazem em suas bagagens internas os modelos de suas famílias de origem e os registros de como seus pais o educaram, os valores, as crenças, os mitos e a prática da arte de educar desta família.

Formar um casal e constituir uma nova família é uma das possibilidades que o indivíduo tem de constituir vínculos duradouros. Assim, o que chamamos de 'o nascimento emocional da família' é um processo que implica a construção gradual de um vínculo que propicie apego e cumplicidade e também independência e autonomia emocional. Numa díade saudavelmente apegada, um casal serve como base segura ao outro, como uma fonte de abastecimento e de abertura para a vida, relação que confere a certeza de que a outra pessoa estará sempre lá e é possível sempre se reabastecer (CERVENY, 1997).

Vários autores trazem a conjugalidade como fonte de bem-estar, na medida em que a ligação com alguém significativo traduz-se em um ponto de apoio emocional, aumentando a autoconfiança. Porém, essas vivências dependem do nível de satisfação que a conjugalidade proporciona, explicando o fato de que a maioria das pessoas quer se casar, acreditando ser este o melhor espaço para a satisfação de seus desejos afetivos, de intimidade emocional e sexual (NARCISO, 2009).

Falar de conjugalidade é, necessariamente, falar de gênero e do modo como esta questão foi sendo redefinida pelos contextos econômicos, históricos e políticos ao longo do tempo.

O movimento feminista, iniciado nos Estados Unidos da América e em alguns países da Europa, emerge no Brasil no final dos anos 70 e início dos 80 (período que coincide com o processo de redemocratização do país) “[...] E o movimento feminista, ao discutir o feminino, conseqüentemente, acabou por rediscutir o masculino” (MARTINS, 2004, p. 17).

Segundo Jablonski (1995, p. 156), a mudança no papel exercido pela mulher leva os homens a “um sentimento de perplexidade e confusão”, uma oportunidade para repensarem seu papel, seja para reforçá-lo seja para reformulá-lo.

Falar das transformações que a conjugalidade atravessa remete ao entendimento sobre as mudanças do casamento no Brasil e sobre o papel da mulher, conforme Biasoli Alves (2000), que esclarece sobre as motivações pelas quais passa o casamento.

Nas duas primeiras décadas do século passado, eram as famílias de origem que decidiam quando e com quem as filhas se casariam. Nos anos 30 e 40, as mulheres tinham escolhas, mas precisavam passar pelo crivo do que os pais consideravam um bom casamento. Só nos anos 50 e 60 é que os pares passam a ter direito de se conhecer fora do domínio da família de origem, em um movimento inverso, cabendo aos pais aceitarem a escolha dos filhos.

Em relação à parte legal dos casamentos, Berquó (1998) informa que, na época do Império, o que determinava o vínculo conjugal era o *status* religioso, católico e indissolúvel e, a partir de 1870, deu-se a organização do registro civil documentado, tendo a igreja que informar ao Estado todos os registros matrimoniais. Somente no ano de 1890 ocorre a criação da lei do casamento civil, passando a se desvincular totalmente do casamento religioso e ganhando *status* de validade familiar e civil. Depois de meio século, em 1942, no artigo 315 do Código Civil, estabeleceu-se o desquite, em que se separavam os bens com a quebra do vínculo matrimonial. Mas foi só em 1977, com a instituição do divórcio, quando se permitiu aos então divorciados contraírem novo matrimônio, é que surgem inúmeros recasamentos e novas formas de conceber a conjugalidade, para responder às emergências sociais.

Embora o número de casamentos seja grande no Brasil, as uniões informais ganharam espaço. Ainda Berquó (1998) nos esclarece que a união consensual surge como uma alternativa de verificação da realidade conjugal, sem maiores

comprometimentos, sendo a questão, em geral, do surgimento de novas formas de conjugalidade como resposta às necessidades pessoais, sociais e econômicas. Um dos reflexos da questão econômica na vida dos casais é a redução do número de filhos, um ou dois, pelos custos como escola, saúde, entre outros fatores.

O que se verifica nas pesquisas (Féres, 1994, 1998, 2003 e 2010; Jabilonski 1995, 1998 e 2003; Goldenberg (2005) e Machado (2007)) é que a conjugalidade não deixou de ser uma fonte de felicidade para o homem moderno.

Os indivíduos têm se divorciado, não por considerarem o casamento menos importante, mas, justamente porque sua importância é tão grande que eles não aceitam que a vida conjugal não corresponda às suas expectativas. Com o aumento das separações, crescem também em número e em diversidade, as novas configurações familiares (CARVALHO FILHO, 2000, p. 45).

Complementando essas ideias, Paul Jonckere (2000, p.11) refere-se à conjugalidade da seguinte forma:

[...] para designar a essência do projeto conjugal e nomeadamente a aspiração profunda, aparecida desde a muitos milênios, de realizar uma união duradoura, apoiando-se numa atração comum, na promessa de fidelidade e de perenidade relativamente ao desejo de fundar uma família.

Tendo em vista que os índices de recasamentos têm aumentado no Brasil (IBGE, 2010), abre-se o seguinte dilema: se, por um lado, deseja-se manter o casamento, por outro, o que se espera da conjugalidade? Cezimbra (2003, p.1), citando Roudinesco, afirma que: “A família não morreu, mas está sendo reinventada no cotidiano. [...] Ela é ainda amada, sonhada e desejada por homens, mulheres e crianças, em todas as idades, orientações sexuais e condições sociais”.

A conjugalidade é ainda um lugar em que se depositam projetos e é vista como fonte de vida e realização do ser humano, mas, como tudo, vem sofrendo mudanças nos últimos anos. Para a mulher, vem se mostrando fonte de insatisfação, na medida em que 70% dos processos de separação são deflagrados por elas; os homens também contribuem para as separações com a questão da infidelidade como ponto alto, segundo os dados (BERQUÓ, 1998).

A preocupação com a conjugalidade é antiga, segundo Feres-Carneiro (2010), citando Terman *et al.* (1938), que realizou a primeira medida de qualidade conjugal, utilizando apenas uma pergunta para avaliar a felicidade e a satisfação dos cônjuges, a saber: “o que diferencia os casais felizes dos infelizes?” Constata-se não existir ainda um consenso teórico sobre isso, visto que a felicidade conjugal é uma questão multidimensional, muito subjetiva e sobre a qual variam as teorias que embasam as pesquisas. Porém, as mais utilizadas, segundo Diehl e Wagner (2002), são: a Teoria da Troca Social, que afirma serem as variáveis do meio, tanto os obstáculos como a sua superação, fundamentais para avaliar o relacionamento conjugal; a Teoria da Crise, que analisa o modo como lidam com as situações adversas e superam os obstáculos; a Teoria do Apego, que valoriza as primeiras interações e a quarta é a Teoria dos Sistemas Familiares, que pressupõe a ideia de família como criadora de um sistema próprio e com dinâmicas específicas. Essas teorias têm em comum a valorização do contexto, a capacidade de autoavaliação e de superação dos problemas fundamentais na delimitação daquilo que se possa chamar de qualidade conjugal, colaborando com a manutenção da relação.

Karney e Bradbury (1995) apontam que a união das três teorias (do apego, da crise e da troca social) criou um modelo interacionista que valoriza o contexto, os recursos pessoais e os processos adaptativos como fundamentais para a conjugalidade. Pode-se concluir, a partir das leituras e pesquisas realizadas, que o fenômeno da conjugalidade é multidimensional e que os estudos nessa área têm que ser realizados de maneira interdisciplinar, para que uma compreensão mais próxima da realidade seja possível.

Ressaltam-se pesquisas de autores como Jablonski (1995); Goldenberg (2005); Aboim (2009); Oltramari (2009) e Féres-Carneiro (1994, 1998 e 2010) como as que mais se alinham ao tema pesquisado, apontando, de modo geral, que o maior impacto da modernidade sobre a conjugalidade é o fenômeno do excesso de individualismo que começa, historicamente, quando o homem se tornou o centro do universo, ocupando o primeiro plano e caminhando do Iluminismo até a Pós-modernidade, quando este grande “eu” ocupa cada vez mais a cena. Hoje, segundo Hall (2006), questionam-se os efeitos dessa construção subjetiva, considerando que as mudanças transformam diretamente as identidades, trazendo como consequência a insegurança e a dúvida; e o que era estável e coerente, passa a ser incerto.

O que se constata na literatura pesquisada é que a conjugalidade só se mantém enquanto responde a esses anseios narcísicos, de que os cônjuges sejam exatamente como se deseja; oscilando entre esperar dos parceiros (as) a completude (que não existe), abrindo espaços para a frustração e, se isso não ocorre, os parceiros são descartados por não corresponderem a esse lugar idealizado (FERES-CARNEIRO, 1994, 1998, 2003, 2010; JABLONSKI, 1995, 1998, 2003).

Sobre esse conflito, Calligaris (1994 *apud* FUJIOKA, 2009, p.41) lembra que:

[...] em parte essa idéia ao mostrar que o drama dos relacionamentos contemporâneos é que desde que o amor e o desejo passaram a fazer parte do quadro da conjugalidade, as pessoas tornaram-se intolerantes ao fato de que eles podem não se realizar plenamente.

Outro conceito utilizado pelos teóricos da conjugalidade é o de afetividade líquida, trazido pelo sociólogo Zygmunt Bauman (2005) para explicar a dificuldade de solidez das relações na atualidade, produzindo não só laços muito frágeis, mas profundas angústias, na medida em que inviabiliza a credibilidade no ser humano. Em sua definição de amor líquido, Bauman aponta que, hoje, os relacionamentos são de “bolso”; só servem se posso carregar de modo fácil e sem esforço algum e esclarece que já existem condições prévias. Para se travar um relacionamento, como “primeira condição deve-se entrar no relacionamento plenamente consciente e totalmente sóbrio. Lembre-se: nada de amor à primeira vista aqui” (BAUMAN, 2004, p.37).

Isso demanda a satisfação imediata, não permite o tempo necessário para a construção de uma identidade do casal e nem o amadurecimento de cada parceiro para aprender a conviver com as faltas e com os limites. Nessa perspectiva, a rapidez com que os relacionamentos afetivos nascem e são descartados está diretamente ligada à dificuldade de sair do mundo idealizado em que tudo é possível, em se distanciar de toda a gama de valores líquidos da sociedade pós-moderna, entendendo os sentimentos como mercadorias que só se mantêm enquanto servem ao indivíduo.

Novos modos dessa expressão de relacionamento, de conjugalidade, surgem, entre eles o “ficar”, como modo de relacionamento e que ganha sentido na

sociedade urbana contemporânea na medida em que o que “está em jogo é a autossatisfação e a evitação da frustração que poderia decorrer de um compromisso afetivo com o outro” (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 46). Esse é um dos grandes engodos da atualidade, pois, a frustração diante das separações não é determinada pelo padrão legitimado da categoria formal do *status* da relação, mas sim pela possibilidade de vínculos e investimentos afetivos a que ela corresponde. Esses, invariavelmente, são ditados por processos inconscientes, mas, sem dúvida, representam uma necessidade de controle dos aspectos afetivos humanos, como já acontece em inúmeras áreas da vida humana.

Feres-Carneiro (2011) lembra, ainda, que os valores que regem os relacionamentos estão mudando. O que se verifica, na atualidade, é uma prioridade dos parceiros de iniciarem uma união conjugal da prevalência de bens materiais e de relações sexuais em detrimento dos sentimentos. Isso deixa entrever o processo de efemeridade das relações e os altos níveis de depressão na atualidade, pois, quanto mais ocorre um distanciamento dos reais sentimentos, a capacidade de vinculação não pode mais ser levada em conta; o que sobra ao homem, então, é o esvaziamento e a perda de sentido da vida.

Muitos outros autores ratificam o fato de que, na atualidade, o papel da sexualidade nos relacionamentos a dois vem assumindo um lugar privilegiado no discurso dos casais, ocupando a cena em vários canais de comunicação como questão central para a conjugalidade. Todavia, faz-se necessário um olhar mais abrangente que dê à sexualidade um lugar importante, mas não suficiente para determinar sua existência. Nesse sentido, a sexualidade “não prova nada, mas adquire valor validando, confirmando, tornando mais convincente outra categoria de experiências, experiências que se jogam num plano mais psicológico que físico mais afetivo que instintivo o das emoções” (CAILLÉ, 2002, p. 362).

Outra perspectiva presente nas relações conjugais atuais é a de que se, por um lado, essas têm a questão da efemeridade, por outro, se substituem através do novo, alimentando assim, um desejo profundo do humano que é o de pertencimento e vinculação. Assim indicam que a sociedade atual é:

[...] uma sociedade em mutação contínua, vertiginosamente criativa, que se alimenta de seus próprios desvios para se auto-renovar e reinventar

constantemente. Uma vez que tudo é assimilado com muita rapidez, é necessário “reinjetar” o novo sem parar, [...] (LIPOVETSKY, 2007, p. 76).

Aponta-se, pois, para um fenômeno presente nas sociedades capitalistas: a capacidade de trazer o mesmo revestido de roupagem nova, mantendo assim a ilusão do novo constantemente. Fenômeno que, além dos objetivos da comercialização de produtos, “protege” as pessoas de entrarem em contato com os efeitos da passagem do tempo e, por fim, com a finitude humana.

Nesse sentido, existe toda uma estruturação construída na sociedade e vendida nas mídias de que existe “a perfeição”, “a completude”. A ideia de montagem e construção do “outro”, de acordo com os desejos e expectativas de cada um dos envolvidos, não se baseia na aceitação do outro enquanto alteridade e diferença e, por isso, o “encontro” pode ser belo. Essa ideia pode ser ilustrada pela música do grupo Kid Abelha, “Como eu quero”, que diz: “Uh! eu quero você / Como eu quero!... / O que você precisa/ É de um retoque total/ Vou transformar o seu rascunho/ Em arte final [...]” (LEONI; TOLLER, 1984).

Pelo potencial explicativo de análise dos fenômenos das relações, tanto nos aspectos micro, meso, exo como nos macros contextos, com possibilidades de compreensão que viabilizem ajuda real aos casais em seus desafios, , tomou-se aqui a abordagem sistêmica de Bronfenbrenner como referencial.

2.5 TEORIA BIOECOLÓGICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

Para compreensão da Teoria Bioecológica de Urie Bronfenbrenner e de sua contribuição para a temática da resiliência na conjugalidade, especifica-se o que nesta pesquisa foi entendido como desenvolvimento humano, dado a complexidade e amplitude do conceito:

Todo o progresso alcançado por uma pessoa em toda e qualquer área de sua vida e em qualquer dos aspectos biológicos, psíquicos, sociais e históricos, é compreender o homem em todos os seus aspectos, englobando desde o nascimento até a morte (DESSEN *et al.*, 2007, p. 381).

A obra “A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados” é a que inicialmente delinea o estudo de Bronfenbrenner (1979) sobre a compreensão do desenvolvimento humano, demonstrada “através de um conjunto de sistemas aninhados, denominados de microssistemas, mesosistemas, exossistemas e macrosistema” (KREBS; COPPETI, 1997, p. 67).

Bronfenbrenner (1917-2005) parece ter sido influenciado pelo local onde foi criado, tomando-o como fonte de inspiração para teorizar sobre o desenvolvimento humano. Trata-se de uma instituição para pessoas com problemas psíquicos, local de trabalho de seu pai, neuropatologista. Ao verificar a interdependência entre os “organismos vivos e seu ambiente, conscientizado da influência da comunidade na saúde mental, daí o desejo de desenvolver e implementar políticas públicas que pudessem contribuir para a melhoria das condições de vida da população” (NARVAZ; KOLLER, 2004, p. 51).

A grande inovação da teoria ecológica é que os processos psicológicos passam a ser propriedades de sistemas. O foco da teoria está nos processos e nas interações, rompendo com a ideia dicotômica entre mente-corpo, pessoa-meio, sendo essa teoria influenciada pelas ideias de Kurt Lewin, psicólogo social, para o qual: “O desenvolvimento consiste em um processo de interação recíproca entre a pessoa e o seu contexto através do tempo” (NARVAZ; KOLLER, 2004, p. 53). Este conceito, na teoria de Bronfenbrenner, foi reformulado, passando a enfatizar o processo definido como um

[...] construto fundamental do novo modelo, tendo destaque a ênfase nos processos proximais- formas particulares de interação entre o organismo e o ambiente que operam ao longo do tempo e são “os principais motores do desenvolvimento”(BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998, p. 996).

Assim, esses quatro núcleos foram denominados de PPCT (Processo, Pessoa, Contexto e Tempo). O Processo, enquanto primeiro componente da teoria bioecológica, tem como destaque as interações “proximais consideradas os propulsores de todo o processo de desenvolvimento (BRONFENBRENNER; MORRIS, 1998). Esses autores esclarecem que tais processos ocorrem a partir de cinco premissas, que são: a pessoa estar inserida em uma atividade; esta interação

deve ocorrer em base regular de tempo; ir se complexificando ao longo do tempo; para que sejam efetivos, deve existir reciprocidade das partes envolvidas; o entorno, objetos, símbolos do ambiente devem buscar estimular a atenção, a exploração, a manipulação e a imaginação da pessoa em desenvolvimento. Assim, o desenvolvimento é composto pela

Ontogênese dos processos evolutivos, destacando desde os eventos genéticos até processos culturais, desde os processos bioquímicos e fisiológicos até as interações sociais, com os padrões de adaptação sendo entendidos mediante interações dos níveis internos e externos ao indivíduo (DESSEN; JÚNIOR, 2005, p.11).

À medida que velhos paradigmas são quebrados e novos se delineiam, o desenvolvimento humano deixa de ser pensado fora de um contexto, sendo esse não um item que compõe a análise, mas uma condição *sine qua non* para a compreensão do ser humano. O processo se constitui em um instrumento de análise que permite considerar: “Valores relacionados à idade, ao gênero, ao estágio de vida, à trajetória ou ao curso da vida; se inseridos em um dado contexto, assumem certas características que, se analisadas sob outros contextos, dificilmente seriam iguais” (DESSEN; JUNIOR, 2005, p. 19).

Esta questão remete às características da conjugalidade em determinados povos, por exemplo, o fato de o homem conviver com várias mulheres, muitas vezes, dentro de uma hierarquia ou especificidade na relação. Já na cultura ocidental, essa prática é considerada traição e permite, inclusive, a ruptura dos laços. Desse modo, a noção sobre o que é normal à conjugalidade é relativa, por isso os padrões de desenvolvimento humano devem ser considerados levando-se em conta os contextos.

A pessoa, segundo componente de acordo com Bronfenbrenner e Morris (1998), tem seu desenvolvimento relacionado às características determinadas biopsicologicamente e aquelas construídas na interação com o ambiente, mas que também interagem entre si, de acordo com a estabilidade e a mudança das características biopsicológicas da pessoa ao longo do seu ciclo vital. Assim, a análise da conjugalidade como um sistema com o foco nos processos proximais é fundamental para a compreensão do que ocorre na estruturação das conjugalidades.

Neste sentido, pode-se pensar o quanto a conjugalidade é atravessada pelas características de cada parceiro que compõe a dupla e que conduzirá esta conjugalidade com seu referencial interno de expectativas, experiências vividas na família de origem, empenho, dúvidas, medos, assim como suas determinações biológicas ou predisposições genéticas que marcaram seus graus de impulsividade. Pode-se pensar aqui nas mudanças sofridas pelo ciclo vital da conjugalidade, que geram mudanças na forma como o casal se relaciona em cada fase da vida, repletas de nuances próprias; como exemplo, a fase dos filhos pequenos, que tem características próprias e todas as outras subsequentes.

A pessoa, como segundo componente da teoria bioecológica, apresenta três características: a força, os recursos e as demandas, que favorecem ou obstaculizam a relação de casal, dependendo de suas características e como interação entre as partes. A força pode ser considerada como disposições comportamentais que auxiliam ou impedem o desenvolvimento. Os recursos envolvem toda gama de experiências vividas, habilidades e conhecimentos, já as demandas relacionam-se aos atributos da pessoa, que podem provocar ou impedir reações no ambiente ao qual pertence (POLETTI; KOLLER, 2006).

Já o terceiro componente refere-se ao contexto que compreende a “interação de quatro níveis ambientais (micro, meso, exo e macrosistema). Tais níveis estão articulados na forma de estruturas concêntricas inseridas umas nas outras, formando o meio ambiente ecológico” (NARVAZ; KOLLER, 2004, p. 57).

O microsistema é o contexto no qual existem relações interpessoais experienciadas (no sentido de como a pessoa percebe a realidade); onde ocorrem os processos proximais que produzem e sustentam o desenvolvimento. É o lugar em que ocorrem os aspectos dinâmicos de força, recursos e demanda de cada pessoa e as interações de seus vários aspectos físicos, sociais e simbólicos. Assim como pela interação com “outros significativos que vão atuar a partir de seu modo de funcionar e contribuir como ativadores das relações de reciprocidade para a pessoa em desenvolvimento” (BRONFENBRENNER, 1995).

O principal foco de análise, neste estudo, foi o sistema familiar, considerando o casal na sua relação de conjugalidade, sua dinâmica nesse microsistema. O mesossistema refere-se ao conjunto de microsistemas que a pessoa, ao crescer, vai ampliando, como escola, igreja, enfim, pequenos grupos que passam a compor a

vida de uma pessoa. Nesse sentido, é representado por qualquer sistema nos quais o casal transite (família do cônjuge, vizinho, escola, igreja). O exossistema é formado pelos ambientes que têm participação indireta na vida da pessoa, mas que a influenciam, aqui, por exemplo, o trabalho dos pais, a vida social que levam a comunidade em que a família se encontra. O macrossistema é formado por influências não mensuráveis diretamente, como crenças, culturas, governos e subculturas (BRONFENBRENNER, 1996). Por fim, o quarto componente do modelo é o tempo, que permite verificar os efeitos de continuidade e mudanças, no caso, a vida conjugal, para o desenvolvimento humano, subdividindo-se em micro, meso e macrotempo. É importante pensar que a mudança no tempo altera as vivências pelas quais os casais e as famílias estarão submetidos, verificando-se quais os efeitos desta passagem do tempo para a construção da conjugalidade.

A análise dos processos proximais permite observar como se estabelece a conjugalidade, utilizando o tempo como condição, sem o qual a conjugalidade não é construída, assim como as mudanças que o tempo traz aos casais, quais os aspectos positivos que podem funcionar com protetores e os que podem operar como risco para essa conjugalidade.

Importante observar que as mudanças não ocorrem só pela ação do tempo na pessoa, mas também no ambiente, na cultura, na história. Dentro das influências sobre o curso da vida existem as chamadas normativas (acontecem normalmente ao longo da vida, ex.: nascimento, casamento) e as não-normativas (como doenças, desemprego, etc.). Sobre isso, Bronfrenbrenner (1996) também aborda as influências dos cuidados, apontando vários estudos de famílias em relação a outros microssistemas, tais como a escola e outras redes sociais que alteram a estrutura da conjugalidade e também se deixam alterar.

3 PROPOSIÇÃO

As transformações instauradas nos últimos tempos, em grande parte gestadas pelas inovações tecnológicas e necessidades advindas das novas demandas do mundo pós-moderno, trouxeram profundas mudanças no processo de conjugalidade, demandando novas respostas e outros modos de operacionalização dos vínculos.

Observa, com isto, novas indagações e formas de lidar com os fenômenos, que merecem um olhar atento, especialmente da ciência, para não perder o foco daquilo que verdadeiramente importa para o processo do desenvolvimento humano (DIEHEL, 2002).

Neste sentido é que foi proposto estudar o tema da conjugalidade por meio da análise dos desafios enfrentados pelos casais ao longo do ciclo vital do casamento e dos fatores de risco e proteção disponíveis nos vários contextos aos quais esses casais pertencem, verificando os aspectos que se mantiveram como proteção em todo o ciclo vital e que contribuíram para o desenvolvimento da resiliência familiar como um processo alcançado pelos enfrentamentos das dificuldades.

Para tanto, problematiza como esta questão se apresenta no contexto de uma cidade do interior paulista em que tal fenômeno suscita uma comparação mais acurada por parte da ciência.

A seguir, apresenta-se o método proposto para a investigação.

4 MÉTODO

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa; segundo Godoy (1995, p. 21),

[...] um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado numa perspectiva integrada. Para tanto, o pesquisador vai a campo buscando “captar” o fenômeno em estudo a partir da perspectiva das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vista relevantes. Vários tipos de dados são coletados e analisados para que se entenda a dinâmica do fenômeno.

A pesquisa qualitativa é aquela que “responde a questões muito particulares, [...] trabalha com o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes [...]” (MINAYO, 2009, p. 21).

Por isso, esta pesquisa é qualitativa na medida em que busca responder o que seu objeto pressupõe, e, nesse sentido:

[...] os métodos e a teoria devem ser adequados àquilo que se estuda. Se os métodos existentes não se ajustam a uma determinada questão ou a um campo concreto, eles serão adaptados ou novos métodos e novas abordagens serão desenvolvidos (FLICK, 2009, p.9).

Esta pesquisa caracteriza-se como sendo de natureza exploratória no que se refere à categorização inicial do problema, com todo processo de definição e classificação que o momento requer; sendo sempre o primeiro estágio de toda pesquisa científica. Abarca momentos importantes da pesquisa, que se estendem desde a escolha do tema do referencial teórico até a exploração de campo. A pesquisa exploratória requer uma boa pesquisa bibliográfica que viabilize uma comunicação possível entre os conceitos e o objeto da pesquisa, estimulando atitudes de humildade ao perceber que o conhecimento adquirido será sempre aproximado, provisório e parcial, devendo estar vinculado à vida real e sem perder de vista o caráter histórico/cultural ao qual está condicionada toda pesquisa relativa ao ser humano em suas interfaces (MINAYO *et al.*, 2009).

4.1 POPULAÇÃO

Abordou-se o total de oito casais, com tempo de união de aproximadamente dois a cinco anos (fase de aquisição), dez a quinze (fase adolescente), vinte e cinco a trinta e cinco (fase madura), cinquenta a sessenta (fase última), perfazendo todo o período do ciclo vital do casamento (CERVENY; BERTHOUD, 2002). As entrevistas aconteceram com cada casal separadamente e nestas estavam presentes marido e esposa ao mesmo tempo. Foram entrevistados dois casais de cada fase, totalizando, assim, oito casais.

Como critérios de inclusão foram escolhidos casais heterossexuais, por compreender que, no tempo de união estipulados para essa pesquisa, a união homossexual oficializada ainda não existia, ou seja, como característica comum a casais de todas as fases do ciclo vital. Outro critério foi residir na cidade escolhida para a coleta dos dados. A questão da raça, cor, credo ou a forma de união (formal ou não formal) não foi fator de exclusão, posto que o interesse foi o de avaliar o processo de conjugalidade (união) dos casais e suas consequências para a família.

Entende-se que o universo pesquisado, não esgota todas as possibilidades pelas quais passam os casais, considerando as variáveis intervenientes⁷a que estão sujeitos, mas não deixou de expressar um olhar sobre o processo do ciclo vital do casamento/conjugalidade.

4.2 LOCAL

A pesquisa foi realizada em uma cidade do Vale do Paraíba Paulista, que possui a população de 82.537 habitantes; registro de 597 casamentos (0,72%), 14 separações (2,35%) e 191 divórcios (32%) (IBGE, 2010); todas as porcentagens referem-se ao número de casamentos (APÊNDICE III).

⁷Conjunto de fatores não observáveis, que são as verdadeiras determinantes do comportamento. Esses fatores consistem em processos internos que estabelecem a ligação entre a situação de estímulo e a resposta observada (TOLMAN, 1966).

4.3 INSTRUMENTOS

O instrumento utilizado foi o da entrevista semiestruturada, composta de cinco pautas que buscaram responder aos objetivos propostos por esta pesquisa (APÊNDICE I).

A entrevista semiestruturada tem como característica

[...] questionamentos básicos que são apoiados em teorias que se relacionam ao tema da pesquisa. Os questionamentos dariam frutos e novas hipóteses surgidas a partir das respostas dos informantes. O foco principal seria colocado pelo investigador-entrevistador (MANZINI, 2011, p. 02).

Portanto, “[...] favorece não só a descrição dos fenômenos sociais, mas também sua explicação e a compreensão de sua totalidade” (TRIVINÓS, 1987, p. 146).

O critério utilizado para a criação das questões (APÊNDICE I) foi o atendimento aos objetivos propostos.

Avalia-se que este instrumento favoreceu atingir o objetivo proposto, dando a pesquisadora a flexibilidade na condução da conversa com os sujeitos, para (re) conduzir a temática na direção desejada.

4.4 PROCEDIMENTOS DE COLETA DE DADOS

O projeto foi enviado para apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté, sendo, aprovado sob o número 306/12 (ANEXO II), e só depois se iniciou o recrutamento, utilizando a técnica *Snowball*.

A escolha dos casais pesquisados ocorreu da seguinte forma: o primeiro casal foi escolhido aleatoriamente em um contexto universitário; os seguintes foram selecionados por meio da técnica de *Snowball*, também conhecida como Bola de Neve ou Cadeia de Informantes, que consiste no fato de este primeiro casal indicar outros casais, respeitando-se os critérios estabelecidos em relação ao tempo de união e local de domicílio.

Este modelo de fases foi considerado um norteador, por compreender as transições pelas quais passam os casais, visto que a ideia de ciclo vital está intimamente associada a desenvolvimento, crescimento e a uma ordenação dos fatos em etapas, de acordo com os acontecimentos da vida. A escolha de dois casais para cada fase se deu para efeito de comparação dos fatos comuns a cada fase, levando-se em conta a dinâmica envolvida em cada fase e, conseqüentemente, a confirmação dos resultados.

Esta técnica é uma forma de amostra não probabilística utilizada em pesquisas sociais onde os participantes iniciais de um estudo indicam novos participantes que por sua vez indicam novos participantes e assim sucessivamente, até que seja alcançado o objetivo proposto (BARDIN *et al.*, 2011, p. 332).

O uso desta técnica garante a neutralidade necessária a toda pesquisa, assim como a torna dinâmica e complexa do ponto de vista da formação de uma rede, permitindo uma amostragem variada de credos, classes, perfis distintos econômica e socialmente. O fato de a pesquisadora chegar até o casal pela indicação de alguém que já faz parte do meio social desses abre uma via de acesso positiva para o estabelecimento de uma relação de confiabilidade, fator fundamental para esta pesquisa, isto é, falar a alguém das dificuldades e superação de algo tão íntimo como o é a relação de conjugalidade.

As entrevistas foram realizadas no espaço de trabalho da pesquisadora (consultório de Psicologia), sendo apenas uma delas na casa do casal, pela dificuldade de acesso de um dos cônjuges, em dias e horários acordados entre as partes.

Inicialmente, os pesquisados tiveram acesso ao Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO III) para assinatura do consentimento de sua participação e garantia do anonimato das identidades.

Depois de realizados todos os esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa, o uso da gravação, o sigilo, o tempo em que o material coletado será guardado (cinco anos) e depois descartado, iniciou-se a aplicação do instrumento.

A entrevista foi gravada, transcrita e analisada. A coleta de dados de cada casal realizou-se em local que garantiu a privacidade dos sujeitos, com dia e horário

combinados entre o casal e a pesquisadora. O tempo médio das entrevistas foi de cinquenta minutos, finalizando quando os resultados eram alcançados.

4.5 PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE DE DADOS

A análise de conteúdo é uma técnica que busca viabilizar o método de investigação. Tem em Laurence Bardin sua maior expressão, pesquisador que aplicou as técnicas de análise de conteúdo em pesquisas psicossociológicas e estudos da área de comunicação de massas. Bardin (1977) configura a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise das comunicações que utilizam procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

A análise de conteúdo se estabelece sempre pela prática, escutando a realidade e estabelecendo um processo de associação de palavras. A aplicabilidade coerente do método se faz a partir de pressupostos que permitem a interpretação das mensagens e dos enunciados, organizando-se em torno de três momentos: “1 – a pré-análise; 2 – a exploração do material e 3 - o tratamento dos resultados tendo por base a inferência e a interpretação” (BARDIN, 2009, p. 121).

A pré-análise se caracteriza pela organização e sistematização para que o pesquisador possa conduzir as outras fases. Isto implica na escolha do material a ser analisado, sendo requisito que este se preste a esclarecer o fenômeno pesquisado. Pois “nem todo material de análise é suscetível de dar lugar a uma amostragem, e, neste caso, mais vale a pena abstermo-nos e reduzir o próprio universo se este for demasiado importante” (BARDIN, 2009, p. 123).

A análise de conteúdo é um método capaz de produzir sentidos e verificar os significados presentes nas amostras. Hoje sua utilização é bastante ampla e pressupõe a inclusão de novas perspectivas nas pesquisas de abordagem dialética e clínico-qualitativo ratificadas por Minayo (1996) e Turato (2003).

A análise de conteúdo possui fases pré-concebidas em seu processo:

1- Fase pré-exploração de material – este momento é também chamado de leituras flutuantes, pois o pesquisador, após selecionar as partes a serem analisadas, procede às leituras flutuantes de todo o material, com o objetivo de apreender quais são os aspectos importantes da próxima fase da análise, e deixa-se

“tocar” pelas impressões captadas do material. Fazem-se, nesse momento, várias leituras de todo o material, com o objetivo de captar as ideias principais que vão emergindo dos conteúdos e de seus possíveis significados gerais. Neste momento, ocorre contato significativo do pesquisador com o material, aflorando lembranças, sensações, e percepções que podem auxiliar na condução da análise.

2 -Seleção das unidades de análise - este trabalho realizado permite ao pesquisador a eleição da seleção das unidades de análise enquanto partes do conteúdo que buscam responder as perguntas da pesquisa. As unidades de análise incluem palavras, frases, sentenças, parágrafos ou um texto completo de entrevistas, diários ou livros. Como na maioria dos interesses por análise temática escolhem-se sentenças, frases ou parágrafos para análise.

A escolha do tema se dá pelos objetivos da pesquisa e pelo levantamento feito pelo contato com o material e com as teorias nas quais se embasa a pesquisa, podendo abranger vários temas em uma mesma pesquisa. Assim, a escolha das unidades de análise se dá por um processo dinâmico que se concentra, às vezes, na mensagem explícita e, às vezes, nos significados ocultos ao contexto. Neste momento, a busca por neutralidade do pesquisador deve-se centrar nos objetivos de seu trabalho e nas teorias norteadoras que adota. É na reunião desses vários fatores que surgem as unidades de análise.

3 - Processo de categorização e subcategorização –a categorização pode ser definida como uma “classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação e seguidamente por reagrupamento segundo o gênero” (BARDIN, 1977, p.117).

As categorias podem ser consideradas segmentos que podem estar relacionadas a vários temas, estando mais próximas de exprimirem significados que atendam aos objetivos, apontando estas para uma visão maior dos temas propostos. As categorias ainda podem ser **apriorísticas** ou **não apriorísticas** (BARDIN, 2009).

A escolha por categorias apriorísticas se dá por pesquisadores relativamente experientes, o que lhes permite um embasamento para escolha das categorias. O risco deste modelo é o de limitar o surgimento de novos conteúdos importantes.

A escolha da categorização apriorística emerge do contexto da resposta dos sujeitos da pesquisa, exigindo destes um trabalho mais intenso de ir e vir do material analisado sem perder de vista os objetivos da pesquisa. O modo como as categorias

podem ser organizadas será por frequência/quase quantitativa (repetição do conteúdo comum na maioria dos respondentes) ou por relevância implícita, onde o assunto não se repete tanto, mas possui grande relevância para o estudo.

Os dois modos de agrupamento não são excludentes. Codificar as unidades é transformar os dados brutos em categorias que permitirão a discussão de características importantes do conteúdo.

Nesta pesquisa, optou-se pela categorização apriorística de risco e proteção e reagrupamento dos dados, originando, assim, as categorias e subcategorias, de acordo com a frequência e o grau de importância.

Este momento da análise exigiu do pesquisador concentração em seus objetivos, em seu corpo teórico, além de uma análise pormenorizada dos conteúdos.

A transcrição das entrevistas com os casais não se encontram aqui anexadas por questões de ética. Estando em posse da pesquisadora para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessárias.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para efeito da discussão, os casais foram nomeados de um a oito, pela ordem de realização das entrevistas (pois foram indicando uns aos outros, independentemente da fase em que estavam) e seus dados, na discussão, foram catalogados como: H= homem e M= mulher; M₁mulher do casal 1 e H₁ homem da casal 1 e, assim, sucessivamente.

A discussão dos resultados foi ilustrada com alguns relatos dos entrevistados e ancorada por autores da área. Os casais foram divididos nas quatro fases do casamento, sendo dois para cada fase, totalizando oito casais. Realizou-se, também, a exclusão de dados como: nomes, lugares, nomes de estabelecimentos e locais de trabalho, por considerarmos esta cidade do Vale do Paraíba paulista pequena, preservando, assim, também a identidade dos entrevistados.

Preliminarmente, apresenta-se o perfil dos casais.

Tabela 1- Perfil dos casais pesquisados

	TEMPO DE UNIÃO	CASAI* S	IDADES	ESCOLARIDADE/PROFISSÃO	NÚMERO DE FILHOS
FASE 1	2 anos	Casal 1	H - 30 M - 24	H – Sup. Incompleto/ Mecânico M – Sup. Completo/ Adm. Empresas	nenhum
	5 anos	Casal 8	H - 38 M - 33	H – Pós-graduação/ Engenheiro M – Pós-graduação/ Engenheira	nenhum
FASE 2	10 anos	Casal 7	H - 37 M - 34	H – Med. Incompleto/ Pedreiro M – Med. Completo/ Do lar	1 filho
	15 anos	Casal 6	H - 40 M - 44	H – Fund. Completo/ Soldado M – Fund. Incompleto/ Diarista	2 filhos
FASE 3	25 anos	Casal 2	H - 54 M - 58	H – Fund. Completo/ Eletricista M – Fund. Incompleto/ Do lar	3 filhos
	35 anos	Casal 3	H - 63 M - 64	H – Médio Completo/ Aposentado M – Médio Completo/ Do lar	3 filhos
FASE 4	50 anos	Casal 4	H - 79	H – Sup. Completo/ Comerciante	1 filho

			M - 77	M – Sup. Completo/ Aposentada	
	60 anos	Casal 5	H - 80	H – Fund. Incompleto/ Aposentado	4 filhos
			M - 76	M – Sup. Completo/ Aposentada	

* A ordem numérica dos casais se refere à ordem de realização das entrevistas pela técnica *Snowball*, aqui agrupados de acordo com o tempo de união, perfazendo as quatro fases do ciclo vital do casamento.

Para melhor compreensão dos resultados, dividiu-se a apresentação das categorias nas quatro fases do ciclo vital, em relação às quais as características específicas de cada fase foram agrupadas e discutidas. A análise desses resultados foi feita sem perder de vista as perguntas que analisavam os contextos e as suas variáveis, as estratégias de ação/interação, a fim de compreender o caráter processual do fenômeno (DANTAS *et al.*, 2009).

As fases são apresentadas com suas especificidades, em termos dos fatores de risco e os de proteção centrais desses momentos. Em virtude de a grande maioria das categorias serem comuns às várias fases, escolheu-se, aquelas que apareceram mais vezes.

Para finalizar a discussão, são apresentadas as categorias de proteção que se mantiveram ao longo de todo o ciclo vital, analisando-se os vários modos pelos quais as categorias foram se entrelaçando em relação aos desafios encontrados pelos casais e formas de enfrentamento utilizado para superá-los.

5.1 FASE DE AQUISIÇÃO

Como o próprio nome diz, a fase de aquisição se caracteriza pelo momento da vida do casalem que apresentam preocupações específicas, tal como aponta Cerveny (1997, p. 50), sobre essas preocupações:

[...] casais jovens, para a constituição de sua própria família, tem que se preocupar basicamente com a aquisição de bens materiais, com a construção de suas carreiras profissionais, com a aquisição da independência em relação às famílias de origem e com a construção de uma relação dual na qual sejam definidos papéis e funções de cada um dos cônjuges é um espaço inter-relacional, que satisfaça a ambos.

Nesta pesquisa, a fase de aquisição foi composta pelos casais de número um e oito, correspondendo aos tempos de união de dois e cinco anos, com idades de 24 a 35 anos, respectivamente, por caracterizarem:

[...] escolha do parceiro, a formação do novo casal, a chegada do primeiro filho (que transforma o jovem casal em uma família) e a vida com os filhos pequenos (CERVENY; BERTHOUD, 1997, p. 49).

[...] podemos pensar que o jovem casal efetua mudanças significativas no desempenho de suas funções baseadas com questões de gênero. Notamos que as mulheres ingressam no universo que até então era do domínio masculino – o de provedor. De maneira complementar o homem entrou no universo feminino ocupando-se do lar e dos filhos (CERVENY; BERTHOUD, 1997, p. 191).

A seguir, será demonstrado, através do Quadro 1, as categorias de risco, proteção, as estratégias de enfrentamento e suas subcategorias pertencentes à fase de aquisição.

Quadro1 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase de Aquisição

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTOS ILUSTRATIVOS
<p>FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE</p>	1. Acúmulo de papéis para mulher	<i>Eu tenho amigas que já se separaram e voltaram para casa da mãe, porque não aguentaram tanta coisa. Filho, casa, trabalho, cozinha, estudo. (M8)</i>
	2. Dificuldades de adaptação entre os cônjuges em relação aos novos hábitos e costumes	<i>Cada um pensa de um jeito. Isto é difícil alinhar no começo da relação. Aí a gente vai vendo pelo que compensa brigar no bom sentido ou não. Sabe aquela história de toalha molhada em cima da cama, que é coisa que todo homem faz. E as vezes não compensa o estrago que causa no dia da gente e eu preciso só concordar. (H8)</i>
	3. Separação/Saudade da família de origem	<i>Sim, no nosso caso tudo isto que falamos mudança, saudade dos pais e também o fator financeiro. [...] Chegava fim de semana, a gente queria ver os pais, que era do que a gente sentia falta também, por conta da distância. (H1)</i>
	4. Dificuldades financeiras	<i>Eu acho que a parte financeira é uma coisa que ajuda a gente a amadurecer bastante, a começar a fazer os nossos planos. [...] mas eu acho que a parte financeira é uma coisa que influencia bastante. Preocupa muito a gente, saber se vai conseguir pagar tudo. (M1)</i>
<p>FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE</p>	1. Amor e companheirismo entre o casal	<i>Conviver, por mais que você ame que você goste de uma pessoa, é bastante complicado. Conviver com a parte humana da pessoa, com os defeitos, entender que ela ainda não conseguiu mudar e superar tudo isso. A convivência a dois tem que ser renovada a cada dia. (M1)</i>

FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	2. Ter objetivos comuns	<i>Ficamos muito preocupados com tudo, mas como não temos filhos e não pretendemos tê-los, decidimos por ir os dois, e eu também aproveitar para estudar e quem sabe, trabalhar. Pedi as contas, pegamos nossas economias e fomos para (país X) (M8)</i>
	3. Saber conviver com as diferenças	<i>Eu acho que a coisa mais difícil de viver junto é combinar assim, as ideias dela com as minhas. Acostumar a ter como sua ideia, seu modo de ver uma ideia que é do outro. (H8)</i>
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	1. Adequação das expectativas ao casamento/conjugalidade	<i>Como neste caso de filhos, se eu escolhi ela para viver tem que ser do jeito que ela pensa. Se não, não dá certo, não é? (H8)</i>
	2. Compartilhar tarefas domésticas e despesas	<i>No começo, nos primeiros meses, ele queria me agradar, fazia tudo, chegava em casa a casa estava brilhando, tinha feito arroz, tudo. (M1)</i>
	3. Buscar o apoio e modelos das famílias de origem	<i>O que me ajudou foi ver como meus pais viveram as coisas. Sempre juntos, unidos. Nunca vi eles atacando um ao outro, por mais difícil que fosse as situações de casa. Olha que não foram poucas. (M8)</i>
	4. Diálogo enquanto atitude de negociação	<i>Nada que eu fiz para ela ou ela para mim. Ao contrário, foi tudo consequência da gente ter querido ficar junto e não se separar. Também o fato da gente conversar para tomar as decisões juntos, um não quer mandar no outro. (H8)</i>
	5. Espiritualidade enquanto crença	<i>A vida espiritual do casal é muito importante, se não primordial. Uma das coisas que eu fazia bastante questão é que nós tivéssemos uma igreja, um Deus, porque assim se podem superar as coisas mais facilmente. (M1)</i>

* As categorias aqui expostas encontram-se também demonstradas graficamente no APÊNDICE III e IV

5.1.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE

5.1.1.1 Acúmulo de papéis para as mulheres

Dentre as categorias identificadas como centrais na fase de aquisição do casamento estão o acúmulo de papéis para a mulher. Representa a busca de conciliação da multiplicidade de tarefas que lhe são atribuídas culturalmente, com a insurgência do casamento. Dentre elas está a administração de tarefas de casa, os cuidados com os filhos e a execução das questões profissionais.

O acúmulo de papeis assume aqui a seguinte dimensão: “Quando os micros sistemas profissional e familiar interagem mutuamente de forma a criar um mesossistema trabalho-família, cujas relações, podem ser de conflito ou facilitação” (HILL, 2005 *apud* SILVA, 2007, p. 26). Independentemente dos anos de união dos casais abordados nesta pesquisa (2 a 60 anos), as participantes foram unânimes em afirmar este ponto como o de maior risco para a conjugalidade. Foi interessante notar que todas as mulheres (mesmo as idosas) vivenciaram esta dupla jornada; portanto, este fenômeno esteve presente na vida destes casais, embora hoje o número de mulheres que assume esta dupla jornada seja muito mais representativo e o trabalho feminino tenha passado de realização pessoal para o que é necessário ao atendimento das demandas (FERES-CARNEIRO, 2011). Assim, a questão é mais ampla do que a divisão das tarefas entre o casal e se estende a uma série de regras ditadas pelos contextos históricos e culturais sobre e como devem ser as interações sexuais. Mesmo diante dos avanços relativos à participação dos homens nos cuidados domésticos, ainda cabe às mulheres a responsabilidade pelos afazeres do lar (JABLONSKI, 2007), o que, na prática, repercute em uma sobrecarga a ser administrada por elas.

O jovem casal, no entanto, orientado por valores sociais que se apresentam como ideais e sem modelos ou reais possibilidades de acumular e desempenhar com eficiência todos esses diferentes papéis, muitas vezes, se desorienta. Especialmente, a dificuldade de escolha dos papéis a serem desempenhados pode refletir no relacionamento do casal, gerando conflitos que chegam a comprometer a unidade familiar.

A história ajuda a compreender que, ao trabalhar fora de casa, as mulheres tiveram que superar limites e administrar preconceitos, pois:

[...] a extensão das atividades femininas fora do lar foi acompanhada de um florescimento de discursos que denunciavam seus malefícios. O trabalho das mulheres na fábrica é associado à licença sexual e a degenerescência da família, é considerada degradante, contrário à vocação natural da mulher. E que [...] na burguesia, o assalariamento causa horror como sinal de pobreza (PERROT, 2005, p. 206).

O que foi veiculado como uma representação social daquela sociedade foi: “A indústria destrói a beleza e, sobretudo, a saúde da mulher e a desvia de sua função essencial: a maternidade” (PERROT, 2005, p.178). Já ao homem era oferecido o mundo público, as relações de trabalho e a rede social, afastando-o completamente de qualquer compromisso com a família, exceto o de provedor financeiro (PARKER, 1991). Desde então, muitas foram as transformações e as dinâmicas, antes claramente sociais, que se deslocaram para o interior da família.

A partir do século XVIII, com a primeira Revolução Industrial e o advento do individualismo, o trabalho remunerado, e fora do lar, assumiu um modo de subjetivação em torno do qual as pessoas se reúnem, fornecendo um sentido à manutenção das relações na família, no social e com seus pares, sendo um operador simbólico. Ofereceu um sentido, uma representação social compartilhada nas subjetividades e repassada para as gerações seguintes. À medida que o capitalismo crescia, a separação entre trabalho e ganho se fez presente, na medida em que os ganhos poderiam agora advir somente do capital e não mais da produção laboral (FERES-CARNEIRO, 2011).

Nesta perspectiva, muitas atividades tornaram-se inoperantes e o conceito e o valor do trabalho também. Com o surgimento de máquinas e equipamentos que não dependiam mais de força física, e sim do uso de tecnologias, essas passaram a ser executadas pela mulher. Hoje, a participação da mulher no trabalho e seu salário passaram a ser significativos à manutenção da sobrevivência familiar. A solicitação da participação financeira da mulher nas despesas domésticas veio envolta nas ideias de independência financeira, liberdade e realização pessoal. Soma-se a isso o fato de que hoje o dinheiro passou a ter uma representação emocional importante com possibilidades de determinar comportamentos (FERES-CARNEIRO, 2011). Um exemplo disso é o trabalho fora de casa, antes visto como polêmico, no início do século XX, passou a ter sua importância reconhecida na virada deste mesmo século (BRUSCHINI, 1994; IBGE, 2000)

Esses fatos, indiscutivelmente, estão presentes como crescimento pessoal, porém, o que pouco se rememora é que o outro disparador deste fato tenha sido um modo de vida, que inclui expectativas e demandas às quais só o trabalho do homem não poderia mais suprir. Todas essas movimentações pessoais criaram na mulher, em contrapartida, uma expectativa de que a recíproca seria verdadeira, ou seja, de que aos homens caberia uma maior participação nas tarefas domésticas e na educação dos filhos. Questão que assume a dimensão de risco nos casamentos, dependendo da configuração atribuída pelas pessoas, constituindo-se um desafio aos casais na atualidade. Neste quesito as pesquisas apontam que

[...] esse descompasso gera a insatisfação das mulheres no quesito de cuidado com a casa, pois mesmo trabalhando o mesmo número ou mais que seus maridos são as mulheres as responsáveis pela maior parte das atividades domésticas. Fica para o casal a presença do ressentimento neste quesito, pois, o fato é que hoje ambos se sentem muito solicitados refletindo isto em menor satisfação com o casamento. As mulheres sentem que fazem mais que os maridos e estes com crenças antigas com relação a seus papéis, sentem que já estão dividindo de modo justo as tarefas (NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.225).

As pesquisas com homens de classes trabalhadoras mostraram que esses, percebendo a contribuição financeira da mulher na subsistência da casa, mudam de postura e passam a ter maior participação nas tarefas do lar. Verifica-se, com isso, que não existe uma concordância das posturas de homens e mulheres, mas sim uma incoerência entre a prática e o discurso de ambos que, embora desejem uma atitude igualitária, adota uma prática tradicional (NARCISO; RIBEIRO, 2009). Isso se deve ao fato de que as mudanças econômicas, ao promoverem mudanças na cena social, requisitam respostas imediatas, porém, o que é natural no ser humano é que os valores e crenças mudam lentamente. Mesmo que o trabalho tenha trazido à mulher ganhos relacionados à autoestima, na prática, sua dupla jornada reativa um grande cansaço.

O que se espera dos pais modernos é que possam participar mais da vida dos filhos e estejam envolvidos com todos os aspectos que lhes dizem respeito, e as pressões sociais pesam para que os casais atribuam valores diferentes com relação às responsabilidades atribuídas a cada um deles na conciliação trabalho-família (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

Ainda sobre o trabalho da mulher fora de casa, Rocha Coutinho (2000), em sua pesquisa, aponta que homens e mulheres consideram difícil que os homens aceitem o salário ou o nível profissional de suas esposas superiores aos seus.

O acúmulo de papéis para a mulher e sua conciliação na conjugalidade é expresso nas seguintes falas do casal um desta pesquisa:

[...] Eu não podia dar conta de tudo ao mesmo tempo e eu sou mulher, eu preciso de um tempo para mim, eu tenho que me cuidar, cuidar do meu cabelo, minha unha, porque que horas eu iria fazer isso? Chegava no fim de semana eu tinha que ficar me matando, limpando casa (M₁).

Eu tenho amigas que já se separaram e voltaram para casa da mãe, porque não aguentaram tanta coisa. Filho, casa, trabalho, cozinha, estudo. (M₈)

Muitas mudanças se processam na relação conjugal com as múltiplas demandas que acontecem nas várias fases do ciclo vital. Dentre as esperadas ocorre que:

[...] ao longo do relacionamento do casal vai havendo uma diminuição das atividades conjugais que se devem a dois fatores. O primeiro devido a chegada e presença dos filhos na vida do casal e que não se restabelece mesmo com o crescimento destes. E o segundo fator a grande carga de trabalho, dos quais não sobram tempo e disposição física para as atividades sexuais (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 50).

Portanto, o que se percebe é que o acúmulo de papéis traz implícita outra subcategoria, o pouco tempo do casal para si, com o volume de responsabilidades que o casamento impõe, o que é demonstrado na fala da participante do casal oito também da fase de aquisição.

É muito diferente, porque se o pai sai para trabalhar o filho não chora, mas a mãe é só lágrima. A noite para acordar se tiver doente. Enfim, a casa para arrumar, supermercado, é muita coisa na cabeça da mulher [...] Acho que ver isto também me assustou, porque acho que não suportaria ter que viver dia e noite correndo atrás de criança, como eu via minha mãe. Meu pai também sempre estava adoentado, e tudo dava um trabalho danado para minha mãe. (M₈)

Assim, as mulheres que decidem ficar em casa, integralmente, revelaram ter dois grandes atrativos nesta opção, que eram: o ficar e cuidar pessoalmente dos filhos e a autonomia para organizar o dia, diminuindo, com isto, os aspectos negativos da escolha entre trabalho e filhos (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

As dificuldades no início do casamento para conciliar as múltiplas tarefas, mesmo nos casais mais velhos, existiram. O que se tornou diferente foram as soluções encontradas. Para ilustrar, apresentamos um fragmento do casal de 60 anos de união, no qual comentam que havia um acúmulo, mesmo não se trabalhando fora de casa. Esta participante só ingressou na profissão quando os filhos ficaram adolescentes.

Fazíamos queijo. Eu grávida, fazia queijo, cozinhava inhame para dar para porco, cortava ração, apartava o gado. Eu ajudei muito no começo. [...] Embora ele fale isso, no começo eu morei nessa casa que era uma tapera, morei na fazenda, na sede da roça, uns cinco ou seis anos, eu compartilhava da vida dele sim. Fazíamos queijo (M5).

No casal de 35 anos de união, havia a queixa de sobrecarga das tarefas domésticas, além dos três filhos pequenos para cuidar.

Na vida de solteiro, vai, trabalha fora, chega em casa a comida está pronta, comida pronta, casou a responsabilidade vai tudo junto, chegar, ter que fazer comida correndo, trabalhar correndo, horário, porque ele trabalhava em banco. Eu tinha praticamente 1 hora para arrumar almoço, almoçar e voltar para o meu serviço sozinha. (M3)

Para muitas mulheres, a entrada dos filhos na fase da adolescência pode ser a primeira oportunidade de trabalhar sem as restrições que enfrentam quando são pequenos, pois desobriga as mães do cuidado materno. O tempo que lhes era dedicado diminui consideravelmente e alivia a sobrecarga de trabalhos domésticos e familiares por parte das mulheres (CARTER; MCGOLDRICK, 2001).

Em relação aos ganhos financeiros oriundos do trabalho da mulher, uma pesquisa realizada no estado do Ceará aponta que nessa população de baixa renda, a mulher que ganha mais que seu marido deve manter isto em segredo, afim de não envergonhá-lo perante os colegas e os filhos (BUCHER MALUSCHKE, 2008).

Neste caso, os ganhos da mulher tiveram um viés de vergonha para o homem e quase de pecado para a mulher. Portanto, as discussões dos dados de pesquisa devem levar em consideração a região investigada.

Além das questões de gênero, considera-se que o trabalho, ao oferecer acesso aos bens de consumo, é um dos elementos mais importantes para o direcionamento da identidade (DINIZ, 1993; AMMANN, 1997).

Perlin e Diniz (2005) apontam que para os casais contemporâneos, a satisfação conjugal tão desejada passa, necessariamente, pela questão de conciliar o trabalho e o casamento por eles; , porém o que precisa mesmo ser repensado é a mudança da função e do significado dos casamentos na atualidade. Com os avanços em termos de legislação, assegurando direitos pela união estável e tantas outras formas pelas quais a conjugalidade e por meio das quais há a garantia da filiação, resta mesmo repensar a função desses casamentos cada vez mais reconhecidos como um espaço de desenvolvimento humano e realização em suas mais variadas formas.

Embora quase todas as mulheres desta pesquisa tenham trabalhado ou trabalhem fora, o lugar ocupado pelo trabalho na vida delas é muito diferente (entre as que compõem a fase última e madura e das duas fases mais jovens). Nas duas primeiras fases, ele aparece ligado à realização pessoal e a uma colaboração com as despesas, mas que, com a chegada do primeiro filho, sem muita angústia, ele é abandonado.

Eu parei de trabalhar para assumir minha gravidez. Saí do serviço e não trabalhei mais. E não me arrependo, não (M3).

Para as mulheres atuais, pertencentes às fases “adolescente” e de “aquisição”, ele assume um caráter de prioridade pelas mudanças estabelecidas na contemporaneidade e por caracterizar a fase de aquisição como o momento de construção das demandas materiais. Para os casais na fase de aquisição por eles, chegou-se ao ponto de inviabilizar a maternidade para um e postergá-la para o outro; o que tem se mostrado uma forte tendência dos casais na atualidade (IBGE, 2010).

O fato de a maternidade ocorrer no corpo feminino e ainda caber à mulher a grande maioria dos cuidados com o bebê faz com que a chegada do filho seja uma questão que impacta os casais. Ao se tornarem mães, as mulheres experimentam uma ruptura com o profissional, uma demanda inexistente para os homens. Para eles, não entra em cena o fato de ter que escolher entre profissão e paternidade.

Esta é uma questão das mulheres, que envolve a negociação constante dos papéis, com base no que pode ser considerado bom para todos.

Araújo e Scalon (2005) trazem outra vertente desta questão, o fato de tanto mulheres como homens temerem o impacto da falta da presença materna para os filhos, principalmente dos pequenos, pela ideia da ausência ou da diminuição do tempo dedicado aos filhos. A maternidade, como base identitária da mulher, produz uma quebra na identidade da mulher trabalhadora. Para os homens, a identidade da mulher está associada a valores tradicionais, na medida em que suas respostas seguem valorizando mais os papéis de esposa e mãe, formando isto a base que irá mediar suas ações e expectativas na conjugalidade.

Observam-se, com isso, as várias fissuras que essas visões trazem para a conjugalidade, pois, de um lado, os contextos pressionam o casal em direção à aquisição de bens e construção de um lugar ao sol, que se constrói com grandes investimentos de tempo nas profissões. Com o nascimento dos filhos, essas demandas só aumentam, visto que os participantes da negociação também aumentaram. Os pais sentem-se, cada vez mais, com dificuldades de estabelecer limites aos filhos, pela vivência de culpas que este processo reativa. Por isso, faz-se importante considerar que:

Os choques de gênero nos casamentos modernos são mais um processo de evolução na medida em que ambos, marido e mulher fazendo um esforço para encontrar novas formas de se relacionar, em resposta à revolução de gênero e não têm um mapa de estradas para fazê-lo (NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.212).

Assim, mais importante do que encontrar uma solução que dê conta de tudo é considerar o movimento de busca e vontade de acertar que existe nos casais. O olhar dos cuidadores de casais e famílias, mais que encontrar culpados ou responsáveis, deve percebê-los como submetidos a demandas e processos que transcendem às suas simples vontades de acertar.

Ao desenvolver um modelo que analisa as diferenças nos intergrupos sobre as diferenças sexuais, Deschamps (1982) discute o que chama de

[...] universo simbólico comum de valores que serve de referência a posição relativa de todos os grupos ao dizer que: a identidade social dos dominantes será definida em termos de sujeitos e a dos dominados em termos de

objetos. Os primeiros não se vêem a si próprios como determinados pelo seu grupo de pertença ou pela sua filiação social. Vêem-se [...] como sujeitos livres e autônomos [...] o caso dos dominados que são definidos como elementos indiferenciados de uma coleção de partículas impessoais (DESCHAMPS, 1982 *apud* NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.174).

Nesse sentido, embora os grupos ditos dominantes não se vejam submetidos, também o estão, pois precisam reconhecer que toda filiação é paradoxalmente uma liberdade e uma prisão, que viabiliza a possibilidade de transformação, mas indica também o movimento de desenvolvimento dos casais e das famílias de pertencimento versus autonomia, de conjugalidades versus individualidades, pois, somente quando se dispõe a ver os fatos de vários ângulos é que será possível efetuar uma escolha e um posicionamento de acordo com a realidade.

Uma contradição desta fase inicial foi o fato de os casais se casarem para ficar juntos e não terem tempo para estar a dois. Esta subcategoria que aparece como queixa pode assumir a dimensão de risco, já que diante das demandas de provisão e solicitação do mundo moderno muitos foram os bens que o jovem casal precisou adquirir para viver “bem”. Tanto é real que o casal um se preocupou em comprar a casa própria para se livrar do aluguel e, para tal, por duas vezes adiou a lua de mel para arcar com as despesas financeiras e questões do trabalho. Isto demonstra o impacto da realidade do casamento na atualidade para a vida a dois.

Eu trabalhava na (cidade x). Ela entrava no serviço dez e meio da manhã, a gente só se via de manhã, eu entrava no serviço às duas da tarde, chegava dez e meia, os dois cansados, dormia. Estava muito corrido pra gente (H1).

5.1.1.2 Dificuldades de adaptação entre os cônjuges em relação aos novos hábitos e costumes

Outra subcategoria que se apresentou como importante nesta fase foram as dificuldades no processo de adaptação à conjugalidade no casamento. Nesta fase, ocorre o reconhecimento de si e do outro, agora sob a égide da nova configuração da convivência a dois, como nos apontam as falas dos casais:

O relacionamento, entender um ao outro, porque eu tenho os meus defeitos, ela tem os dela. Tem horas que você tem que ficar quieto e aprender. Não vou poder ficar retrucando, porque é a dois, se for para ficar retrucando sempre, não vai dar certo. Tem que ficar quieto, deixar, acalmar e depois chegar e conversar (H1)

A maior dificuldade é em relação a você aprender a conviver com outra pessoa. [...] Conviver, por mais que você ame que você goste de uma pessoa, é bastante complicado (M1).

Cada um pensa de um jeito. Isto é difícil alinhar no começo da relação. Ai a gente vai vendo pelo que compensa brigar no bom sentido ou não. Sabe aquela história de toalha molhada em cima da cama, que é coisa que todo homem faz. E as vezes não compensa o estrago que causa no dia da gente e eu preciso só concordar (H8).

[...] ao mesmo tempo em que nós nos damos muito bem, nós batemos muito de frente. Muitas vezes por coisa muito boba, mas porque um quer persuadir o outro com a idéia que tem. Isso é uma coisa que nós ainda estamos trabalhando para melhorar (M1).

É uma coisa que a gente ainda discute por isso, porque têm coisas que eu não entendo ela e vice-versa. Por exemplo, atrapalha bastante a gente achar que sempre tem razão. E ser cabeça dura (H1).

Os casais que apresentaram dificuldades no processo de adaptação deixam entrever processos mais ligados a construção das subjetividades e à formação desta nova identidade a dois.

Sobre isso, Cervený e Berthoud (1997) pontuam que muitas são as mudanças que os jovens casais têm que executar com relação à troca de desempenho das tarefas específicas de gênero que agora estão se mesclando.

No começo, nos primeiros meses, ele queria me agradar, fazia tudo, chegava em casa a casa estava brilhando, tinha feito arroz, tudo. Depois começa a cair no comodismo, teve uma época que eu falei para ele: Nossa, eu vou surtar, se você não me ajudar. Então eu falei: ou você me ajuda, ou se não vai ter que me internar, porque eu vou surtar (M1).

Esses relatos deixam entrever que não existe ainda uma total consciência do cônjuge homem em relação ao seu papel nas atividades domésticas, vistas como uma ajuda, uma função da esposa.

De acordo com o discurso midiático, alguns comportamentos são esperados a partir da formação de um novo casal, mas, na medida em que não acontecem, trazem dificuldades aos casais na atualidade. O que se colocou como

questão central da fase de aquisição de busca na construção de um sonho foi o deparar-se com a realidade das dificuldades financeiras, separação da família de origem (saudades) e administração de múltiplas tarefas, apontando para o fato de que “tornar-se um casal é uma das tarefas mais complexas e difíceis do ciclo de vida familiar” (MCGOLDRICK; CARTER, 1995, p. 184), e que

[...] muito mais do que no passado, os jovens casais vivem um sério conflito entre o discurso moderno e um desejo romântico absolutamente não abandonado subjetivamente. Se por um lado, os valores modernos tão cantados em versos e prosas são aceitos no nível do discurso, subjetiva e inconscientemente, os valores desejados e os possíveis são muitas vezes antagônicos (CERVENY; BERTHOUD, 1997, p. 55).

Sem dúvida, este foi um dos desafios da fase de aquisição, ou seja, a validação do sonho de que “foram felizes para sempre” das histórias infantis dá espaço à convivência com os parceiros e realidades possíveis a cada um. Assim, pensar como está subcategoria de risco dificuldade de adaptação entre os cônjuges em relação aos novos hábitos e costumes é fundamental, porque traz consigo mudanças de *status*, tarefas, ocupações, mas também possibilidade para um recasamento diário e contínuo com o outro, como ele é e não como sonhado ou desejado.

5.1.1.3 Separação e saudade da família de origem

Esta categoria se mostrou presente na fase de aquisição para um dos casais como questão de grande impacto, como aponta o fragmento.

Estava muito corrido pra gente. Chegava fim de semana, a gente queria ver os pais, que era do que a gente sentia falta também, por conta da distância (H1).

Foi bem complicado, porque fim de semana, quando a gente podia, íamos ficar com a família (M1).

O casal, apesar de sofrer com a separação e a saudade, consegue perceber e administrar as influências que as famílias de origem têm sobre eles, no que

serefere ao estabelecimento dos limites. Nesse caso, o jovem casal buscou no amor/união e no diálogo um consenso para conseguir realizar o que seriam suas próprias vontades e não a dos familiares, como é possível perceber a seguir:

A outra parte da história é que a influencia dos pais é positiva, mas nós temos que, muitas vezes, nos policiar pra não deixar com que os pais façam o que eles queriam fazer na nossa vida. Não que nós não vamos escutá-los, mas muitas vezes temos que colocar um limite. [...]. Começou todo mundo dar opinião da nossa vida. A gente teve que falar: para, tudo bem, vocês já deram opinião, agradeço, mas é a nossa casa (M1).

Para superar o desafio de lidar com a influência da família de origem, o casal teve que fortalecer seu núcleo familiar, atuando na construção das expectativas e na forma como os indivíduos se relacionam com o casal. Sobre isso, Carter e McGoldrick (1995) apontam que os mitos e as atitudes sobre família e casamento são passados de geração para geração e Menezes e Lopes (2007) investigaram o grau de influência que os modelos parentais têm e confirmaram a presença desses no modo de viver a conjugalidade.

Nesta pesquisa, o casal um viveu o casamento/conjugalidade como um processo de sofrimento em relação à família de origem e que culminou com a mudança desses para a casa dos pais de M1, a fim de administrarem os excessos de tarefa se o estresse vivido pelo casal no início de sua conjugalidade, como expressam:

E não estávamos acostumados à vida a dois e também porque em decorrência do trabalho, dois meses antes de casar, ficamos sabendo que teríamos que mudar de cidade. Tivemos que ir para (cidade x). Tínhamos acabado de comprar uma casa, tivemos que colocar para alugar, fomos morar longe da família, dos amigos, sem conhecer ninguém na (cidade x). Eu, durante praticamente um ano e meio, passei muito sozinha lá em (cidade x), porque o horário que ele trabalhava era meio ruim, ele trabalhava das duas da tarde às dez e meia da noite. [...] Sim, no nosso caso tudo isto que falamos mudança, saudade dos pais e também o fator financeiro (M1).

O casal oito, com cinco anos de união, também teve, no retorno para a casa dos pais de M5, a solução para administrar, temporariamente, suas dificuldades financeiras, mostrando que a questão da coresidência vem se tornando uma prática

comum a que aos casais recorrem a ela em momentos de dificuldades, sendo a família o maior apoio com que contam em suas conjugalidades.

Em relação à saudade e à separação, o casal um relata ter sido a primeira vez que se separavam de seus pais. Outro item importante foi a questão da diferença de idade entre os casais (casal um com 24 (M) e 30(H) anos e o casal oito com 33(M) e 38 (H)), ou seja, pode-se pensar que as experiências vividas, assim como os anos, são fatores que contribuem para o processo de amadurecimento e que podem contribuir para a resiliência na conjugalidade. Assim, o que foi solução para o casal “um”, voltar a morar com a família de origem, foi vivenciado de modo mais problemático pelo casal oito, mostrando claramente que os fatos precisam ser analisados dentro de seus contextos, pois só assim serão significados. Um mesmo fato, dependendo do momento em que ocorre e da interpretação dada a ele pelos casais, pode ser vivido como fator de risco ou proteção. Sobre isso, clarifica Bronfenbrenner (1996) que as características cientificamente relevantes de qualquer meio ambiente incluem não apenas suas propriedades objetivas, como também a maneira pela qual essas propriedades são percebidas pela pessoa naquele meio ambiente.

5.1.1.4 Dificuldades financeiras/ Perda do Emprego

Considera-se aqui a definição de dificuldades financeiras como sendo o momento em que o dinheiro disponível não é suficiente para cobrir as despesas (KAYO; FAMÁ, 2010).

Esta foi a subcategoria presente nas fases de Aquisição e Adolescente e lembrada pelos casais das fases Madura e Última sobre o início de suas conjugalidades. Constata-se que as questões de ordem financeira há muito são um desafio para os casais e podem se tornar um risco para a conjugalidade.

Na atualidade, essa questão está diretamente associada a outras categorias, como o acúmulo de papéis para a mulher; o pouco tempo dos casais para si e a opção por não ter filhos. Constituir e gerir financeiramente uma família são tarefas difíceis e que impõem ao jovem casal muitos sacrifícios. Santana *et al.* (2008) em

pesquisa com casais sobre os motivos da separação, afirmou que as dificuldades financeiras estão entre os fatores que mais prejudicam a conjugalidade, tendo em vista o lugar de destaque do dinheiro na sociedade moderna. Representa sucesso e influência na autoestima dos casais, podendo, ainda, representar poder na relação do casal, usado muitas vezes para controlar o(a) parceiro(a). Também Carter e MC Goldrick(1995) apontam a questão econômica como um problema na medida em que interfere no ajustamento conjugal.

O casal oito (5 anos de união) fala sobre o que sentiam ao ficarem dependentes financeiramente, após o desemprego e voltarem ao país.

Para mim, como homem foi muito difícil ficar totalmente dependente dos outros. De vez em quando eu ia para a casa dos meus pais. Ficava lá um mês para aliviar as coisas. Porque ela é filha, tudo bem, mas eu...(H8).

Ficamos duros e então viemos morar na casa dos meus pais na cidade (X). O (referindo-se ao companheiro) ficou nervoso, quase não saía do quarto para nada, era só internet e mandando currículo. (M8)

Em relação à perda de emprego, a literatura aponta que seu significado depende da equação entre os fatores de risco e de proteção capazes de minimizar estes impactos, viabilizando ações resilientes. Nesta pesquisa, o casal um, em função do trabalho, abdicou da lua de mel, viveu situações de solidão e separação das famílias, lançando mão do diálogo nas situações que se apresentaram. Já o casal oito viveu o desemprego como vergonha e dependência, se ausentando do contexto como estratégia perante esta situação.

Parece seguro afirmar que grupos diferentes de indivíduos sofrem o impacto do desemprego, o avaliam subjetivamente, e se adaptam a ele de formas distintas, dependendo de condições particulares significativamente variadas e complexas. Obviamente, a perda de emprego pode gerar muitas conseqüências no indivíduo. O efeito da perda de emprego para o indivíduo é função de sua circunstância particular,[...] especialmente do significado que cada indivíduo atribuía ao emprego que perdeu (ENRIQUEZ, 1999, p. 2,3).

Novamente, vemos que o resultado da vivência será uma somatória dinâmica entre fatores internos, familiares e sociais. Na contemporaneidade a identidade está quase sempre atrelada à profissão exercida e à independência financeira, como os vários contextos interagem para produzir uma resposta a este risco.

Ainda atrelada à questão financeira, outra subcategoria que se apresentou foi a renúncia, na medida em que os casais tiveram que abrir mão de muitos desejos para dar conta de seus projetos.

Para exemplificar, o casal um aponta várias renúncias realizadas para poderem conseguir pagar as contas do casamento e adquirir bens a que haviam se proposto.

Enfim, não sabíamos disso e tivemos que cancelar nossa lua de mel e pegar o dinheiro para pagar a documentação da casa. Então, assim, nós estávamos muito perdidos com tudo e muitas vezes éramos inseguros. (M1)

5.1.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE

5.1.2.1 Amor e companheirismo entre casal

Em todas as fases, o amor e a união dos casais foram apontados como fatores que diminuiriam as desavenças e também possibilitaram uma postura conciliadora da parte dos casais. Vivências que permitem a privacidade, a solidariedade e o respeito às diferenças também foram considerados fundamentais para negociar ou administrar as divergências (FERES-CARNEIRO, 2011).

Na nossa sociedade, o que promove a conjugalidade é a união por amor, e este é, segundo Calligari (2004), o mais intenso vínculo entre as pessoas. Este vínculo amoroso possibilita o surgimento de proteção da vida à construção do casal, e, posteriormente, da família e dos grupos. Por isso, a vida conjugal em que os vínculos amorosos não se façam presentes, geralmente carece de significados e sentido, conduzindo ao esvaziamento.

As mudanças vividas com a chegada desses sentimentos é representada pela fala de M1:

Você já começa a se preocupar com coisas mais importantes e começa a achar isso infantil, certas atitudes. Tem certas coisas que agente não se importa mais [...] “Eu acho que isso é uma coisa positiva da vida a dois, você começa a conviver com a pessoa, você vai descobrindo aos poucos(M1).

A conjugalidade, como todos os demais fatores da vida humana, tem sido impactada pelos excessos de individualismo peculiares à contemporaneidade e o amor romântico se fortaleceu, direcionando as relações, enquanto a família se torna cada vez mais nuclear, em razão da dialética da individualidade x conjugalidade, onde se estabelece o amor romântico. Porém, a construção de novos modos de compor esta dialética requer tempo; não é o tempo do “para sempre”, mas, sim, o tempo presente que se compõe de tempo passado, para construir um tempo futuro (SOLOMON, 1990).

Isso instaurou um grande viés da modernidade, porque as lutas, antes direcionadas a instituições, regras familiares e normas sociais, sofreram deslocamentos para o interior do sujeito, que agora é livre para efetuar escolhas e, portanto, para assumi-las também. À medida que a modernidade solicita ao homem uma única coisa – a felicidade – coloca-o na total responsabilidade por sua vida, inaugura e convida todos para dançarem o baile da vida com um ritmo jamais apreendido pelas gerações anteriores. O desejo da partilha existe enquanto necessidade de desenvolvimento humano e memória de uma subjetividade estabelecida a partir de outra pessoa (CORSO; CORSO, 2005).

Diante dessa dialética, os autores pontuam que “é preciso ter cada vez mais confiança em si, à medida que se desenvolve um amor partilhado, já que dois seres só se tornam um quando se mantêm dois” (ANDREAS-SALOMÉ, 1990, *apud* NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.104).

O amor romântico, descrito por Berscheid (2010), também denominado por Paixão, Eros, é definido como uma ligação afetiva entre duas pessoas e se faz representar através do cuidado mútuo e do componente sexual, expresso em paixão e desejo. Diante dessas vivências, o simples olhar ou o toque entre o casal pode desencadear a liberação de endorfinas, que, por complexos caminhos, se espalham por todo o corpo como opiácios naturais, eliminando a dor e oferecendo prazer. Produzem alterações no batimento cardíaco, na respiração e transpiração e no bem-estar físico dos amantes. Com esses atributos do amor romântico, ficam claros os picos de emocionalidade prazerosa, que correspondem ao sentimento de amor romântico por sua ligação com o desejo, a sensualidade, a excitação e o aumento de ativação fisiológica, sendo esses marcadores experienciais decorrentes de sua ligação com a surpresa, a incerteza e o medo. Entretanto, sempre está presente,

também, a sensação de ameaça, de ruptura da relação e de acontecimentos interruptivos do amor, o que a torna tão profundamente experienciada (DUARTE, 2012).

5.1.2.2 Ter objetivos comuns

Dentro dos impactos que o mundo moderno impõe às conjugalidades, um deles é a difícil tarefa de conciliarem seus sonhos. Veja-se o caso do casal oito, exemplificado pela fala de M₈, que abriu mão de seu trabalho para seguir H₈ ao exterior. Caso contrário, o jovem casal teria que ficar morando em países diferentes por um longo período de tempo, situação difícil de ser administrada. Viverem separados em função dos sonhos de cada um ou mesmo por necessidades de sobrevivência é um grande fenômeno do mundo pós-moderno, com o fim do trabalho fixo e garantido, interpondo novos fatores de risco para os casais.

O casal oito buscou administrar a situação na medida em que se mantiveram juntos e enfrentaram as dificuldades advindas do desemprego, sem fazer um uso destrutivo disso para a relação. Através do apoio familiar, da paciência, do diálogo e das decisões assumidas pela dupla, enfrentaram a realidade de modo a se fortalecerem.

Porque logo que a gente foi viver junto apareceu uma oportunidade para ele ir para fora do país para expandir a empresa (X) e se aperfeiçoar na engenharia (M8). Aí ficou a questão se só eu pedia demissão deste trabalho para ir, se ela ficava e eu ia. Se ela também deixaria o trabalho para ir (H8).

Outra experiência de sonhos compartilhados foi a do casal um, em que M₁, para dar apoio a H₁, decide realizar o mesmo curso superior, a fim de motivá-lo e, com isto, também realiza um antigo sonho seu.

Decidimos estudar engenharia. Para mim porque eu trabalho em fábrica e para ela também, porque no banco ajuda muito. [...] porque eu estou há uns 10 anos parado, só trabalhando e para eu voltar, engenharia é muito cálculo e ela tem uma facilidade enorme em cálculo, então eu comecei a incentivá-la para ver se ela entrava junto comigo, para poder me ajudar, me incentivar também. Só que depois que nós entramos, eu vi que não é um bicho de sete cabeças (H1).

Observa-se aqui, que o que permitiu ao casal superar os desafios foi a verificação de sonhos em comum e, apesar das diferenças, foi possível olhar para as convergências.

5.1.2.3 Saber conviver com as diferenças

Administrar as diferenças foi uma subcategoria manifestada por todos os casais. Alguns a trouxeram como fator de crescimento e amadurecimento, outros como fator de risco. De um modo geral, teve no processo do ciclo vital um impacto maior no início das conjugalidades como grande fonte de insatisfação, pois é o momento em que as individualidades se fazem mais presentes. Assim, com o passar dos anos e a convivência, essas diferenças podem fazer movimento decrescente, mas pode ser que alguns pontos sigam como divergentes e outros até se acentuem nos casais.

A possibilidade de pensar e sentir de modo diferente sobre as experiências da vida e poder expressar essa diferença é um dos sinais de saúde das relações conjugais, uma fonte de enriquecimento para o casal. Assim, a existência de conflitos não é ruim para a relação, desde que a possibilidade de resolução contenha também afetos positivos, carregados de humor, acordo, aceitação e uma escuta ativa (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

Os casais trazem a dificuldade na administração dessas diferenças de vários modos:

[...] A maior dificuldade é em relação a você aprender a conviver com outra pessoa (M1).

[...] Não vou poder ficar retrucando, porque é a dois, se for para ficar retrucando sempre, não vai dar certo. Tem que ficar quieto, deixar, acalmar e depois chegar e conversar (H1).

Todas as possibilidades cognitivas, como o raciocínio, a memória, as percepções e as emoções associadas a um controle relacional vêm sendo apontados nas pesquisas como variáveis que podem contribuir para a organização

da conjugalidade. As primeiras porque permitem melhores conexões entre passado, presente e futuro como também maior percepção entre suas causalidades e as emoções, ao estabelecerem níveis de dependência moderados, permitindo assim o surgimento das individualidades necessárias ao estabelecimento de uma boa relação. Viabilizam ao casal um melhor modo de lidar com os conflitos advindos do dia a dia, sendo esse um meio importante para se medir o bem-estar conjugal (NARCISO; RIBEIRO, 2009). Os casais dessa pesquisa expressam o uso que fazem de estratégias, como a adequação das expectativas às realidades trazidas com o casamento, compartilhando de modo mais igualitário tarefas domésticas e despesas, buscando apoio nas famílias de origem, dialogando e acreditando em uma força cuidadora maior como alavancas, que se processaram através de múltiplas e contínuas ações, que permitiram melhorar a administração das diferenças, o amadurecimento e o fortalecimento da conjugalidade.

Eu acho que a coisa mais difícil de viver junto é combinar assim, as ideias dela com as minhas. Acostumar a ter como sua ideia, seu modo de ver uma ideia que é do outro (H8).

Em um mundo repleto de instabilidade, é necessário que, nas relações de intimidade, a estabilidade se faça presente e, mais que manifestações de medos, possam os casais se relacionar afetivamente e demonstrar seu amor. As construções afetivas precisam de tempo e a liquidez das relações modernas não permite que os casais consigam, minimamente, sair das múltiplas influências da modernidade para poder se ouvir melhor.

Outra estratégia para construir a tolerância em relação às diferenças é se concentrar nas formas pelas quais essas diferenças se complementam e as apresentar como parte daquilo que faz com que a relação funcione. A estabilidade de um dos parceiros pode equilibrar a atitude aventureira do outro. “[...] As diferenças podem se tornar um aspecto positivo na relação de um casal, algo de que os parceiros se orgulhem, em vez de considerarem uma ameaça destrutiva” (BARLOW, 2008, p. 673).

No processo da administração das diferenças, muitas vezes, ocorrem entre os casais o estresse que podemos conceituar de duas formas: 1) estresse experimentado por um parceiro e que afeta o outro e a relação indiretamente; 2)

estresse experimentado diretamente na relação conjugal (BOLDENMANN *et al.*, 2005). Ou seja, no primeiro caso as problemáticas se concentram mais no nível pessoal, embora afete a dupla e, no segundo caso, ele já expressa uma questão do relacionamento em si. O aspecto mais importante a ser considerado é que o modo como os casais administram suas diferenças, envolvendo graus distintos de estresse, está diretamente ligado à influência que as famílias de origem têm na construção de expectativas e na forma pela qual os indivíduos se relacionam como casal. A análise e a ajuda oferecida aos casais em suas dinâmicas relacionais não podem ficar restritas a um olhar simplista dos comportamentos em si, mas requer olhares mais amplos, envolvendo vários contextos e níveis de interações (BOLDEMAN *et al.* 2005).

Assim, dentre os elementos que auxiliam à conjugalidade, como apontado na fase de aquisição, o amadurecimento, foi comum a todas as fases, produzido pelo tempo e, como consequência do enfrentamento, tornando-se um fator de proteção para as próximas vivências. Podendo ser entendido como parte de um processo de resiliência que permitiu uma vivência mais próxima da realidade, por meio do qual os casais puderam abrir mão do amor romântico para viverem a construção de um amor possível. O amadurecimento pode ser, ao mesmo tempo, fruto de um processo que se dá de modo gradual na trama das relações.

O casal de dois anos de união trouxe o amadurecimento como fruto das primeiras experiências que tiveram em relação a viver longe das famílias de origem. Na medida em que puderam enfrentar, juntos, as dificuldades, organizaram seus recursos e formularam estratégias de enfrentamento que os fortaleceram para os novos desafios da vida, podendo, com isso, verificar que o processo da resiliência se constituiu de modo dinâmico e interativo.

Mas foi bom que a gente amadureceu. Essa vida a dois, se morasse na cidade dos pais, tinha a casa dos pais, então qualquer coisa já ia para a casa do pai, da mãe. Lá tudo nós enfrentamos juntos. Esse foi o lado bom, passar os dois juntos, dificuldades juntos, brigas juntos (M1).

Já no casal oito, de cinco anos de união, o amadurecimento consequência dos enfrentamentos apareceu ligado mais às dificuldades econômicas, requerendo grande investimento na carreira profissional para responder aos padrões econômicos desejados. Ao afirmar que:

Nem acho que as dificuldades financeiras que passamos foram só ruins, serviram para amadurecer e pensar bem antes de tomar uma decisão (H8).

Assim, não por acaso aqui esta categoria apareceu relacionada às duas categorias de maior risco na fase de aquisição - as dificuldades econômicas e a separação das famílias de origem. Pois, constituir um novo casal requer dos parceiros, fundamentalmente, a possibilidade de se separarem das famílias de origem e, para tal, necessitam de independência financeira que viabilize ao casal se ver e ser visto pelos outros com recursos e capacidades de autossustentação.

5.1.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE

5.1.3.1 Adequação das expectativas às realidades do casamento

Segundo o Dicionário *On-line* da Língua Portuguesa (2009), expectativa é definida como “[...] condição de quem espera pela ocorrência de alguma coisa; perspectiva; estado de quem espera algum acontecimento, baseando-se em probabilidades ou na possível efetivação deste”.

São as expectativas que “[...] permitem aos indivíduos compreender, prever e controlar os acontecimentos, e tomar decisões que levem a resultados favoráveis” ou “desfavoráveis dependendo das próprias expectativas” (NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.87).

Outro fator que é preponderante na conjugalidade são as atribuições que criam expectativas sobre a realidade, muitas vezes percebida de modo distorcido, tanto no que se refere aos próprios fatos como em relação a suas causas (NARCISO; RIBEIRO, 2009). Assim também o são as percepções e interpretações para com os fatos conjugais e o comportamento dos pares que se tornam veículo de insatisfação, na medida em que distorcem a realidade ou quando essa é realmente insatisfatória.

Dentre as questões que atravessam a conjugalidade, sem dúvida, um dos pontos centrais são as expectativas, visto que sobre a conjugalidade pesa a tarefa de garantir a felicidade dos envolvidos. Portanto, são diretamente ligadas à

satisfação conjugal, pois as vivências ruins no casamento e as impossibilidades de solução dos problemas colaboram para uma percepção de que, muitas vezes, não vale a pena buscar ajuda ou alternativas de melhoria.

As expectativas depositadas no casamento/conjugalidade têm um papel importante, tanto no momento da escolha do futuro cônjuge, quanto no estabelecimento da relação conjugal propriamente dita, contribuindo, em nossa cultura, para uma visão romântica do casamento, “considerado como meio de libertação e de felicidade total. O indivíduo idealiza que o outro será o responsável pela realização de seus desejos e pela compensação de suas carências” (MENEZES; LOPES, 2007).

Importa rever as próprias expectativas, normalmente ligadas às crenças que cada um traz para a construção da conjugalidade, usadas para balizar os fatores de risco e proteção presentes nos microcontextos, e adequá-las à realidade, pois o importante, ao encerrar uma fase e iniciar outra, é verificar que “o casal necessita, ter condições de suportar o estresse inerente a cada fase, de forma que reste sempre um ‘*quantum*’ de energia para reinventar na relação, mantendo o desejo mútuo de conservar o vínculo” (SATTLER, 1999, p.45).

Dentre as muitas expectativas da conjugalidade está a maternidade e Oliveira (2007) aponta que postergar a maternidade para a mulher, na atualidade, não desvaloriza o ser mãe, mas sim, evidencia a busca, primeiramente, pela independência econômica.

A gente tinha combinado de curtir o casamento primeiro. [...] O homem não tem tanto problema em relação à idade, ele tem 30 anos ainda e eu com 24, acredito que eu ainda posso esperar um tempo. Para mulher o primeiro filho até uns 30 anos, eu acho uma idade aceitável, não que eu vá ter com 30, mas pode esperar um pouco (M₁).

Aqui aparece a postergação da maternidade e a necessidade de maior qualificação, como a expansão da escolaridade, ficando a decisão do momento da gravidez para a mulher. Rowe (2010) aponta que, quanto maior a consciência das suas múltiplas tarefas, mais a mulher escolhe esperar o momento propício para a maternidade, ratificando que, frente a todas essas conquistas, a mulher modificou também seu modo de pensar e agir.

De todos os avanços sociais que seguiram em decorrência dos movimentos feministas e da evolução da ciência, ter escolha diante da maternidade foi uma das possibilidades mais significativas. Sobre esse aspecto, muitos progressos aconteceram e, paralelamente, os níveis de exigência para o mercado de trabalho aumentaram para todos, o que fez com que o salário da mulher se tornasse fundamental à sobrevivência familiar (ROWE, 2010).

Ao falar das dificuldades econômicas, o casal oito narra que a ausência dos filhos funciona como fator de liberdade para algumas decisões do casal.

Ficamos muito preocupados com tudo, mas como não temos filhos e não pretendemos tê-los, decidimos por ir os dois, e eu também aproveitar para estudar e quem sabe, trabalhar (M8).

Em seguida esclarece que a opção por não ter filhos está mais relacionada à expectativa que tem de qualidade de vida para oferecer aos filhos, muito embora muitos casais realmente façam a escolha por uma vida sem filhos, buscando para si outras fontes de satisfação e realização pessoal.

Se é para viver uma vida de muitos sacrifícios, eu prefiro não ter. Acho que não suportaria vê-los sofrendo por uma condição que eu não posso dar [...]. Pode até ser que um dia eu mude de ideia. Se a nossa condição melhorar, mas hoje não dá não (M8).

Os dados do IBGE (2010) que sintetizam indicadores sociais sobre a mulher citam diminuição da fecundidade, maior participação no mercado de trabalho, maiores índices de escolaridade. Como consequências, surge um novo formato de famílias intituladas “Duplo Ingresso e Nenhuma Criança” (DINC), que designa os casais em que ambos trabalham, possuem recursos financeiros e utilizam seu tempo para o trabalho e lazer.

No PNAD (2008), esses casais representam 3,4% dos domicílios, equivalendo a 1,9 milhões de casais e a idade das mulheres encontrava-se em torno de 34 anos, refletindo uma escolha pelo adiamento ou a extinção da maternidade, uma decisão substancialmente tomada pelas mulheres. Dado que aqui se confirmou,

Eu não penso que isto seja um sofrimento, mas para não causar brigas, eu concordo. Até porque eu vejo que tudo é mais sacrificado para a mulher (H8).

A questão de ter ou não filhos se apresentou como aberta, pois o casal está apostando e lutando para transformar a realidade da situação econômica e melhorar, para que M₈ possa, com seus recursos, oferecer uma vida mais próxima do que desejava a seus filhos, e também abrindo mão de bens materiais, sem que isto seja visto como insuportável.

De acordo com Barros *et al.* (2008), a forte concentração dos casais DINC na região Sudeste ocorre devido às melhores oportunidades de acesso à educação e emprego, aos métodos anticoncepcionais e lazer, embora este crescimento exista em todo o Brasil e represente uma possibilidade de resposta dos casais frente às dificuldades econômicas. Os casais caracterizados como (DINC) tiveram um crescimento de 13,3% para 16,7% em 2008; reflexo das questões sociais advindas da globalização, do capitalismo e dos processos de industrialização, gerando grandes transformações na vida das famílias. Mostram que existe uma associação entre o nível social dos casais e a tendência para a escolha de não ter filhos, tal como assinala Rowe (2010), de que a dificuldade de educar os filhos e as ofertas de realização para a mulher na atualidade são respostas dos casais às múltiplas exigências econômicas do mundo consumista e à manutenção dos processos de individualidade.

A procriação também não está mais equacionada somente ao casamento, na medida em que as formas de legitimação da maternidade /paternidade ocorrem hoje por outras vias legais, não sendo a maternidade um correlato exclusivo da feminilidade, como também não o são a sexualidade e a procriação. Mudanças alicerçadas nos progressos da ciência instauraram complexidades para as relações familiares, viabilizando uma sexualidade sem procriação, e uma procriação sem sexualidade (RIOS; GOMES, 2009).

Esta questão remete aos efeitos do que Bauman chama de modernidade líquida e que repercute sobre a escolha por filhos.

[...] o custo total tende a crescer com o tempo, e seu volume não pode ser fixado de antemão [...]. Num mundo que não oferece mais planos de carreira e empregos estáveis, assinar um contrato de hipoteca com prestação de valor desconhecido [...] é provável que se pense duas vezes antes de assinar, e que, quanto mais se pense, mais se tornem óbvios os riscos envolvidos. (BAUMAN, 2004, p. 60)

Portanto, como o próprio nome já diz, a fase de aquisição se caracteriza pelo momento da vida do casal no qual existem preocupações específicas, como aponta Cervený (1997, p. 50):

[...] casais jovens, para a constituição de sua própria família, têm que se preocupar basicamente com a aquisição de bens materiais, com a construção de suas carreiras profissionais, com a aquisição da independência em relação às famílias de origem e com a construção de uma relação dual na qual sejam definidos papéis e funções de cada um dos cônjuges é um espaço inter-relacional, que satisfaça a ambos.

Os casais buscam se adequar a essas exigências investindo na carreira/profissão, para o que dedicam grande parte de seu tempo, compartilhando tarefas domésticas e dividindo despesas. Muitos refazem as escolhas profissionais e, como crescem as exigências para se manterem economicamente independentes, a fase de aquisição tem se estendido relativamente nas últimas décadas. Ficando, inclusive, aos casais que escolhem ter filhos, a postergação da maternidade, podendo-se dizer que hoje a fase de aquisição se estende até dez ou mais anos de união, sendo esta uma diferença entre a pesquisa do ciclo vital atual e a apresentada por Cervený e Berthoud em 1997.

5.1.3.2 Compartilhar tarefas domésticas e despesas

A quantidade de trabalho que os casais têm que assumir e administrar torna-se uma grande ameaça à conjugalidade, impondo ritmos e modos de vida nos quais os sujeitos se veem como meros reprodutores de tarefas, sem muitas possibilidades de escolhas. Esse fato atravessa a relação dos casais na modernidade, interferindo em seus modos de vida. Um exemplo disso é a fala de H1 ao narrar sua trajetória de trabalho e do esforço para conciliar todas essas questões, pois, na medida em que a mulher acumulou os papéis, necessariamente, isso repercutiu no homem. O trabalho de apenas um cônjuge é insuficiente para manter as despesas do lar, tendo ainda o depoimento de H1, que, nas folgas, “faz bicos” para compor o orçamento doméstico, auxiliando também na execução das tarefas domésticas, pois as despesas

passaram a ser, na atualidade, compartilhadas pelo casal como resposta a um modo de viver na pós-modernidade.

Eu trabalhava das duas da tarde às dez da noite, às vezes eu a levava ao serviço, voltava para casa, limpava a casa, passava pano, ajudava dessa forma. Minha folga, lá no outro serviço, era 6x2. Na minha folga, muitas vezes, eu ia para (cidade y) fazer um serviço (H1).

Prossegue apontando que buscou outro trabalho com salário melhor, mas os percalços para trabalhar culminaram obrigando-os a morar com os sogros, como a única solução. No entanto, essa solução pode também ser vista como um risco, na medida em que envolve a administração de outras questões e de dinâmicas mais amplas, como as do contato com as famílias de origem.

Eu mudei para lá. Eu tinha que sair da (cidade x) às quatro e meia da manhã, vinha de carro, deixava de carro (cidade y) na garagem do ônibus da fábrica e ia até (cidade z) entrava às sete da manhã lá, trabalhava até às três e meia da tarde, chegava de volta na (cidade y) por volta das cinco e ia para (cidade x). Não aguentava, não tinha como, muito cansativo. Passou o quê...? Menos de um mês, não é? A gente já mudou e ficou na casa da mãe dela (H1).

5.1.3.3 Buscar o apoio e o modelo das famílias de origem

Esta subcategoria se fez presente como auxílio para todos os casais. Para o casal oito, isto se deu morando um tempo com os pais de M8, até se fortalecerem financeiramente. É importante salientar que algumas estratégias podem também se tornar um risco como, por exemplo, para este casal que buscou solução na coabitação, mas que trouxe para H8 constrangimentos, obrigando-o a se retirar para casa de seus pais em alguns momentos nesta estadia na casa de seus sogros.

No caso do casal um, voltaram a morar com família de origem de M1, no momento em que conciliar trabalho e família se tornou inviável. Além disso, os pais do casal foram também modelos do ponto de vista emocional, pela “imagem” que ambos receberam da relação de seus pais, o que norteou a relação como mostram estes fragmentos.

Para mim, o que ajudou bastante foi ver o casamento dos meus pais. Porque meu pai e minha mãe têm trinta e dois anos de casados. [...] Assim, eu acho que o casamento dos pais da gente influencia bastante, em relação ao exemplo que eles dão. São duas vertentes, no meu ponto de vista. O modo com que os meus pais se relacionam, não é o mesmo modo que os pais dele se relacionam e eu tento puxar um pouco do lado que eu vejo dos meus pais (M1).

O casal oito expressou suas vivências neste quesito, respondendo que aquilo que mais os ajudou em sua conjugalidade foi o que puderam ver e, mais que isso, viver como experiência com suas famílias de origem. Verem o amor e a união dos pais foi fundamental para os filhos, comprovando-se uma categoria decisiva na conjugalidade. Nesta pesquisa, isto foi expresso nas seguintes falas:

O que me ajudou foi ver como meus pais viveram as coisas. Sempre juntos, unidos. Nunca vi eles atacando um ao outro, por mais difícil que fosse as situações de casa. Olha que não foram poucas (M8).

Nisto eu penso como ela. Meus pais sempre foram exemplo e força para mim. Sempre apostavam em mim. Com uma palavra de carinho e amor quando eu tava pra baixo. Ver a luta deles e sempre unidos, também ajudou. Minha mãe dizia que a paciência e o perdão são duas coisas que não podem faltar para ter um casamento feliz (H8).

Lançar mão do apoio das famílias de origem, tanto do ponto de vista externo quanto interno, foi uma estratégia utilizada pelos participantes, a favor da conjugalidade.

Na fase de aquisição, confirmando Feres-Carneiro (2011), a coabitação como estratégia de superação foi benéfica a todos e não se configurou como algo que interferiu negativamente nessas conjugalidades, segundo os participantes. O que não retira deste fato a característica de risco para a conjugalidade, caso sua permanência fosse maior ou indicasse dos uma dificuldade maior de convivência com os grupos familiares.

5.1.3.4 Diálogo enquanto atitude de negociação

O diálogo foi, enquanto atitude de negociação do casal, eleito como a grande estratégia de aproximação com a realidade, utilizado para expressar com clareza o que se quer e saber ouvir as justificativas do outro para a compreensão de

determinados comportamentos. Essa subcategoria foi considerada como fator de proteção da conjugalidade e se manteve presente ao longo de todo o ciclo vital, de forma unânime, nos casais entrevistados.

Fez-se presente por meio dos processos de comunicação, em especial pela palavra, que também pode expressar muitas ideias, em especial sentimentos, emoções, expectativas, lembrando, ainda, dos diálogos expressos nos gestos, no corpo, nos tons de voz. A especificidade do fenômeno da conjugalidade requer esta amplitude para o conceito de diálogo.

É fundamental que, em muitos contextos, o diálogo seja importante como meio de comunicação, mas, nas relações de intimidade, é a ferramenta através da qual os vínculos surgem e sem a qual eles não se mantêm. É efetivamente um marcador do nível de satisfação de uma relação, na medida em que quando um dos cônjuges se expressa, oportuniza ao seu parceiro (a) entender suas necessidades de modo mais acolhedor, permitindo, com isso, que os cônjuges se sintam mais satisfeitos, de modo que, ao receberem uma opinião sobre suas ações, possam organizá-las de forma a agradar seu parceiro. Expor de modo claro os sentimentos traz ao casal bem-estar e felicidade. Assim, a existência da empatia quanto do diálogo entre os cônjuges reflete efetivamente na satisfação conjugal (SARDINHA, 2009).

Como veículo básico de expressão, é muito comum a percepção de que, se o diálogo não ocorre ou acontece de modo insatisfatório (não expressa os sentimentos positivos existentes na relação como: elogios, agrados, desejos e uma escuta disponível), coloca-se em dúvida a razão de existir da própria conjugalidade.

Então isso é uma coisa que eu falo para ele que é importante, às vezes pode ser bobeira, porque ele foi criado de uma maneira diferente, mas para mim é uma coisa legal... Fazer uma brincadeira, ou fazer um gesto de carinho, ou falar uma palavra carinhosa, para mim é importante (M1).

O diálogo demonstra alguns processos de comunicação pobre e/ou deficiente, sendo considerado pelos profissionais da área como um dos pontos de maior divergência e separação entre os casais (SARDINHA, 2009).

Ax Wilhelm (2011), em sua pesquisa sobre fatores que facilitam ou impedem a conjugalidade, aponta o amor, diálogo, o consenso e a flexibilidade como elementos fundamentais, compactuando com os dados desta pesquisa, que trazem

o amor e a união do casal, o compartilhamento de sonhos, o saber conviver com as diferenças e a espiritualidade enquanto crença, como fatores eleitos de promoção da resiliência na conjugalidade na fase de aquisição.

É importante assinalar que o diálogo permite que outros fatores de proteção possam se expressar, um fator leva a outros fatores, apontando para o caráter processual da resiliência, e ilustrando a inter-relação conjugal, já que o amor, o amadurecimento e a espiritualidade podem ser atributos pessoais ou presentes em apenas um membro da dupla, e os modelos da família de origem são processos que envolvem contextos do meso e macro ambientes.

A seguir apresenta-se um exemplo de como um dos casais trazem o diálogo para a resolução de suas dificuldades.

O que mais facilitou foi o fato da gente se respeitar bem. Não ficar competindo um com outro e conversar sempre sobre qualquer decisão que a gente vai tomar. [...] O (referindo-se ao marido) me escuta bastante e aceita as minhas ideias (M8).

5.1.3.5 Espiritualidade enquanto crença

Buscar forças em Deus foi também apontado como uma estratégia pelos casais que veem na espiritualidade um recurso para o enfrentamento de momentos difíceis, e, na grande maioria das vezes, resultou em um processo de resiliência para os casais, na medida em que enfrentaram as dificuldades, sentindo-se mais amparados e extraindo dessas experiências um maior fortalecimento conjugal. Nesta fase, foi assim expresso:

[...] eu gosto muito de ir na igreja, eu queria também dedicar um tempo e trabalhar na igreja, fazer alguma coisa, porque eu acho a parte espiritual muito importante. Antes eu fazia parte das aldeias. Eu trabalhava lá e eu me sentia muito bem com isso, não só pra mim, mas, independente de religião. Eu prezo muito por isso e é outro ponto. [...] A vida espiritual do casal é muito importante, se não primordial. Uma das coisas que eu fazia bastante questão é que nós tivéssemos uma igreja, um Deus, porque assim se podem superar as coisas mais facilmente. É uma coisa que eu pretendo voltar a fazer, trabalhar na igreja, uma coisa que eu planejo (M1).

5.2 FASE ADOLESCENTE

A segunda fase aqui abordada foi denominada a fase da família adolescente, assim chamada por caracterizar-se pela presença dos filhos já adolescentes, fase em que o casal experimenta a revivência da própria adolescência com toda a gama de questões próprias deste momento, como a sexualidade e a busca pela demarcação da identidade, propiciando ao casal enfrentamentos de situações por vezes adormecidas, como também a oportunidade de ritualizarem coisas que não foram vividas (CERVENY; BERTHOUD, 1997).

Morh (2002) denomina a fase adolescente como lua de mel, na medida em que, com a saída dos filhos, o casal passa a ter mais tempo para si mesmo, podendo utilizá-lo de modo saudável para aproveitar a vida e realizar projetos postergados. Porém, saber administrar os limites próprios desta fase também é importante, caso contrário, isso tudo pode trazer angústias e dificuldades ao casal. Trata-se de uma fase de muitas mudanças para as quais se deve atentar, tendo em vista a acomodação de novas formas de vida, próprias do desenvolvimento humano.

A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive conforme esse processo é afetado pelas relações entre esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18).

Fase em que a possibilidade de ser menos intransigente, poder ouvir e conviver com opiniões diferentes, compreendendo as transformações que estão ocorrendo, passa a ser uma característica essencial a ser desenvolvida para quem convive entre as gerações (FERES-CARNEIRO, 2011).

Tomando como pressupostos os níveis de interação entre os membros da família, é comum os pais se identificarem com seus filhos e passarem a se transformar, se jovializando em relação a roupas, cabelos e até valores. Este mesmo casal, muitas vezes, tem também que cuidar de seus próprios pais, apoiando o envelhecer e lidando com outra gama de processos complexos, como a elaboração das perdas. Repensar esses movimentos possibilita pensar sobre as múltiplas situações de risco às quais o casal está exposto e, conseqüentemente, de verificar com quais fatores de proteção contam nesta fase.

Com relação às passagens pelas fases, um aspecto importante é a flexibilização do mundo atual, que alargou as fronteiras e mudou o panorama no modo de se estabelecer as relações, produzindo uma fluidez constante que, a um primeiro olhar, pode ser tomada como benéfica e, porque não “moderna”; mas que no nível de construção dos processos identitários, gera inseguranças, medos e ausência de referências. Para os casais surge, nesta fase, a crise da maturidade, envolvendo a análise das satisfações ou frustrações, sob os vários pontos de vista pessoal, profissional e conjugal, momento de intensas renegociações.

Ao longo do ciclo de vida, o desenvolvimento humano ocorre por meio de processos de interação recíproca, progressivamente mais complexos entre um organismo humano biopsicológico em atividades e as pessoas, objetos e símbolos existentes no seu ambiente externo imediato. Para ser efetiva, a interação deve ocorrer em uma base estável em longos períodos de tempo. Esses padrões duradouros de interação no contexto imediato são denominados como processos proximais. (BRONFENBRENNER, 2011, p. 46)

A seguir serão demonstradas, no Quadro 2, as categorias de risco, proteção, as estratégias de enfrentamento e suas subcategorias pertencentes à fase adolescente.

Quadro2 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Adolescente

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTOS ILUSTRATIVOS
FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE	1. Traição conjugal	<i>...eu não acredito que todo esse tempo que ele me traiu que foi uma vida inteira como ele mesmo falou para mim (M6)</i>
	2. Diferença na educação dos filhos	<i>E tem os fatores também, alguma coisa que a gente discorda em casa, questão de filhos... uma vez você fala uma coisa para o filho não fazer e a mãe já fala que é melhor fazer, começa a entrar no x da questão, na verdade a gente se sente contrariado. (H6)</i>
	3. Dificuldade financeira/ Perda do emprego	<i>Ai depois que eu fiquei desempregada ele falou pra mim: Olha, agora as coisas vão mudar, você tem que controlar mais, tem que ser mais do meu jeito, porque antes era mais do meu jeito, agora é mais do jeito dele. Ai a gente conversou [...]Foi difícil, mas a gente já superou (M7)</i>
	4. Mágoas e ressentimentos	<i>Eu não tenho raiva dele, nunca tive, mas é uma mágoa tão grande, mas tão grande, que eu tenho que pedir a Deus todos os dias. (M6)</i>
FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	1. Ouvir experiências de outros casais	<i>Fizemos encontros de casais, vimos outras experiências. Nós não somos os únicos, existem outras famílias que têm outros tipos de problemas. (H6)</i>
	2. Amor/ Companheirismo/ Amadurecimento do casal	<i>Se ele tá vendo que eu tô precisando de ajuda, que eu não tô bem, ele chega em mim e fala: olha, você não tá bem. (M7)</i>

FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	3. Espiritualidade enquanto crença	<i>Porque a gente, nós somos católicos, a gente vai na missa, a gente pede muito pra Deus ajudar. Dar força pra ele, pra ele não ficar doente, pra mim também ter força, porque se a gente for entrar, ficar pensando “Ai como é que vai fazer?” Não se apegar a Deus, acho que nada dá certo. (M7)</i>
	4. Apoio e modelo das famílias de origem	<i>E foi na família dele que eu aprendi o que era família, foi lá que eu vi o esteio de família, achava linda a família dele. Família para mim é importante. (M6)</i>
ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	1. Ajuda psicológica profissional	<i>Mas eu queria voltar, o psicólogo não vai resolver meu problema, mas vai me instruir para que eu passe melhor por ele. (M6)</i>
	2. Renúncia em favor da conjugalidade	<i>É uma luta você estar tentando sobreviver a tudo isso, são renúncias que você tem que fazer, diariamente. Por hoje não, por hoje eu não vou brigar por hoje eu vou ficar quieta, não vou me estressar. (M6)</i>
	3. Participar de grupos religiosos/sociais	<i>...fizemos encontros de casais, vimos outras experiências. Nós não somos os únicos, existem outras famílias que tem outros tipos de problemas. (H6)</i>
	4. Diálogo enquanto atitude de negociação	<i>é o companheirismo dela que a gente é muito companheiro, a gente conversa bem um com o outro. A gente às vezes tá, por exemplo assim, pensando em fazer alguma coisa. Eu pensando em fazer alguma coisa, eu vou e converso com ela. (H7)</i>

* As categorias aqui expostas encontram-se também demonstradas graficamente no APÊNDICE III e IV

5.2.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE

5.2.1.1 Traição conjugal

Das subcategorias de risco enfrentadas pelos casais na fase adolescente, a traição vivida pelo casal seis, com 15 anos de união, configurou-se como uma problemática central de risco neste momento da conjugalidade, não tendo sido apontada por nenhum outro casal.

Esse casal, há quatro anos, tenta se reconstituir do processo de sofrimento instaurado pela traição, com as possibilidades de separação e reconciliação se alternando neste processo de elaboração em que se encontram; marcados pelas dificuldades de seguirem juntos após a quebra do vínculo de confiança. H8 fala sobre não ter mais autonomia nas pequenas coisas de casa para não desagradar M8 e de como sua percepção dos fatos foram sendo alteradas com o tempo. Esse casal se encontra, ainda, em processo, não sendo possível afirmar se alcançarão a resiliência em sua conjugalidade. O que se pode afirmar é que há um movimento de busca de superação da dupla e que o resultado dependerá de uma série de processos dinâmicos internos e externos e dos riscos e proteções disponíveis, assim como do uso que será feito pelo casal desses recursos disponíveis.

São mais atitude de casa. Não vou fazer, porque se eu for fazer, ela não vai gostar, vai achar ruim, como se eu tivesse que ter um alvará para ter que fazer alguma coisa. Então eu prefiro não fazer e só penso, mas não faço. [...] Não dormia direito, não comia, aquilo foi me consumindo. Fui tentar colocar a cabeça no lugar e percebi que ali era a minha casa, o meu lugar, perto da minha esposa e dos meus filhos e que de lá eu nunca deveria ter saído (H8).

Neste sentido, Reis e Patrick (1997), citados por Narciso e Ribeiro (2009) afirmam que:

[...] lutar, abandonar emocionalmente, ou separar-se causa sofrimento precisamente porque ocorre em relações que foram, são ou deseja-se que sejam próximas, com amor e confiança [...] as relações íntimas podem fornecer um contexto em que acontecem coisas más, mas estas eventualidades deveriam ser percebidas como defeitos na realização do processo, ou como resultado de outros processos cujo impacto é exacerbado por laços emocionais próximos e conhecimento pessoal profundo (NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.144).

Pouco se conhece na literatura sobre instrumentos para medirem os processos de reparação nas relações; e os que existem são usados apenas para medirem as estratégias comportamentais para manter as relações. Os dados mostram que a satisfação na relação vem associada à crença de que comportamentos como honestidade, inclusão do outro, influência das percepções de proximidade, abertura, afetividade física, sensibilidade, espiritualidade partilhada e afeição verbal são importantes para ambos os membros do casal, sendo maior a satisfação quanto maior a igualdade e a interdependência percebida entre si (DUARTE, 2012).

O modo como os casais se reconstituem nas crises é bastante diverso, embora o reconhecimento das razões que as produziram e o desejo de transformação esteja na base de todos os processos de reconstrução. Aqui H6 aponta como o processo da traição movido por ele aconteceu, conta como se sentia perante o grupo familiar e afirma que foi o reconhecimento do sofrimento de todos que promoveu a reflexão.

Então, eu comecei a refletir, bateu muito arrependimento em mim, por ter feito todo mundo sofrer. Eu olhava para os meus filhos, eles super mal, ela nem se fala. Aquilo começou a fazer mal para mim também (H6).

[...] torna-se relevante compreender o modo como subsistema conjugal (tanto a díade como cada elemento) reaja perante a adversidade e é capaz de ser resiliente. [...] O stress afeta certamente a relação [...] e casais que enfrentam em conjunto o stress, tem maior probabilidade de aumentar a confiança mútua, o compromisso e a percepção de si enquanto equipe (BODENMAN, 2005, p.3).

Goldenberg (2006) indica que 60% dos homens e 47% das mulheres confessaram ter traído seus (suas) parceiros (as). Os motivos apontados para a infidelidade nos homens, além dos mesmos motivos da mulher (a quebra de expectativas, divergências de ideias, insatisfações em geral), foram: a natureza masculina, instinto, oportunidade, atração, desejo, não conseguir resistir, para não se arrepender de perder as oportunidades. Nesse sentido, os dados desta pesquisa coincidem com os da pesquisa dessa autora, pois H8 informa os motivos de sua traição como:

Isso foi coisa minha, mais uma tara. Eu acho que foi isso mesmo (H8).

A traição, enquanto quebra de confiança, não se restringe às relações amorosas, ao contrário, estende-se a todos os relacionamentos humanos. Na medida em que passou a existir uma franca mudança nos valores, o comprometer-se se tornou um fenômeno raro nas relações humanas em geral, e as relações de intimidades e proximidades passaram a ser as últimas esperanças de construção da segurança e de elaboração de outras já perdidas.

Porém, quando atinge a relação de intimidade de pessoas que se uniram com o objetivo de serem felizes, depositando no outro seus objetivos de vida, que comungam seus sentimentos mais íntimos, torna-se “grave e causa frustração, humilhação, constrangimento, tristeza, baixa auto-estima, sentimentos advindos em razão da ofensa à honra e à dignidade”(SORROSAL, 2003, p.3). Neste caso a ruptura pode gerar no traído sentimentos de abandono, de rejeição, surgindo uma intensa tendência à vingança. A dificuldade de separação faz surgir um processo de destruição, de desmoralização, de descrédito do ex-cônjuge (FERES-CARNEIRO, 2011). E também de autodestruição, como aponta o segmento abaixo, deixando a entrever que um risco pode desencadear outro, neste caso se associou ao risco da bebida.

Hoje eu estou me libertando disso tudo, mas eu acho que estava até em depressão e não sabia lógico, uma mágoa profunda. [...] A não brigar, a não falar do passado. A minha vida era um inferno, as crianças falavam. E eu acabava descontando na bebida, comprava fardinho de cerveja e bebia ai eu esquecia. De primeiro era só fim de semana, depois segunda, quarta e sexta, no final, já estava bebendo todos os dias (M8).

Muitas vezes, as separações se transformam em um processo muito doloroso por reativarem a condição de desamparo básico do ser humano e alguns fracassos conjugais estão relacionados a imagens negativas que os homens têm das mulheres e vice-versa, sendo essas imagens resultantes de suas histórias de vida, o que também pode ser transmitido aos seus filhos (FERES-CARNEIRO, 2011).

Na ruptura da vida amorosa, a perda do outro como objeto de amor e tudo aquilo que ele representava de promessa de completude e conforto ao desamparo cede lugar ao sofrimento do sujeito de perceber-se só, preterido no projeto existencial do outro. Esse sentimento, muitas vezes, mobiliza no sujeito a vivência de que foi prejudicado pelo outro [...] essa dor de saber-se só (ANDRADE, 2009, p. 34).

Sobre isso, ressalta-se que pais de H6, bem como os de M6, também já haviam se separado, indicando um possível processo de repetição de estruturas familiares. O modo como M6 lidou com essa questão foi marcado pela ausência do diálogo, pela depressão, pelo abuso de álcool e perda de sono e apetite, consequências das vivências da traição, mostrando de imediato poucos recursos pessoais e do casal para lidar com essa problemática. Entretanto, ao lançar mão dos recursos dos meso-contextos, encontrou apoio para suas dores.

Ao que tudo indica, o desespero de M6 era o de repetir sua história familiar em seu micro contexto, onde não teve modelos internos saudáveis, conforme ilustra seu relato.

Assim, foi até que ele pegou a moto dele e foi embora e eu não fiz nada, eu não fiquei espermeando, porque dentro de mim eu já tenho um complexo, porque os meus pais se separaram quando eu tinha seis anos, eu via minha mãe e meu pai brigando e minha mãe gritando para o meu pai não ir embora e eu ficava triste, sem saber que meu pai ia embora, meu pai abandonou minha mãe com cinco filhos e não é assim que eu vou abandonar os meus (M6).

Outro viés da traição é o fato de ela sair do âmbito do casal e se tornar pública, trazendo ao traído situações embaraçosas e vexatórias e, mesmo que não se revista de publicidade, traz desconforto, dor, frustração, decepção, sendo considerada um ultraje, gerando no traído sentimentos de menos valia, baixa autoestima. É importante compreender que tanto a traição, como as respostas dadas a ela, é parte de um jogo perverso que mantém nos casais um modo de ligação, mesmo que por meio de condutas patológicas, a fim de manter um conflito (FERES-CARNEIRO, 2011). Os sentimentos expressos por M6 ao falar das reações e medos vividos ao sair de casa e da vergonha que enfrentou ilustram isso.

Eu saía na rua, eu encontrava com as exs. Antes de ir trabalhar eu peço proteção de Deus, para não ver nenhuma delas. Festa (da cidade) eu não posso colocar os meus pés na rua, porque eu encontro as vagabundas, mas eu também não posso me privar meus filhos. Eu não cheguei, não bati, não fiz barraco, nada. Eu não quero daqui há 5, 10 anos, eu passe na rua e alguém comente que a mãe de fulano é barraqueira (M6).

O que se faz importante é perceber que a subcategoria traição inicia-se entre o casal, mas se torna um fator de risco para toda a família (filhos, irmãos etc.), chegando, seus efeitos, ao âmbito social. Mas o casal contou também com os sentimentos positivos de um para com o outro, o que, associado aos apoios recebidos, está permitindo a negociação de uma possível reconstrução da conjugalidade quebrada. Buscaram lidar com esse processo utilizando os apoios familiares, os institucionais, dos grupos de casais ao qual pertencem, o espiritual que receberam a partir de diálogos com o padre, na ajuda psicológica profissional que buscaram, tornando-se, assim, mais fortalecidos para enfrentar sua problemática.

5.2.1.2 Diferença na educação dos filhos

O que constitui uma família é exatamente a passagem da conjugalidade para a parentalidade, que ocorre enquanto evento esperado de uma fase da vida e tem grande impacto para a vida dos casais, por envolver um pequeno ser que demanda trabalho e grandes expectativas. Porém, quase não se fala sobre os aspectos desafiadores e de risco para a conjugalidade quando o casal, ou um membro da dupla, não está suficientemente preparado para esta aventura. A “transposição para o processo da parentalidade é, ao mesmo tempo, vivido pelos casais como alegria e desgastes pelas mudanças que têm nos níveis individuais e conjugais” (NARCISO; RIBEIRO, 2009, p.221).

As questões surgidas desde a escolha do momento de se ter um filho, o que se considera bom para ele e as melhores formas de atingir o que é melhor para os filhos são momentos em que os casais se veem diante de desafios para a conjugalidade.

O processo de educação dos filhos surgiu como um dos múltiplos desafios aos quais os casais estão sujeitos e, neste estudo, como uma subcategoria presente em um dos casais desta fase que possuem dois filhos adolescentes. Acontecendo com este casal uma diferença no processo de educação dos filhos, pois cada um tentou educar utilizando como base seu próprio processo de educação, o que exigiu da dupla várias negociações para se chegar a um acordo, assim como a percepção

das diferenças dos processos de educação de quando eram crianças e do momento atual. Tiveram que levar em conta as várias transformações ocorridas na modernidade que não fazem com que o foco de processo de educação se altere, mas suas formas de intervenção, com certeza.

Sobre isso assim se expressaram:

[...] alguma coisa que a gente discorda em casa, questão de filhos. Uma vez você fala uma coisa para o filho não fazer e a mãe já fala que é melhor fazer, começa a entrar no x da questão, na verdade a gente se sente contrariado (H6).

Você já não está bem com o marido e ainda vêm os problemas dos filhos, é problema na escola, é problema com a nota, correria, falta de dinheiro, é tudo em um contexto, não é uma coisa só. É falta de dinheiro, você tem que trabalhar mais, você trabalha em casa, falta alguma coisa, tem que correr atrás, é aquela correria. Você se manter em pé, firme, é difícil, tem que ter uma perseverança maior (M6).

Narciso e Ribeiro (2009) afirmam que, na atualidade, os pais procuram ter com seus filhos, principalmente os adolescentes, mais carinho e amizade. Comportamentos advindos das mudanças no processo de educação, mas também fruto do medo que os pais têm de “perder” os filhos para tantas formas de alheamento oferecidas pelo mundo atual, como as drogas e os valores distorcidos, baseadas como sempre nas falsas promessas de felicidade permanente e mínimo esforço; essas realidades instauraram nos pais uma necessidade de participarem de perto da educação dos filhos. Subjaz também a consciência de que a paternidade responsável e participativa faz dos homens pessoas mais completas, constituindo todas essas mudanças como uma verdadeira revolução nas ações masculinas (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

Importante salientar que a consciência desta proximidade para com os filhos não tem, na prática, correspondido a um aumento da autoridade dos pais e de suas posições na vida dos filhos, resultando em grande viés no processo de educação, pois, ao não se sentirem com autonomia para educarem os filhos como desejam, comprovam a ideia de adultos inseguros se posicionando como submissos aos filhos (ZAGURY, 2006).

Somado a tudo isto existem os temores de que atitudes com determinados graus de severidade possam trazer danos e, com isso, as culpas diante das tentativas deste tipo. A coexistência de elementos ideais de educação contraditórios

é notória, pois, se por um lado os pais valorizam o bom comportamento advindo da educação, de outro eles têm extrema preocupação com os aspectos psicológicos e afetivos pelos quais se sentem responsáveis e querem evitar qualquer “dano” (ZAGURY, 2006).

Os pais precisam mostrar princípios morais, tomar cuidado com o que fazem e com o que falam na frente dos filhos, pois esses são seres em formação e [...] “o mais persuasivo ensino moral que nós, adultos, podemos dar é pelo exemplo: o testemunho de nossa vida, nossa maneira de ser, de falar e de nos dar com os outros” (COLES, 2005, p. 37).

Além das contradições, os autores apontam para uma inexistência de padrões de regras na educação dos filhos, uma uniformidade entre e dentro de uma mesma família. O desejo único instaurado pelos pais de que os filhos sejam felizes traz em seu bojo ideias distorcidas vindas, por exemplo, da Psicologia, postulando uma prática que coloca a criança no centro do processo educacional. Isso se torna tão importante que algumas mulheres preferem abdicar do trabalho a delegar ou dividir a educação dos filhos com outras pessoas.

Um estudo sobre as atitudes maternas aponta que a grande preocupação das mães é estimular os filhos e que o fazem através de brinquedos e atividades culturais, com objetivo de desenvolver a autonomia em situações para as quais a criança não está sequer madura. Há poucas regras em relação às tarefas diárias com a casa, ficando as restrições exclusivas para os hábitos de higiene e, no que tange à disciplina, as escolhas são por atitudes de diálogo e não punitivas, sendo as relações entre pais e filhos de amizade, preocupação em ensinar e não em exigir. Quando castigam, os pais recuam e se justificam, ao mesmo tempo em que permitem a criança mostrar suas emoções de desagrado (BIASOLI-ALVES; CALDANA; DIAS-DA-SILVA, 1989).

5.2.1.3 Dificuldades financeiras/Perda de emprego

Para o casal sete (10 anos de união) ⁸, a perda do emprego da mulher foi o maior desafio enfrentado por eles nos 10 anos de união. Superaram unindo-se, dialogando e enfrentando juntos e efetuando renúncias.

[...] Ai depois que eu fiquei desempregada ele falou pra mim: olha agora as coisas vão mudar, você tem que controlar mais, tem que ser mais do meu jeito, porque antes era mais do meu jeito, agora é mais do jeito dele. [...] é o que dificultou nossa vida foi eu ter ficado desempregada [...] Porque se ele também fosse ficar bravo comigo, me culpando: ah, tá tudo assim porque você também num trabalha, num procura um emprego. Mas não, ele foi tranquilo e sempre ele fala: tem eu, nunca vai faltar nada. Ontem mesmo ele tava falando isso. Ele falou: pois é, você tá desempregada, mas eu tenho força, eu sou forte, eu vou atrás, não vai faltar nada pra gente (M7).

Observa-se aqui que este casal enfrentou de modo resiliente as dificuldades relacionadas ao desemprego; M7 começou a fazer pizzas para vender, voltando a colaborar no orçamento do lar até o momento de conseguir outro trabalho.

O casal seis (15 anos de união) apontou sobre dificuldades financeiras, mencionando o fato de o casal, morando na mesma casa, quase não se verem, comunicando-se por telefone e ou *internet*, devido ao volume de tarefas desempenhadas para supriras despesas. O segmento a seguir aponta a sobrecarga a qual a mulher teve que gerir para auxiliar na despesa doméstica.

Eu fazia faxina direto, de segunda até sábado. Eu saia de manhã, ele ainda estava dormindo e eu chegava a tarde ele já estava tomando um banho para sair, para fazer um bico, ou para ir para o trabalho (M6).

Pode-se refletir que, para esse casal, as dificuldades financeiras foram, com certeza, um fator de risco para a conjugalidade e que poderá ter sido um disparador do problema maior desta conjugalidade, que foi a traição, pois, no tempo que tinham juntos, administravam os problemas advindos da educação dos filhos. O estresse mantido por um tempo contínuo, com certeza, trouxe a esse casal níveis de desgastes para os quais possuíam poucos fatores de proteção, e, por isso, não superaram completamente sua problemática.

⁸O tempo de união deste casal foi considerado um viés nesta pesquisa, porque, embora já estivessem juntos informalmente há treze anos, possuem um filho ainda criança e não na adolescência. Esta é uma mudança gerada a partir das alterações do ciclo vital na atualidade, no qual os casais estão cada vez mais postergando a vinda dos filhos em suas vidas.

5.2.1.4 Mágoas e ressentimento

Pelo Dicionário *On-line* da Língua Portuguesa (2009), consta a definição:

A palavra mágoa, que tem origem no latim macula, representa um sentimento de desgosto, pesar, sensação de amargura, tristeza, ressentimento. É um descontentamento que, embora frequentemente brando, pode deixar resquícios que podem durar um bom tempo. Por vezes é possível percebê-lo no semblante, nas palavras e nos gestos de uma pessoa.

Nesta pesquisa, a subcategoria mágoa e ressentimento surge como consequência da traição vivida pelo casal seis, aparecendo como fator de risco para a retomada da conjugalidade. Na medida em que M6 mantinha-se presa ao passado e magoada, inviabilizava um recomeço que demorou a acontecer. Apontando que um risco desencadeia outro.

A mágoa e o ressentimento, enquanto expressões de sentimentos dependem da percepção do evento que gerou o sentimento de injustiça. Assim, sua intensidade varia entre pessoas que vivenciaram ofensas semelhantes. Quanto maior a percepção de uma mágoa e ressentimento, mais a pessoa é levada a focalizar sua atenção na raiva e na indignação. Portanto, é esperado que a percepção da mágoa e do ressentimento seja negativamente correlacionada ao grau do perdão. Constatou-se neste estudo que a mágoa e o ressentimento se fizeram presentes como categorias de risco e relacionadas à vivência de injustiça

Eu não tenho raiva dele, nunca tive, mas é uma mágoa tão grande, mas tão grande, que eu tenho que pedir a Deus todos os dias (M6).

5.2.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE

5.2.2.1 Ouvir experiências de outros casais

O casal trouxe como importante para a superação de suas dificuldades, ouvir casais que passaram pelo mesmo problema. Essa é uma experiência que permite o

processo da identificação e, conseqüentemente, de tomar para si um aprendizado, aquilo que foi usado como recurso pelo outro. Assim, à medida que puderam ouvir e serem ouvidos, o processo de resiliência foi se instaurando lentamente.

Perceber que o que ocorreu com eles também se deu com outras pessoas permite trazer os acontecimentos para um plano mais compreensível e de menor culpabilidade, ou seja, que este acontecimento de suas vidas também se faz presente na vida de outros casais, trazendo isso para um campo mais comum das relações da conjugalidade. H6 expressou isto ao dizer:

Nós fomos conversando muito com o padre, fizemos encontros de casais, vimos outras experiências. Nós não somos os únicos, existem outras famílias que tem outros tipos de problemas. Então eu vi o quanto mal eu fiz para a minha própria família e para mim mesmo (H6).

Para este casal, a oportunidade de ouvir outros casais permitiu verem-se como enfrentando algo que ocorre de fato a muitos casais e para o que existiam recursos disponíveis, dos quais podiam fazer uso.

5.2.2.2 Amor/ Companheirismo/ Amadurecimento do casal

Esta subcategoria se encontra entre aquelas que permearam todo o processo do ciclo do casamento e é apontada como uma das subcategorias que auxiliou os casais na superação dos seus desafios sendo, portanto, representativa do processo de resiliência na conjugalidade e da consequência do processo de enfrentamento e superação das adversidades.

Diretamente ligada à ideia de desenvolvimento ou como fruto deste, pode ser traduzida como um movimento de auto-percepção, em que as pessoas se reconhecem mudadas, reagindo de modo diferente frente aos novos desafios. Nos casais aqui entrevistados o amadurecimento apareceu como resultado do enfrentamento das experiências; embora a elas não se restrinja. Pode se dar de modo gradual diante dos acontecimentos normais da vida, de forma que o sentido das relações evoluísse com as experiências e a maturidade, trazendo novos modos

de manifestação das identidades, substituindo os inadequados (FERES-CARNEIRO, 2011). Sobre isso, Loparic (1999, p. 21) que estuda este fenômeno, afirma que:

[...] não pode mais conceber o crescimento como um processo biológico. Só lhe restava uma alternativa: tentar entendê-lo como um problema de amadurecimento pessoal, mais precisamente como um problema de tornar-se si mesmo [...] e que não acontece automaticamente, ele precisa ser facilitado por outros seres humanos.

Neste sentido, o não amadurecimento seria visto como a permanência em estágios e comportamentos não esperados mais para aquele momento. A literatura infantil trás um exemplo deste fenômeno, representado por Peter Pan, o menino que não quer crescer e, por isso, deseja viver recluso em uma terra-do-nunca. Deixar para traz uma fase implica em ver o que se ganha seguindo em frente, mas, também o que terá que renunciar para seguir em frente. Assim, é possível compreender que as fases da conjugalidade são repletas deste fenômeno.

Por exemplo, pode-se pensar em um fenômeno que acontece na vida diária de todo casal com filhos, que é lindo ver os filhos crescidos, mas, quem não tem saudade do tempo em que eram crianças e faziam gracinhas? Porém, este é um processo normal, que implica em amadurecimento e negociações internas, por meio do qual todo ganho, necessariamente, implica em mudanças que podem ser vividas como perdas.

Deste modo, é possível compreender que, embora o processo de amadurecimento pessoal seja uma condição inata do ser humano e que a busca pela integração seja uma constante, haverá momentos em que isso pode não ser alcançado na medida em que não é um processo linear e depende de várias circunstâncias que precisam ser favoráveis. Uma delas é o fato de que ocorrem de modo cumulativo e necessitam de pré-requisitos para acontecer (MENDONÇA 2008). Donde é possível inferir que todas as pessoas terão seu desenvolvimento desenhado de modo bastante subjetivo e único, podendo ter áreas com maior e outras com menor amadurecimento e que, diante do encontro com o outro no arriscado desafio para formar uma conjugalidade, tudo irá se compor numa dança sutil e de melodias, ora suaves, ora extremamente agudas.

O conceito de amadurecimento se assemelha ao de resiliência e, mais do que isso, a resiliência individual também conta com níveis de amadurecimento. A teoria

do amadurecimento pessoal tem como princípio a concepção de que todo ser humano tem uma tendência natural e inata para o amadurecimento a uma integração, porém que esse não é linear, necessitando, algumas conquistas, de pré-requisitos para se desenvolver, processando-se, assim, uma depois da outra (LOPARIC, 1999). Nos casais, o amadurecimento surgiu como consequência do processo de enfrentamento, através do amor e do companheirismo, do ouvir experiências de outros casais, conversando sobre os pontos de vista diferentes, cedendo e renunciando quando necessário, enfrentando juntos as situações difíceis das quais saíram fortalecidos e aprenderam com suas experiências.

5.2.2.3 Espiritualidade enquanto crença

Nesta fase, a espiritualidade também foi considerada pelos casais como um fator de proteção, por meio do qual buscavam forças para os enfrentamentos das adversidades. O casal sete evidenciou esta questão, e o casal seis passou pela ajuda de experiências, companheirismo e também de identificação com a pessoa que os apoiou, direcionando-os. Confirmando que o processo da resiliência se dá através dos vínculos por meio dos quais as pessoas se sentem cuidadas, amadas e respeitadas em suas individualidades. Aqui a presença de apoios do micro se mesclou aos do meso contexto: igreja, grupos de casais; e pode funcionar em ambos os casos como fator de proteção da conjugalidade. Os fragmentos a seguir apontam nesta direção.

Acho que foi a religião. Porque a gente, nós somos católicos, a gente vai na missa, a gente pede muito pra Deus ajudar. Dar força pra ele, pra ele não ficar doente, pra mim também ter força, porque se a gente for entrar, ficar pensando “Ai como é que vai fazer? Não se apegar a Deus, acho que nada dá certo (M7).

Eu me identifico muito com a irmã mais velha dele, ela que nos chamou para participar do grupo de casais. [...] O padre também ajudou, eu conversava bastante com o ele e com a minha mãe, conversei bastante com ela (M6).

Outro fator trazido pelos casais nas várias fases da conjugalidade foi o perdão expresso de muitos modos, aqui definido como um

[...] processo intrapessoal, como algo que ocorre internamente no indivíduo, e que traria mudanças nas cognições, nos comportamentos, nas emoções e/ou nas motivações da pessoa ofendida, que pode desdobrar-se mesmo se ela não está mais engajada em um relacionamento com o ofensor, mesmo quando o ofensor não está mais vivo. Pesquisas a partir dessa perspectiva têm se centrado mais na pessoa ofendida, focando os preditores do perdão, os processos através dos quais as pessoas afrontadas perdoam e as consequências do perdão para as mesmas (SANTANA; LOPES, 2012, p. 623).

O perdão aqui apareceu como uma subcategoria de proteção presente nas várias fases da conjugalidade. Compreende-se o perdão como um componente pertencente ao nível intrapessoal, mas que repercute na relação do casal e que pode trazer a possibilidade de ser visto mais como um elemento que restabelece partes divididas dentro da mesma pessoa. Neste contexto discutido, os sentimentos que antecediam a dor eram de amor, decorrendo daí a complexidade da situação de como manter dentro de si sentimentos tão opostos na direção de uma mesma pessoa. Entra em cena o fato de:

[...] o indivíduo que experiência uma forma extraordinária de perdão pode ter mais probabilidade de responder com perdão quando enfrenta insultos e injúrias mais comuns, presentes em seu cotidiano. Por outro lado, a experiência e a prática com formas ordinárias de perdão, em resposta a ofensas menores, podem estabelecer o estágio para expressões mais profundas de perdão em resposta a traumas de vida maiores que a pessoa possa, porventura, ter vivido ou ainda vivenciar (SANTANA; LOPES, 2012, p.624).

Rique e Camino (2010) citam que o perdão foi apontado como uma estratégia conciliatória para a resolução de conflitos na história da civilização (ARENDDT, 1958/1998; DIGESER, 2001; MCKNIGHT, 2004). No âmbito da Psicologia, os estudos sobre o perdão são mais recentes (Worthington, 1998, 2005). As publicações datam de 1968 e mostram um crescimento significativo nas décadas de 1980 e 1990, e vem mantendo um interesse alto desde então. Nesta área, os estudos sobre o perdão têm sido realizados na direção das relações interpessoais. É analisado como uma atitude interna motivada pela compaixão e verificada em suas repercussões para o desenvolvimento moral e social

Nesta pesquisa, essa categoria nem sempre apareceu citada com o nome de perdão, mas esteve presente em expressões correlatas, como: esquecer as ofensas, recomeço, não magoar, dar novas chances expressões que, sem dúvida, demonstram existência deste movimento interior do perdão, representado nestas várias atitudes.

Assim, a capacidade de perdoar pode trazer para aquele que a experiência o desenvolvimento de capacidades que estejam ligadas à resiliência. A vivência do perdão, segundo Santana e Lopes (2012), possui quatro fases. A primeira é aquela que se relaciona com ao momento da descoberta do problema, que desperta vivências de raiva, tristeza e mágoas. A segunda é a da tomada de decisão, momento em que vai se estabelecendo novos *insights* que vão auxiliar a reforçar a decisão, clareando novos horizontes. A terceira é a fase do trabalho, quando, a partir de uma nova consciência, surge o sentimento de compaixão em relação ao agressor. A quarta é a de resultados, em que ocorre um aprofundamento, encontra-se um sentido para si e para os outros no processo do perdão.

É com vistas a este resultado alcançado pelo processo do perdão que ele se torna importante de ser discutido como uma das subcategorias que se fez presente em várias fases da vida dos casais. Não está, portanto, ligado a uma questão específica, mas, como um modo de reação diante de um desafio vivenciado, em que a ofensa se fez presente. A possibilidade de perdoar, por si só, já aponta para a presença de níveis de resiliência desenvolvidos. Diante da problemática enfrentada, este foi um dos recursos utilizados pelo casal seis da Fase Adolescente para administrar sua crise.

Na medida em que o perdão e a tomada de decisão se transformaram em ato, os sentimentos começaram a se clarificar:

Eu devo ter surpreendido ele, porque depois que ele falou tudo, eu falei que ia colocar um pano e começar do zero, continuar nossa vida(M6).

Paludo e Koller (2007) também apontam que, na perspectiva da Psicologia Positiva, os estudos indicam que as características pessoais como sabedoria, espiritualidade, afeto e perdão colaboram na promoção das condições para um desenvolvimento saudável e positivo, tanto do ponto de vista biológico, como social dos indivíduos, enquanto forma de superar os desafios que se apresentam.

Essa questão também aponta para a influência positiva ou negativa da família de origem como elemento balizador sobre o núcleo familiar em dificuldade. Para o casal sete, ver o exemplo dos pais e receber o suporte dos pais foi decisivo para a forma como lidaram com as dificuldades. Isso confirma a ideia de que sistema significa processo dinâmico, multifacetado e interdependente, que traz uma nova epistemologia da ciência apoiada na concepção de mundo e trabalho.

Essas teorias e suas práticas refletem o paradigma de crenças e valores com os quais estão comprometidos àqueles que o produzem. “O pensamento sistêmico é uma nova forma de pensar cientificamente. [...] novo paradigma da ciência, ou seja, como novo conjunto de pressupostos a embasar a atividade científica nos próximos tempos” (VASCONCELLOS, 2003, p.50).

Esta profunda conexão dos fatos instaurada pelo pensamento sistêmico torna tudo e a todos responsáveis pelo destino daquilo que os rodeia, mesmo que seja por meio da omissão, quiçá pelas relações de intimidade. Sendo seu dinamismo fundamental na forma de processar informações e perceber as relações. Sobre esse novo modo de pensar, Bronfenbrenner afirma (1996, p.6):

Aqui a abordagem se afasta dos modelos de pesquisa convencionais ainda num outro aspecto: os ambientes não são distinguidos por referência a variáveis lineares, mas são analisados em termos de sistemas. Começando no nível mais interno de esquema ecológico, uma das unidades básicas de análise é a *díade* ou o sistema de duas pessoas.

O que esse autor afirma é que, a partir do momento em que se estabelecem certos níveis de interação, esses sistemas passam a ter uma intersecção, e a mudança em um pode transformar o outro, e vice-versa.

A estrutura do ambiente ecológico também pode ser definida em termos mais abstratos. Como vimos, o ambiente ecológico é concebido como se estendendo muito além da situação imediata afetando diretamente a pessoa em desenvolvimento, os objetos aos quais ela responde ou as pessoas com quem interage face a face. É dada igual importância às conexões entre outras pessoas presentes no ambiente, à natureza desses vínculos e à sua influência indireta sobre a pessoa em desenvolvimento, através de seu efeito naquelas que interagem com ela em primeira mão. Este complexo de inter-relações dentro do ambiente imediato é conhecido como *microssistema* (BRONFENBRENNER, 1996, p. 8).

5.2.2.4 Apoio e modelo das famílias de origem

Na fase adolescente, os apoios familiares não vieram em forma de ajudas reais, mas estiveram presentes, oferecendo aos casais força para lutar. O simples fato de saber que podem contar com os pais já trouxe ao casal sete tranquilidade para encontrar suas alternativas e, para o casal seis, a família serviu de base afetiva na qual puderam se apoiar, sendo fator de proteção em ambos os casos, expressos nos fragmentos:

E tem a nossa família também, que o pai dele quando precisa o pai dele ajuda, minha mãe com meu pai também ajuda a gente. Mas não é assim, que a gente tá precisando, pedindo ajuda. Se algum dia acontecer da gente não ter o que... aonde procurar solução, tem eles (M7).

E foi na família dele que eu aprendi o que era família, foi lá que eu vi o esteio de família, achava linda a família dele (M6).

5.2.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE

5.2.3.1 Ajuda psicológica profissional

É importante ressaltar que a experiência vivida por M6 foi traumática e teve consequências psicossociais imediatas para sua vida e a de seus filhos, caracterizando-se como uma experiência disruptiva. Porém, Benyakar (2000), que trabalha com a resiliência familiar, afirma que a noção de trauma é inerente à complexidade da condição humana e que muitas de nossas experiências tornam-se complexas por serem re-vivências de impactos já evidenciados.

Cyrulnik (2005) também afirma que a possibilidade de elaboração de uma vivência dolorosa está diretamente ligada à possibilidade de ressignificação que se dá pela fala. Afirma ainda que a capacidade de reação aos “traumas” também depende de três fatores: os recursos internos disponíveis desde o nascimento, a forma como o trauma é assimilado e os suportes institucionais existentes no meio ambiente próximo.

Assim, a alegria, a empatia, a força interior e a competência social são muito importantes na construção da resiliência e na adaptação a situações adversas. Embora todos sejam portadores dessas características, a forma como se combinam

oferecem resultados muito distintos. Não são os fatos que nos traumatizam, mas o modo como lidamos com eles. Nesse sentido, quando M6 buscou o apoio psicológico, permitiu-se fortalecer, ver suas possibilidades e buscar saídas mais saudáveis para sua vida. Nas falas de M6 apareceram motivos pessoais que a levaram a se cuidar, o modo como quer ser vista pelas pessoas e aponta o sentimento que tem pelo marido como outra razão para seguir na sua conjugalidade.

Eu cheguei a passar por psicólogo, mas eu parei, porque não tinha dinheiro [...]. Mas eu queria voltar, o psicólogo não vai resolver meu problema, mas vai me instruir para que eu passe melhor por ele. Eu não quero, um dia, ser lembrada com dor, com choro, lágrima, é isso que eu quero me libertar. Eu quero dar testemunhos de vida mais pra frente [...]. O amor, que por mais que ele tenha errado comigo, eu ainda amo ele (M6).

A busca de ajuda psicológica funciona como um dos vários suportes a que os casais podem recorrer e, segundo Benghozi (2013), os auxilia no processo que denomina de malhagem, para que, na medida em que superarem o momento da ruptura /cisão, possam reencontrar novos caminhos.

A 'malhagem' diz respeito ao contexto formado por laços e relações sociais e à transmissão psíquica decorrente nesse contexto. A malha é a rede construída por laços de filiação e de afiliação que, por sua vez, implica relações entre as pessoas ligadas pelos laços (BENGHOZI, 2013, *on-line*).

A presença de apoios externos à relação, especificamente no microssistema, pode viabilizar a resiliência na conjugalidade, na medida em que oferecem suporte que faltaram a cada um dos membros em sua estruturação pessoal ou ao próprio casal, enquanto sistema sujeito ao longo do tempo a movimentos de forças contrárias advindas ora do interior da díade ora dos meso ou macro contextos aos quais pertencem. É preciso, ainda, levar em consideração a questão do tempo e as mudanças vividas a todo sistema em seu uso, o que pode funcionar como fator de risco a conjugalidade.

Neste caso, a ajuda psicológica profissional atuou como proteção em M6, o que permitiu a esta a ruptura com comportamentos autodestrutivos, focando mais no processo de elaboração e reconstrução. Com isso, permitindo uma diferenciação entre ela e seu parceiro.

5.2.3.2 Renúncia em favor da conjugalidade

O conceito de renúncia nessa investigação foi tomado do verbo renunciar, que significa: “negar ou recusar (algo ou alguma coisa); rejeitar: renunciar os prazeres da carne. Deixar de acreditar, renegar: renunciar a antigas crenças. Deixar de possuir alguma coisa; renunciar a uma herança”.

O importante na apresentação do conceito é perceber que é um ato ou atitude que envolve uma tomada de decisão, deixar algo que já está dado e que é de uma ordem prazerosa, herdada e presente nas crenças de vida. Assim, envolve um processo de luto porque, necessariamente, relacionado a perdas daquilo que já se possuía ou se desejava como projeto de vida.

Os casais aqui entrevistados trouxeram em suas experiências que a renúncia é uma estratégia que os auxilia nas superações das dificuldades, mas sempre deixam entrever que os custos internos vinculados a estas tomadas de decisões existem. Também foi possível pensar que a renúncia é uma moeda de troca, por meio da qual aquele que renuncia o faz como probabilidade de um ganho que se estabelece com esse ato; neste caso, a manutenção da conjugalidade. Significando uma escolha e um bem maior para aquele que renuncia, considerada por todos como um movimento que torna a conjugalidade possível. Um dos grandes pontos da conjugalidade na modernidade é o excesso de individualismo, que não permite uma equação em que cada um possa trazer para a conjugalidade um nível de renúncias para que todos possam sair vitoriosos enquanto grupo.

Percebe-se que o estabelecimento da conjugalidade requer muito destes movimentos e que, para ser harmoniosa, deve-se compor como uma dança pelo equilíbrio dos pares, de modo que as renúncias possam acontecer, ora por um membro da dupla, ora por outro.

Johnson (2004), ao falar dos modos de ligação do casal, os trazem como herança da teoria da vinculação infantil e pretende designar o grau de afetividade desses na construção da segurança, da confiança e da intimidade. Desses três componentes, a intimidade é a característica mais específica da relação da conjugalidade, e, na literatura, se compõe de vários elementos, como a aceitação, a

naturalidade, a autoabertura, a sexualidade, a autonomia e a fusão, a proximidade emocional, física e intelectual (HELLER; WOOD, 1998).

A intimidade também é um componente importante das relações românticas, definida como processo relacional (MASHEK; ARON, 2004). Segundo esse modelo, o processo de intimidade está longe de ser um estado estático, pois apresenta-se como um “processo na medida em que os parceiros compreendem aspectos centrais do *self*, incluindo necessidades importantes, emoções e pensamentos” (BRADBURY; KARNEY, 2010, p. 22). A intimidade surge como a manifestação da condição satisfatória elementar para uma relação, num “grupo de diferentes tipos de necessidades como: intimidade, sexualidade, envolvimento emocional, companheirismo e envolvimento intelectual” (DRIGOTAS; RUSBULT, 1992 p. 23).

O casal sete expressa a intimidade ao falar da empatia com que lidam no seu dia a dia.

Mas nós dois somos muito companheiros. Se ele tá vendo que eu tô precisando de ajuda, que eu não tô bem, ele chega em mim e fala: olha, você não tá bem (M7).

A intimidade é, assim, uma categoria que contribui com a resiliência na conjugalidade, fortalece os casais e pressupõe sentir-se aceito, como é assim com a existência de níveis de alteridade necessária para que haja um encontro.

Pode-se perceber que a renúncia ocorre tanto para as mulheres como para os homens, como ilustra o fragmento de uma das partes do casal de 15 anos de união, ao discorrer sobre o movimento de retomada após a traição.

[...] a minha parte eu estou fazendo e acreditando sempre que hoje é mais um dia, hoje eu renuncio, hoje eu não vou brigar com ele. [...] A não brigar, a não falar do passado. (M6).

Outro aspecto da renúncia foi apontado por M7 ao falar que a vinda de um filho impõe mudanças significativas ao casal, desde as condições relativas a mudanças de hábitos, até as questões internas que implicam em dividir o (a) parceiro(a) em termos da atenção requerida pelo bebê, tendo o casal, neste momento, que priorizar a escolha feita por um filho, podendo dar conta de todas as vicissitudes que impliquem a presença deste na vida do casal. Ilustram isto ao afirmar:

A parte mais difícil foi acho que, assim que o neném nasceu, que aí a gente teve que deixar de fazer muita coisa que a gente tava acostumado. (M7)

5.2.3.3 Conviver com grupos religiosos e sociais (Grupos de casais)

Embora esta subcategoria tenha se apresentado relacionada à espiritualidade para o casal seis, ela também teve seu papel enquanto presença de outro contexto meso no qual o casal pode se sentir acolhido ao ingressar em um novo grupo de amigos. Com esses amigos, passaram a ter novas referências e a se fortalecer; sendo, para este casal, fator de proteção. Observou-se a importância da rede social nas quais as famílias podem ser acolhidas, oferecendo-lhes novos modelos de relacionamento.

5.2.3.4 Diálogo enquanto atitude de negociação

A subcategoria do diálogo apareceu novamente na fase adolescente como ligada a uma estratégia utilizada pelo casal no enfrentamento das dificuldades vivenciadas, apontando que uma ação, para ser concretizada, exige conversa entre a dupla, pois, as mudanças sem dúvida afetam o casal e têm consequências para a família toda. O uso do diálogo assume um efeito de proteção à conjugalidade, assim como de elemento capaz de viabilizar a negociação diante de qualquer impasse.

[...] bom, é assim, é o companheirismo dela que a gente é muito companheiro, a gente conversa bem um com o outro. A gente às vezes tá, por exemplo assim, pensando em fazer alguma coisa. Eu pensando em fazer alguma coisa, eu vou e converso com ela. O que você acha? O que a gente pode fazer? (H7)

Da mesma forma, a ausência do diálogo, enquanto estratégia de enfrentamento, não contribui com os casais em relação à administração de suas diferenças. Nesta pesquisa, o diálogo se fez presente sempre como alternativa na busca por solução, inclusive para o casal seis, como estratégia de proteção ao vínculo que não foi suspenso, mesmo no momento de crise, permitindo ao casal encontrar suas soluções.

5.3 FASE MADURA

Para situar as características desta fase, é importante assinalar que as modificações demográficas das últimas décadas trouxeram mudanças no cenário mundial, com consequências múltiplas no âmbito social. Dentre as principais, podem-se citar a maior longevidade humana e a diminuição do tamanho das famílias, o que alterou o modo e a relação dos laços familiares, como relacionamentos mais duradouros, com acúmulo de experiências e a possibilidade da vivência de vários papéis entre seus membros. E, nesta pesquisa, os casais aqui entrevistados já se encontravam com mais de 60 anos, portanto, pertencentes ao chamado grupo de idosos.

Segundo o IBGE (2010), estima-se que, em 2020, a população com mais de sessenta anos no país deve chegar a trinta milhões de pessoas, o que equivaleria a 13% do total. Para Feres-Carneiro (2011, p. 79) “[...] O IBGE também traz um dado estatístico bastante relevante: 27% dos idosos são responsáveis por mais de 90% do rendimento familiar”.

Um fenômeno que se observa na fase madura, geralmente como fruto da perda do trabalho fixo e dos níveis de exigência do mercado de trabalho, é a existência das co-moradias na vida dos idosos, situações nas quais convivem várias gerações, muitas delas sustentadas, integralmente, pelos próprios idosos.

A coabitação tem sido um modo de sobrevivência bastante utilizado pelas famílias em vários Países da América Latina, pelas classes mais desfavorecidas socialmente. Porém, o que está se observando é que esse arranjo nas classes médias tem como consequência as restrições econômicas que dificultam aos mais jovens a aquisição de habitação, que optam por conviver com os demais membros da família em sistema de coabitação (FERES-CARNEIRO, 2011).

Se, por um lado, os idosos dependem da família descendente, essa também depende dos idosos, pois estes lhes oferecem suporte.

A fase madura tem como característica o ciclo vital no momento em que os filhos não dependem mais dos cuidados diretos dos pais, mesmo que dependam financeiramente, e os pais também são adultos e independentes (CERVENY, 1997).

Pode ser considerada como a fase que costuma servir de suporte e equilíbrio para os desequilíbrios das fases anteriores e posteriores, esta fase traz como

características adultos saudáveis, na maioria das vezes já aposentados ou em vias de fazê-lo, com filhos já crescidos e independentes, com disponibilidade de tempo maior para amparar os próprios pais idosos e os filhos no início de suas conjugalidades. Sobre isso, Sommerhalder e Nogueira (2000), citados por Feres Carneiro (2011, p. 82):

[...] as diferentes gerações necessitam adotar uma postura flexível diante da vida e estabelecer diálogo para adaptarem-se às mudanças e conviverem de forma positiva. Isso não significa que devam concordar em tudo; as discordâncias podem e devem ocorrer, porém, é importante a disposição para reavaliar posições. Esta postura será ainda mais necessária nas gerações que convivem juntas.

A perspectiva do trabalho sistêmico coma família introduz o conceito de Ritual de Passagem como o que facilita a modificação da percepção das relações dos indivíduos e das famílias entre si, e também define o pertencimento ao grupo. Podem-se ter rituais de pertencimento, de redefinição de uma determinada situação, de celebração (COSTA, *et al.*, 2007). O que caracterizaria na atualidade um ritual de passagem das duas primeiras fases para a terceira, chamada fase madura, com toda gama de mudanças que supõe para a conjugalidade. É complexo, pois, cada família irá responder a isto de acordo com o que os contextos lhes permitem. No entanto, as transformações da sexualidade, as aposentadorias e os ninhos vazios fazem parte da grande maioria das mudanças que se estabelecem na fase adulta.

Neste contexto é também importante pensar como os casais se despedem de uma determinada fase para adentrar em outra. Considera-se que as fases não estão mais tão rigidamente estabelecidas em função dos impactos que as descobertas científicas e as tecnologias trouxeram para a vida das pessoas como o prolongamento do tempo de vida e da juventude, por assim dizer, e hoje, ao entrar para a fase madura, os casais podem, neste momento, realizar sonhos postergados, como cursar nova carreira, viajar e iniciar novas relações afetivas, em função da viuvez ou separação.

A seguir serão demonstradas, através do Quadro 3, as categorias de risco, de proteção, as estratégias de enfrentamento e suas subcategorias pertencentes à fase madura.

Quadro3 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Madura

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTOS ILUSTRATIVOS
FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE	1. Dificuldades de adaptação (frente às mudanças ocorridas nesta fase)	<i>Fiquei dez anos lá, sem gostar e voltei e fiquei feliz da vida. A gente viveu lá também e lá foi melhor pra gente, muita coisa que ele fazia ele largou de fazer. (M2)</i>
	2. Ninho vazio/ mãe protetora	<i>Eu acho que nós somos carentes em relação aos filhos, assim, no meu caso. Parece que um pouco de atenção que não dá, já acho que me esqueceu. (M2)</i>
FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	1. Buscar qualidade de vida e cuidados com a saúde	<i>Eu acho assim. Eu, graças a Deus, não tenho vício nenhum. Não bebo, não fumo, não saímos para nenhuma quebrada, sempre estamos em casa, em família, com os filhos. Hoje, querendo ou não, na sociedade, nós somos o espelho para os parentes... (H3)</i>
	2. Amor e companheirismo entre o casal	<i>O que facilitou foi a união da gente, não é? Saber enfrentar os dois juntos. Nunca falei para ele resolver sozinho uma coisa e nem ele falou para mim. Nunca. (M3)</i>

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE	1. Participação em atividades de grupos religiosos/sociais	<i>Eu fui confessar, eu gosto de confessar, tirar um monte de dúvidas com o padre e eu sempre tive na igreja e um fato que me chamou atenção é que tudo que eu pedia, eu era atendido... (H3)</i>
	2. Apoio e cuidado das famílias colateral e descendente	<i>A filha ajuda muito a gente, é uma menina de ouro. (M3)</i>
	3. Diálogo enquanto atitude de negociação	<i>A gente sempre faz as coisas, mas em comum acordo, a gente entra em um acordo, conversa. Partilha as coisas e não é possessiva as coisas. Como casal a gente não usa a palavra "meu", é sempre o nosso. Não tem divisão. É em comum acordo. (H2)</i>

* As categorias aqui expostas encontram-se também demonstradas graficamente no APÊNDICE III e IV

5.3.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE

5.3.1.1 Dificuldades de adaptação (frente às mudanças ocorridas nesta fase da vida)

Uma das mudanças possíveis nesta fase é a perda financeira/profissional, pelas constantes demandas do mundo moderno em que, para manter-se empregado, há que se efetuar diversos investimentos.

As últimas décadas foram marcadas por uma mudança total de relação entre indivíduo e trabalho. Na contramão do aumento significativo de bens de consumo, o trabalho fixo e estável praticamente está desaparecendo, cedendo lugar à prestação de serviços que servem à resolução imediata de um problema, seja ele de que ordem for. Com a perda do trabalho estável e a necessidade de especializações constantes, a estruturação das identidades profissionais atravessa uma crise. A identidade profissional ainda é, socialmente, a primeira que define o sujeito. Os efeitos deste processo geram muitos desdobramentos,

Na cultura ocidental moderna que já há muito atingiu também o Oriente, o trabalho tem sido um bem simbólico que articula ordem individual e ordem coletiva em laço social. Quando esse laço é abalado, desamarrado por políticas e medidas econômicas nacionais, internacionais ou empresariais que rompem ou esgarçam esse contrato, o valor trabalho, enquanto bem simbólico, também entra em derrisão. O que não fica imediatamente aparente é que os sujeitos estão profundamente marcados por esse valor enquanto constitutivo de sua própria identidade. Esses efeitos subjetivos são difíceis de medir a curto prazo, mas parece que estão se revelando nos números epidêmicos presentes nas estatísticas das últimas décadas (JARDIM, 2011, p.90).

Um fato interessante relacionado ao casal três (35 anos de união) é que M3 decide deixar um trabalho de doze anos para cuidar dos filhos, pois o marido trabalhava em um banco e era bem remunerado. Mas esta estabilidade não se sustentou e, ainda com filhos pequenos, H3 perdeu seu trabalho. A perda repentina do trabalho gerou um grande desafio para o casal, que narra as estratégias que usaram para administrar as dificuldades presentes neste momento de sua conjugalidade.

Nós passamos apuros bem apertados. Quando ele trabalhava no banco, no natal ele ganhava muita bebida, garrafas de Uísque importado. Teve tempo que ele levava essas garrafas no bar e vendia para comprar biscoito para as

crianças comerem (emocionada), porque desempregado, ele não podia. [...] Foi uma época muito difícil. E cobrador na porta, cobrando.... Nós tivemos que vender carro, nós tínhamos carro, tinha casa, tinha dois filhos, uma casa bonitinha, uma vizinhança boa. Perdemos casa, perdemos filho, perdemos carro, perdemos tudo. Começamos do zero com dois filhos. Foi uma época muito difícil. [...] A gente era moço, não é? Tinha força. Eu lavava roupa da minha irmã. Era um dinheirinho. (M3)

No casal três, apareceu o amor como fator de proteção e a crença religiosa para superarem as dificuldades financeiras. Uniram-se, apoiaram-se e trabalharam bastante. Assim, a forma como um casal lida com suas dificuldades depende de vários fatores, o que é problema para um casal, pode ser administrado com tranquilidade por outro.

Outra mudança na fase madura é a aposentadoria ou sua proximidade. Aposentadoria significa a parada do desempenho de uma atividade formal que foi realizada durante trinta anos ou mais e que pode gerar uma crise (SILVA, 1997), do ponto de vista individual, familiar e social.

A aposentadoria aparece como fenômeno específico a partir da fase madura, sendo representativo do fechamento de um ciclo da vida. Neste, a maioria dos casais já conta com a ausência dos filhos e as questões de um maior cuidado com a saúde, que não se restringem às doenças, mas também à sua prevenção. O que se percebe é que a necessidade de trabalhar prossegue até mais tardiamente, e, mesmo se aposentando, as pessoas seguem trabalhando de modo alternativo. Primeiramente, porque se sentem úteis, e depois porque precisam da renda para ajudar em suas próprias despesas e de seus descendentes que hoje permanecem por mais tempo com os pais. Sua chegada, às vezes, vem associada a doenças, como exemplifica este fragmento:

Teve a depressão dele e eu quando parei de trabalhar também tive depressão. Agora eu entendo que ele não quer parar com o (comércio), mas tem que ver até quando dá para ir com o (comércio)” (M4).

A aposentadoria também representa perdas salariais significativas para o idoso, que fica sozinho frente à família extensa, com pouca disponibilidade de tempo, pois todos trabalham.

O lugar do dinheiro na atualidade faz com que a aposentadoria seja vista, em muitas situações, como benéfica e, em outras, como não desejada. A saída do trabalho também pode trazer como consequências perdas afetivas para o casal ou para um dos membros. Sobre isso, Rodrigues *et al.* (2005, *on-line*) afirmam que:

Em nossa sociedade; densamente imbuída pela lógica capitalista, o trabalho não se constitui apenas como uma fonte de renda para o homem. É por meio desta atividade essencialmente humana que o sujeito organiza seus horários e sua rotina, estabelece planos, metas e aspirações, constrói seus laços afetivos, exerce sua atividade, garante sua independência e expressa sua produtividade.

A seguir, H4 traz um exemplo do efeito positivo trazido por uma conquista fruto de seu trabalho.

Adquirimos nossa casa, tudo que eu fazia e sobrava, eu colocava na poupança para guardar, tinha essa reserva, nós compramos a parte da herança que ela tinha parte, nós compramos a outra parte e ficamos com a casa. Então, tudo bem, tudo tranquilo. (H4).

Dessa forma, o modo como cada casal e cada elemento da dupla reage diante dos desafios afeta as relações, e os casais que são capazes de enfrentá-los juntos, geralmente, se fortalecem melhorando, com isso, sua auto-percepção enquanto equipe, aumentando a confiança e o compromisso mútuo (BODENMAN, 2005).

5.3.1.2 Ninho vazio/ mãe protetora

Arriagada (1997), em uma classificação feita para famílias latino-americanas, define como “ninhos vazios” as famílias formadas por um casal, cujo cônjuge tem mais de 35 anos e os filhos não residem junto, seja por já terem constituído as suas famílias, seja pela busca da independência ou pela migração.

A saudade da família descendente, e o ninho vazio, foi uma subcategoria que se manifestou com frequência na fase madura, sendo representativas de situações de risco para a conjugalidade. Esta subcategoria foi expressa pelo casal dois, pela vontade de ter os netos por perto ao dizer:

[...] tenho vontade de ficar perto de neto, de o neto ter acesso, não assim de ser visita, eu queria ter os netos próximos mesmo, de entrar em casa, ter liberdade como se fosse um filho mesmo. Eu queria ter essa chance de ter neto assim e agora acho que eu vou ter, porque vai ficar perto (M2).

A saudade dos filhos exemplifica a questão do “ninho vazio”, que na literatura coincide com uma desaceleração nas atividades da vida do casal e com a chegada da aposentadoria, expressa na fala de M2:

Porque a vida nossa é meio mansa. Não acontece nada sério. Financeiramente a gente nunca atrasou, nunca ficou devendo. Faz as coisas na possibilidade que a gente pode (M2).

Fase que permite espaço para novas expectativas que, normalmente, envolvem os filhos. Como exemplo, M2 fala de como será viver junto da família do filho, que, por dificuldades econômicas, voltará a morar no fundo da casa dos pais.

Os filhos meus são só visita, vem visita, passa tempo e vai embora. Agora são três crianças. Então a gente tá vivendo uma expectativa, não sei se é receio, não sei se é prazer (M2).

Foi possível observar que, para M2, não se tratava só do ninho vazio, embora a saudade estivesse claramente presente, mas, de uma mãe insegura, visto que, diante de uma ausência de ligação, já pensa estar sendo esquecida pelos filhos e também ao afirmar que a chegada dos netos aponta para questões de dúvida sobre como ficará a vida tranquila e com liberdade que vive hoje junto de seu parceiro. Momento delicado para todos, em que a proteção pode se tornar um risco dependendo de como essa nova convivência familiar for administrada.

Já no casal três, esta questão não aparece, porque os filhos ainda residem com o casal e uma neta que já criam.

Mas tudo bem. Ela teve uma filha, ela era solteira. Desde que nasceu ela mora comigo, faz quatro anos mês que vem (M3).

Com todas as mudanças de papéis e a saída dos filhos de casa parece sobrar mais tempo para ao menos lançar um olhar para o casamento; além disso, como já citamos anteriormente, o casamento dos filhos provoca uma revisão nos valores no casal de meia idade (CERVENY, 1997, p.116).

Nos casais entrevistados, o olhar para o casamento/conjugalidade se faz ao mesmo tempo em que se buscam, nas conquistas dos filhos, uma rememoração da própria vitalidade. Aqui, o apoio aos filhos assume o sentido de ajuda para que não passem pelos mesmos sofrimentos que os pais passaram. Aparece a crença na cultura, nos investimentos, nos estudos para garantir uma melhoria geral das condições de vida pelas oportunidades que isto oferece.

Hoje está outra vida, a filha está casada, a filha formou advogada... [...] Meus filhos são todos formados (H3).

A filha ajuda muito a gente, é uma menina de ouro. O mais velho trabalha na (empresa x), no Rio, o caçula é jornalista e trabalha na (empresa y). (M3)

Esta é uma crença fundada no trabalho como possibilidade de um pertencimento a determinados grupos de ascensão social. O diploma e o trabalho são valorizados como passaportes e garantias de acesso a outras camadas da sociedade, questão hoje bastante controversa.

A questão da coabitação aparece nesta investigação em apenas um dos casais da fase madura, acolhendo seus descendentes. Confirma ser a fase madura aquela em que, dependendo do desenvolvimento biológico e financeiro dos descendentes, o lar volta a ser habitado pelos filhos e seus familiares (esposas e descendentes) ou retardam a ser desocupados como cita M3. As dificuldades econômicas dos filhos são objeto de discussão de Feres-Carneiro (2011), pois, inviabilizam a saída da casa dos pais.

Recente agora é que o meu filho que mora em (cidade w), paga aluguel, a minha nora tem deficiência, tem duas crianças, está grávida de novo, está com dificuldade de serviço e com as crianças [...] ela (nora) está pra vir agora. [...] Como tem dois cômodos no fundo, ela tá querendo vir pra ficar. Então é uma coisa temporária para mim, que pode ser que eu tenha liberdade de sair. [...] Então eu não sei, porque assusta. Nós passamos sozinho um tempo [...] (M2).

Este extrato aponta os vários desafios vividos pelos idosos diante do retorno dos filhos, sentimentos contraditórios, pois, se por um lado há alegria de ver a casa ser coabitada, especialmente pelos netos, de certo modo retomando o passado e evitando o “ninho vazio,” por outro, entram em cena a perda da quietude e da liberdade que implica em estar sem os filhos, a perda do próprio espaço com seus

ritmos e costumes que começam a ser negociados para atender às múltiplas necessidades. Neste momento, o retorno do filho torna-se um desafio para o casal, que terá que administrar novas situações de modo que isso não se torne um risco.

Outro aspecto a ser considerado é que, diante das dificuldades dos filhos para se estabelecerem na vida, recaem sobre os pais sentimentos de culpa, no sentido de cogitarem sobre o que mais poderiam ter feito, a rever nos filhos suas próprias impossibilidades. Deste modo, a culpa, enquanto movimento paralisante, os inviabiliza de ver o que fizeram e, por outro lado, de promoverem nos filhos atitudes de maior enfrentamento diante das dificuldades, não simplesmente retornando à casa dos pais. Sobre isso, Camarano (2006) aponta que a co-residência parece beneficiar mais as segunda e terceira gerações do que as gerações dos avôs. “[...] Alguns esperam, ansiosamente, o momento em que [...] (os filhos) alcancem a sua independência, embora afirmem que vão sentir falta dos netos” (FERES-CARNEIRO, 2011, p. 91). M3 explica a dificuldade do genro em conseguir trabalho e da ajuda que eles ofereceram à filha e à neta afirmando que:

Começou a trabalhar, já mandaram ele para Londres para fazer um curso lá e graças a Deus. Agora, a única coisa é que minha filha vai embora para o Rio. Mas tudo bem. Ela teve uma filha, ela era solteira. Desde que nasceu ela mora comigo, faz quatro anos mês que vem. Depois ele arrumou esse estágio, arrumaram casa, moram em uma casa na (cidade x), os três (M3).

Por isso, o casal dois, diante da saída dos filhos aponta movimentos contraditórios, ora gostando da quietude e da liberdade que implica em estar sem os filhos perto, ora desejando a volta desses na figura dos netos, como modo de retomar um momento do passado, não ficando mais o ninho vazio. Este quadro remete aos desdobramentos do fenômeno da pós-modernidade, ou seja, seus reflexos sobre a estrutura família, pois quando o casal entra na fase de estarem sozinhos em casa, sem seus filhos, este cenário rapidamente se modifica com o retorno deles à casa dos pais.

A família em desenvolvimento já não comporta mais, na fase madura, a mulher somente como dona-de-casa e o homem como provedor total, compondo-se dos filhos que, ao crescerem, começam a colaborar ou depender novamente dos pais.

Este movimento apontou outra contradição da família atual, que oscila em opostos, ora com grande indefinição de espaços vivendo todos juntos, ora trazendo

para a cena uma questão da atualidade, que é o excesso de individualismo e das relações líquidas, como afirma Bauman (2004). Na medida em que as novas famílias não se sustentam, fica para as famílias de origem a missão de complementaridade, mostrando a diferença de postura entre gerações, o que foi vivenciado por M3 ao decidir parar de trabalhar para assumir os filhos, fato possível pelo apoio dos avós na criação dos netos. Mas este apoio também vem se redesenhando, pois os casais moram distantes de suas famílias de origem e as avós ainda estão trabalhando ou retornam ao mercado de trabalho para ampliar a renda familiar, fazendo com que os casais modernos tenham que contar apenas com o auxílio das redes de apoio públicas ou particulares existentes próximas as suas moradias para os cuidados com os filhos.

O importante é a percepção sobre o quanto um mesmo acontecimento apresenta interfaces e sobre o fato de que as soluções ou intervenções requerem um olhar para o desenvolvimento de modo interdisciplinar para a compreensão do fenômeno.

Na fase madura, há transformações e mudanças que, na melhor das hipóteses, recoloca o casal frente a si mesmo para restabelecer novos contratos de vida. Assim, a única maneira de lutar contra a degenerescência está na regeneração permanente, na aptidão do conjunto da organização para regenerar-se e para reorganizar-se, fazendo frente a todos os processos de desintegração (MORIN, 1990).

Importante também citar que as mudanças ao longo do ciclo vital implicam na capacidade de adaptação ao novo. Neste sentido, Walsh (2002) apresenta o conceito de adaptabilidade, que é a busca de equilíbrio entre a manutenção de uma estrutura que é estável e que, ao mesmo tempo, precisa ser flexível para responder às mudanças da vida, constituindo um dos princípios para o funcionamento harmonioso de um casal e de uma família. A cada mudança de fase da vida conjugal, o contrato inconscientemente estabelecido tem que ser reconhecido e renegociado, confirmando Minuchin (1990) quando afirma ser a família um sistema aberto em constante transformação pela troca que estabelece com outros sistemas.

5.3.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE

5.3.2.1 Buscar qualidade de vida e cuidados com a saúde

Outro fator de proteção a ser considerado na fase madura é a questão da qualidade de vida. Para a Organização Mundial de Saúde (GRUPO WHOQOL), qualidade de vida é definida como “a percepção do indivíduo da sua posição na vida no contexto de sua cultura e dos sistemas de valores da sociedade em que vive e em relação aos seus objetivos, expectativas, padrões e preocupações” (FLECK, 1999, p.199).

Várias pesquisas com idosos têm demonstrado uma grande relação entre a qualidade de vida e a presença de depressão, quer pela abrangência quer pela sua magnitude nos escores totais. A depressão está diretamente relacionada aos significados e possibilidades que, na vida, se instauram, estando fortemente ligada à qualidade de vida mais que ao estado de saúde em si. Nos “idosos mais idosos” é bastante significativa, especialmente nas mulheres, devido a sua maior longevidade (ROCHA *et al.*, 2002).

Nesta pesquisa, os casais da fase madura estavam mais voltados para os cuidados com os filhos, preocupados em ajudá-los, e gozavam de boa saúde física e mental, embora demonstrassem preocupação voltada para os cuidados com a saúde.

Quando você está com saúde, é uma beleza. Ela teve dengue o ano passado. Quando você fica doente, dá um desespero na gente. Nossa senhora! (H3)

Eu estou apavorada porque se eu pegar de novo pode ser aquela hemorrágica, ai complica. Então eu sou de alto risco, se eu pegar dengue de novo, pode ser complicado para mim. (M3)

A ajuda aos filhos e netos funcionava para esses casais como fator de proteção, na medida em que viam nas realizações dos filhos suas próprias realizações.

Assim, a busca pela qualidade de vida, na presença ou não da doença parece ser uma constante na dinâmica dos casais na fase madura.

5.3.2.2 Amor e companheirismo entre casal- amor ágape

Sobre a subcategoria amor e união entre casal, foi possível verificar que o amor apaixonado ou romântico não é exclusivo do início dos processos amorosos, mas continua ao longo das relações e é essencial para a construção de um sentido de identidade partilhada, para a satisfação e para a estabilidade conjugal (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

A construção de dois fenômenos, o amor e a união, para designar uma mesma categoria, se deu pela estreita relação entre ambos. Aqui apareceram interligados, tornando-se impossível abordar um sem que o outro não estivesse presente, o que se observou nos depoimentos coletados, como segue:

A gente está com cabelo branco e ainda está desse jeito, mas eu acho legal, porque quando a pessoa não incomodar mais a gente, acho que é pior. Eu acho que enquanto está assim, tem vida. No momento que você não se importar mais com a opinião do outro, eu acho que é pior, então vamos continuar assim e a gente mesmo dá risada (M2).

Porque se eu não gostasse dele e ele de mim, primeira coisa que acontece, um vai para um lado e o outro para o outro, mas tem que ser teimoso, tem que continuar ali, porque a gente tem que saber resolver (M3).

O que facilitou foi a união da gente, não é? Saber enfrentar os dois juntos. Nunca falei para ele resolver sozinho uma coisa e nem ele falou para mim. Nunca. Nós sempre resolvemos juntos (M3).

Tudo indica que as pessoas que têm sucesso nas suas parcerias íntimas estão dispostas a fazer sacrifícios e relatam satisfação do sacrifício em si. Em momentos de conflito, o sacrifício assume funções de recuar para considerar ações que tenham sido positivas ao longo prazo (WHITTON; STANLEY; MARKMAN, 2002). No relato do casal três, é possível perceber quantos sacrifícios tiveram que superar para seguir na vida e em sua conjugalidade.

Foi uma época muito difícil. E cobrador na porta, cobrando. Nós tivemos que vender carro, nós tínhamos carro, tinha casa, tinha dois filhos, uma casa bonitinha, uma vizinhança boa. Perdemos casa, perdemos filho, perdemos carro, perdemos tudo. Começamos do zero com dois filhos. Foi uma época muito difícil (M3).

Os autores também apontam que a possibilidade de superação está diretamente ligada ao nível de satisfação que a díade tem de sua parceria. Os parceiros mais satisfeitos, no início da relação e, com maior investimento, desenvolvem respostas mais construtivas como discutir

problemas, comprometer-se e adotam uma orientação ativa de resolução de problemas. (RUSBULT; ZEMBRODT; GUNN, 1982, p. 20 - 21)

Nunca jogamos nada na cara um do outro e também não tinha envolvimento de terceiros. Não se envolviam, não tinha envolvimento de pessoas, só coisas cotidianas. Agora, se entrar terceiros no meio, já dificulta. O casamento tem que ser vivido dia a dia. Dia a dia trabalhado. Se você fez alguma coisa que desagradou, tem que corrigir (H₂).

Outro ponto trazido pelos casais da fase madura foi expresso nesta fala sobre a fidelidade, fator importante na proteção da conjugalidade.

Uma coisa importante no casamento, para mim, é a fidelidade, tem que ser fiel e tem que ter amor. Eu penso comigo mesmo, que dá vontade de sair com outra mulher, para ver como é que é, dá vontade. Mas depois você senta, medita, reflete. A primeira coisa, eu acho que você tendo a fidelidade, você tem o amor e um respeitando o outro, você chega a uma vida a dois (H₃).

Para este homem, existe o reconhecimento da atração, mas, a consideração da relação existente na conjugalidade tem um peso maior e, diante disso, efetua uma escolha. Considera-se que, a partir do uso de sua liberdade, cada um aciona seu sistema de crenças e valores e que isso norteia as tomadas de decisões.

Neste sentido a fidelidade pode significar [...] o reconhecimento de que ser fiel não depende da vontade dos deuses, é uma decisão que cabe simplesmente a nós, e temos que tomá-la não uma única vez, mas constantemente [...]. Algumas pessoas casadas, maridos e mulheres, que nunca foram infiéis, tiveram de decidir, repetidas vezes, manter-se fiéis, tiveram de reafirmar a si mesmos – ante a poderosa tentação – que é importante resistir a ela (VIORTS, 2003, p. 173).

Nesta mesma direção, M₃ aponta para o movimento presente no processo da conjugalidade, onde não existem garantias *a priori*, mas processos de construção contínuos, por meio dos quais as escolhas são refeitas diariamente.

A vida não é um mar de rosas, a vida é assim, igual esses gráficos de fábrica, que sobe e depois desce. Tem horas que a gente está lá em cima, daqui a pouco dá uma caída e fica mais tempo pra baixo. Pra mim, todo casamento tem isso. A pessoa que fala que nunca brigou, um é cega e o outro é surdo, porque não é possível. Tem as desavenças entre a gente, mas temos que saber controlar, isso faz parte (M₃).

5.3.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE

5.3.3.1 Participação em atividades religiosas/sociais

Nesta pesquisa, a subcategoria espiritualidade esteve atrelada à participação em atividades religiosas e sociais, deixando antever que a maturidade traz mudanças de percepções da vida, de modo de se relacionar e, principalmente, de objetivos. Assim, os grupos em que os casais pertencem foram também sofrendo alterações. Se na fase de aquisição os grupos ainda são os dos amigos dos casais quando solteiros, na adolescente vai se alterando e passam a ser os dos pais dos amigos dos filhos, dos amigos de trabalho. Com a saída dessas situações da vida, resta ao casal reconstruir novas dinâmicas baseadas em expectativas de vida e objetivos comuns. Neste cenário, é que surgem os grupos sociais, muitas vezes de ajuda social ou grupos religiosos. Com um olhar também para as limitações da vida e do tempo de vida, os grupos religiosos têm objetivos mais próximos da realidade de vida atual; tendo como função manterem os casais socialmente integrados. Funcionam como estratégia na qual se apoiam para proteger a conjugalidade e a saúde física e mental dos participantes, como aponta os segmentos a seguir:

Eu trabalho para os pobres da igreja, nós fomos festeiros na (igreja x), depois fomos para a (igreja y), e (igreja z). Essa semana, Semana Santa, eu estava conversando com o padre, confessando e eu fiquei imaginando que se hoje eu morresse e chegasse perto de Deus, eu veria todos os pecados que eu fiz, mas tem que pesar as coisas boas que eu estou fazendo também (H₃).

Dentre as muitas funções dos grupos, Rutter (1987) cita: 1. Os grupos colaboram para diminuir os impactos dos riscos a eventos estressores; 2. Reduzem as reações em cadeia de uma vivência de risco; 3. Mantém a autoestima através de relações seguras de afeto e, 4. Ativa a criatividade na medida em que viabiliza espaços para o uso destas em atividades lúdicas em setores públicos que reforçam e valorizam o contato social. É importante salientar que não basta a existência de atividades sociais oferecidas pela rede de apoio, mas a importância dada para essas participações pelos envolvidos.

O exercício da espiritualidade foi apontado pelos casais como uma subcategoria que contribuiu para a superação das dificuldades. Aqui foi definida

como “encontro de autoconhecimento do ser com sua dimensão mais fiel e bela - a espiritual - que possibilita uma conexão consigo mesmo e com o Cosmo, onde se atinge recursos inigualáveis que podem influenciar a vida humana e suas relações com o universo” (DEZORZI, 2006, p.20).

Este autor afirma que pessoas que acompanham de perto o sofrimento de pacientes em hospitais observam os familiares e pacientes utilizando-se de objetos, orações e das mais variadas crenças para buscar o bem-estar e a força no enfrentamento das situações difíceis.

Outro ponto sobre a espiritualidade é o crescente número de pesquisas que trazem em seu bojo questões relativas a esse assunto, expressando uma busca por um campo de permanência e seguridade, tão em falta neste mundo em transformações rápidas e constantes. Além disso, a espiritualidade apresenta a representação de uma visão mais ampla e complexa do homem frente a seu lugar no universo, a partir da qual o homem possa sair fortalecido. O reconhecimento de que o progresso e o desenvolvimento da ciência alcançado na atualidade deixou as pessoas carentes de valores e sentimentos, de sentido para a vida.

Outro ponto importante na questão da espiritualidade é o fato de não se revestir de um vínculo religioso específico, mas é o modo de se subjetivar que define o caráter da espiritualidade. Ou seja, mesmo em pessoas que não apontem a religiosidade (enquanto prática da espiritualidade) como suporte, não significa que essa não se faça presente de outros modos.

A espiritualidade objetiva o desenvolvimento de um propósito maior para a vida, e é refletida no nosso modo de contato com os outros e com a natureza em geral. Existe um consenso dos autores com relação à subjetividade do conceito de espiritualidade, por isso não é possível encontrar uma definição definitiva e universal. Mas as pessoas que apontam ter uma espiritualidade desenvolvida a narram como força e paz interior, derivada de uma união com um Ser, um Deus, uma Realidade transcendente ou tudo o que a pessoa valorize como supremo em sua vida (DEZORZI, 2006). Nesta pesquisa, M3 expressa a importância da espiritualidade para o casamento.

Eu acho que, como ele falou, é a fé, que a gente não pode desanimar, porque se desanimar no primeiro problema, o casamento vai embora. (M3)

Um dos casais da fase madura também trouxe a subcategoria ouvir outros casais como presente em suas vidas, ratificando suas ações. Além disso, observa-se aqui a presença de meso contextos como importantes na vida dos casais, pois, funcionam como apoio, segurança e pertencimento.

Eu não sei, quando a gente vai para a igreja e escuta outros casais; quando vai uma pessoa mais velha, uma psicóloga dar um conselho, a gente vê que fez aquilo que eles tinham falado sem a gente saber (M2).

5.3.3.2 Apoio e cuidado das famílias de origem/colateral e descendente

Na fase madura, pode-se perceber que os modelos vivenciados pelos casais através de suas famílias de origem estão presentes em suas crenças e valores, criando predisposições nos casais com relação ao modo de perceber e se posicionar frente às adversidades, ou seja, lançam mão desses modelos para se organizar de modo a ter atitudes mais resilientes para com seus pares, como aponta M3.

Não, mas ele se espelhou na família dele, eu me espelhei no meu pai, minha mãe, que eu nunca vi meu pai levantar a voz para a minha mãe, nunca vi meu pai brigar na nossa frente, nunca. Se brigaram, brigaram escondidos, porque eu nunca vi, até a hora que os dois eram vivos, eu nunca vi o meu pai perder a linha (M3).

[...] com certeza, se não fosse isso eu não sei se estávamos juntos ainda, não sei o que iria acontecer. Seguimos o exemplo dos nossos pais. [...] Foram os exemplos mesmos, e o nosso modo de viver (M3).

A filha ajuda muito a gente, é uma menina de ouro. O mais velho trabalha na (empresa x), no Rio, o caçula é jornalista e trabalha na (empresa y). (M3)

Nesta fase, os casais entrevistados, embora aposentados, eram bastante ativos e atuantes, não manifestando necessidades de cuidados específicos por parte dos filhos ou colaterais.

5.3.3.3 Diálogo enquanto atitude de negociação

O diálogo se mostrou presente como uma estratégia para os casais da fase madura, como uma dinâmica estabelecida entre a dupla, como um mecanismo que funciona como proteção da conjugalidade, expressando, ao mesmo tempo, ser fruto de um processo de aprendizagem entre o casal. É importante assinalar que são muitas as formas de diálogo, indicando que a comunicação é mais ampla do que o que se expressa pelas palavras, podendo o silêncio estar a favor da comunicação em determinados momentos da relação.

[...] o que ficou entre nós é o diálogo. Ficou positivo entre nós. Nós conversamos bastante. Tudo o que nós fazemos fica decidido entre nós dois. Eu faço a vontade dele e ele faz a minha vontade. Não precisa a gente falar, só de ele falar que não eu já acabo aceitando, ou eu bato o pé e quero mesmo. Às vezes ele abre mão, às vezes sou eu....isso aí é o equilíbrio entre a gente (M2).

[...] Nunca falei para ele resolver sozinho uma coisa e nem ele falou para mim. Nunca. Nós sempre resolvemos juntos (M3).

A gente sempre faz as coisas, mas em comum acordo, a gente entra em um acordo, conversa. Partilha as coisas e não é possessiva as coisas. Como casal a gente não usa a palavra "meu", é sempre o nosso. Não tem divisão. É em comum acordo. Tem problemas como todo casal, briga, discute (H2).

O diálogo também foi compreendido como viabilizador dos processos de amadurecimento, sendo este o fruto de desafios superados e que resultaram em crescimento e aprendizagem para o casal, favorecendo a conjugalidade.

Alguns exemplos disso são vistos pelo casal com 25 anos de união, ao reconhecerem o benefício de mudarem de cidade devido à transferência do trabalho do marido, o que, inicialmente, foi visto como um risco, porém, ao ser superado, resultou em processo de maturidade por meio do qual puderam retirar experiências positivas para toda família.

Eu achei que lá que uniu mais a gente, família, filhos. Foi bom porque lá nessa coisa de locomoção, ele interagiu mais com as crianças, ficava junto, porque antes era só eu (M2).

O casal três, de 35 anos de união, o expressou quando reconhecem suas dificuldades, e compreende isso como um movimento próprio da vida e que exige desafios.

Dificuldade todo mundo tem, às vezes, não tem dificuldades financeiras, mas têm outras que talvez seja até pior que a financeira. A nossa dificuldade foi dificuldade financeira (M3).

5.4 FASE ÚLTIMA

A fase última representa o fechamento de um ciclo e também pode explicar as contradições e lacunas da trajetória familiar (CERVENY, 1997).

No Brasil, as estimativas apontam que, em 2025, teremos 34 milhões de idosos, com prevalência daqueles com mais de 80 anos (NUNES; MENEZES; ALCHIERE, 2010 *apud* MELO; SILVA, 2013, p.15). Envelhecer faz parte de uma etapa da vida e se processa pelas mudanças físicas, psicológicas, sociais e, que ocorrem a todas as pessoas que vivem muitos anos (CIOSAK *et al.*, 2011, *apud* MELO, SILVA, 2013, p.15). Tendo em vista a possibilidade de maior longevidade das pessoas, estudos com idosos relacionados a seus vínculos familiares ainda são inexpressivos, se comparados a outras questões do envelhecimento, pois nunca houve, na história, um período de convivência tão longa entre idosos e seus descendentes (MORAGAS, 1997).

Camarano (2003) afirma que 86% dos lares onde residem idosos são chefiados pelos idosos, possuindo residência própria e renda representativa. E que, em muitos lares, há idosos que cuidam de outros mais idosos. Outro fenômeno a ser observado nesta fase é a predominância de idosos que chefiam famílias, comprovando a “feminização da velhice” (FERES-CARNEIRO, 2011).

Esses dados remetem ao questionamento sobre como as famílias brasileiras com idosos estão se organizando para fazer face ao envelhecimento populacional, à maior dependência econômica dos jovens e ao próprio enxugamento do papel do Estado em relação ao suporte a eles, em vários níveis.

A queda da fecundidade, os processos de urbanização, a industrialização e o aumento do trabalho feminino faz com que as famílias sejam cada vez mais

requeridas para cuidarem dos seus membros “vulneráveis”. Assim, os suportes intergeracionais têm sido cada vez mais importantes como estratégias de sobrevivência, embora sob a forma de arranjos familiares diferenciados.

Nesse sentido, as mudanças demográficas e sociais estão afetando as relações entre gerações em várias partes do mundo, mas o seu impacto parece não ter enfraquecido as relações familiares, percebendo-se que a família tem se mostrado uma instituição “resistente”. Pobreza, desemprego, epidemias como HIV-AIDS juntam os entes, mostrando que a família, enquanto instituição, sobrevive aos efeitos não esperados; a ausência de algumas políticas públicas ou efetivação de outras tem contribuído para o fortalecimento das famílias.

Um desses efeitos é a questão da co-residência entre idosos e filhos como uma prática generalizada nos arranjos domiciliares. Algumas vezes, os beneficiados são os idosos e, em outras, os filhos e netos. Sobre esta "co-residência" Camarano e El Ghaouri (2003) apontam não ser este um fenômeno brasileiro, mas mundial e os fatores que têm contribuído para isto são: o prolongamento da permanência dos filhos em casa devido à necessidade de investimento em sua formação para enfrentar um mercado de trabalho muito competitivo, associado à precariedade do trabalho e à instabilidade das relações afetivas, ocasionando o retorno dos filhos à família de origem, muitas vezes, trazendo seus descendentes também para serem cuidados pelos idosos. Assim, os trabalhos de saúde e intervenções sociais passam, necessariamente, pela compreensão e análise dos contextos familiares e sociais aos quais esses atores pertencem, para serem eficazes e realmente atenderem as suas necessidades.

A análise da fase última pressupõe que a compreensão desta se dá a partir de um olhar amplo sobre como foram vividas as fases anteriores. Na medida em que o desenvolvimento humano é visto como um processo em que os valores e as características de cada fase foram marcantes. Situações que ora uniam ora separavam, apontando para a cultura da variabilidade, caracterizando a permanência de antigos valores e o acréscimo dos novos trazidos pelas gerações mais novas (KEMP, 2007 apud FERES-CARNEIRO, 2011, p. 91).

Os dados aqui apontados refletem uma mudança demográfica importante, pois, na medida em que os casais em função das dificuldades financeiras próprias das demandas do mundo moderno optam por uma diminuição do número de filhos,

senão pela sua ausência, a família nuclear fica cada vez menor e a pirâmide populacional sofre um processo de inversão.

Nesse sentido, repensar as configurações familiares faz-se urgente, pois, em todos os momentos da vida, a convivência com a família é fundamental, pois representa para seus membros proteção e segurança, e permanecer em seu ambiente favorece a possibilidade de um maior reconhecimento do que nos circunda (NETTO, 2005).

Autores como Tavares *et al.* (2008) e Santos *et al.* (2010) salientam que as mudanças advindas do processo de envelhecimento são consideradas fatores de risco. Vilela *et al.* (2006) apontam que é na vivência familiar que os eventos inesperados como divórcios, mortes inesperadas, doenças e desemprego são percebidos e que esses eventos alteram, muitas vezes, a estrutura das relações, dificultando as tarefas de superação e união próprias do grupo. Em situações de estresse, cada família encontra modos próprios de enfrentar situações semelhantes, obtendo, portanto, resultados diferentes. Não se pode desconsiderar que o impacto emocional das adversidades vividas por um membro da família é, antes de tudo, uma experiência que recai no grupo familiar.

A seguir serão demonstradas, através do Quadro 4, as categorias de risco, proteção, as estratégias de enfrentamento e suas subcategorias pertencentes à fase última.

Quadro4 - Distribuição das categorias e subcategorias na Fase Última

CATEGORIAS	SUBCATEGORIAS	SEGMENTOS ILUSTATIVOS
FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE	1. Presença de doenças (Depressão, AVC, Parkinson)	<i>Vou falar para ela... Ele tem Parkinson, ele está tratando. Então a preocupação minha também, é isso também. [...]A gente tem preocupação e essas coisas da idade. É claro que nessa idade as pessoas ficam assim, excessivamente falando, vigiando, tomando conta. (M4)</i>
	2. Dificuldades de adaptação frente às perdas e transformações da idade	<i>A dificuldade agora da gente é não ter mais aquela coisa do sexo, a gente vai acabando o entusiasmo, mas não a amizade, o amor. A gente lida buscando entender e aceitar é assim com todo mundo que envelhece (M4)</i>
	3. Morte dos colaterais e descendentes	<i>Então, foi aquele sofrimento de ver sua filha morrendo dia a dia e a nossa família hoje se resume a esse filho que está vivo, que está tomando conta da fazenda, aos netos, as duas bisnetas... (M5)</i>
FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE	1. Apoio e cuidado da família colateral e descendente	<i>Essa irmã dele se dedica muito. Nos seis anos que minha filha ficou doente, ela largou tudo, ela tem filhos adultos já e ela é viúva. (M5)</i>

<p>FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE</p>	<p>2. Amor e companheirismo entre casal/Cuidado mútuo</p>	<p><i>Vai ficando a amizade que nós temos o tempo de conhecimento, o tempo de amor. Um amor que não é platônico, um amor de amizade profunda. Uma amizade que, para nós, não termina nunca, vai terminar com a morte. Isso não acabou entre nós. (M4)</i></p>
<p>ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE</p>	<p>1. Participar de grupos religiosos/sociais</p>	<p><i>Eu faço parte de um grupo de senhoras, como eu assim, e nós fazemos roupas para crianças carentes. Estamos agora terminando conjuntos de flanela, pijaminhas e só com dinheiro de bingo entre nós e nós costuramos para os bairros mais pobres. Toda semana nós estamos levando, são mais ou menos 30 pessoas. Frequentei muito cineclube aqui na (faculdade X), cinema na Casa da Cultura, procuro preencher o máximo possível. Isto ajuda muito. (M4)</i></p>
	<p>2. Tolerância com as limitações próprias e do parceiro</p>	<p><i>Tolerância, minha mãe era muito tolerante e nos passou essa tolerância muito grande. Tanto que em algumas impaciências, porque vai surgindo dificuldade... (M4)</i></p>
	<p>3. Fortalecimento da autoestima</p>	<p><i>... me aposentei e agora, como ele falou, eu estou na (instituição x).Dela eu sinto muito, mas eu não abro mão, porque é onde eu me realizo, me sinto bem e sei que ali eu estou fazendo alguma coisa pelas crianças. (M5)</i></p>
	<p>4. Sentirem-se úteis no diaadia</p>	<p><i>Então eu acho que lá, eu posso fazer alguma coisa para redimir um pouco, porque eu acho que eu não fiz muita coisa de errado, mas em todo caso, eu me identifico muito com as crianças da (instituição). Hoje em dia eu brinco que a minha cachaça é a (instituição), o dia que eu não vou lá, eu sinto falta.(M5)</i></p>

* As categorias aqui expostas encontram-se também demonstradas graficamente no APÊNDICE III e IV

5.4.1 CATEGORIAS DOS FATORES DE RISCO PARA A CONJUGALIDADE

5.4.1.1 Doenças

Dentre os principais riscos advindos da velhice constam as doenças, nesta pesquisa consideradas como: “processo e ou estado causado por uma afecção num ser vivo, que altera o seu estado ontológico de saúde” (DICIONÁRIO *ON-LINE*). Sua compreensão, no entanto, remete a um processo histórico e político para verificação de suas implicações e de seus determinantes, que, muitas vezes, ficam reduzidos, pelo contexto de educação simplista, à mera interação de um agente etiológico-hospedeiro (BORUCHOVITCH, 1991).

A doença também é vista como um processo social, pois a transformação e a erradicação de determinadas doenças não podem ser explicadas somente pela atuação da medicina, pois devem ser pensadas a partir de seu caráter social. Por exemplo, a erradicação de algumas doenças infecciosas se deve a sucessivas medidas de prevenção que envolvem saneamento básico, vacinação em massa, educação da população (LAURELL, 1997).

Para o casal cinco (60 anos de união), a depressão apareceu relacionada a múltiplos processos de perda e de precariedade da saúde de H8, processos esses ligados à idade, como um AVC que trouxe limitações para sua vida cotidiana. A doença afetou diretamente a relação do casal, na medida em que alterou o modo de perceber a vida e, principalmente, as possibilidades de organização interna de H8, dificultando a superação das dificuldades.

Nesta pesquisa, a doença na fase última foi um elemento de risco que perpassou a conjugalidade, especialmente do ponto de vista de saúde mental, pois apareceu na forma da depressão⁹.

⁹ A depressão pode se apresentar como um sintoma, quando o afeto é a tristeza, ou como uma síndrome ou transtorno, quando apresenta um grupo de sintomas que aparecem juntos, com a tristeza fazendo parte de um grande elenco de problemas, que pode incluir a perda de interesses nas atividades, sentimentos de desvalia, perturbações do sono, mudanças do apetite, entre outros (LIMA, 2004, p.12).

A depressão foi uma subcategoria presente na fase última, atrelada à categoria doenças. Os principais transtornos mentais presentes nos idosos são as demências e a depressão; de acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS), a depressão ocupa o quinto lugar como problema de saúde, afetando 120 milhões de pessoas. A estimativa é que em 20 anos ocupará o segundo lugar, atrás somente das doenças cardíacas (PINHO; CUSTÓDIO; MAKDISSE, 2009).

H5, ao relatar sobre seu estado de depressão, argumenta:

Nós estamos lutando, mas não está fácil não. Sei lá se compensa essa luta que nós estamos levando, não está com nada não. [...] É aquela luta. Uma hora está bom, outra hora está ruim e a gente vai tocando. Tem que ser meio artista para aguentar, porque não é fácil não. [...] Então, para mim, qualquer coisa está servindo, tanto trabalhar, como não trabalhar. Eu estou com quase 80 anos. Eu já lutei bastante. Então eu estou perdendo a fé, porque melhorar mais que isso, não vai melhorar mesmo, vai só piorar. “Não adianta ficar fazendo força, mais do que eu fiz e não adiantou” (H₅, p. 3, 4 e 6).

Esta colocação parece indicar um quadro depressivo de H5, somado a fatores como: a idade (80 anos), ter tido um AVC e a perda de três filhos adultos.

A depressão foi trazida pelo casal quatro como um desafio vivido junto à aposentadoria:

Teve a depressão dele e eu quando parei de trabalhar também tive depressão. Agora eu entendo que ele não quer parar com o (comércio), mas tem que ver até quando da para ir com o (comércio)(M4).

Assim, a presença das doenças é um sério desafio para a conjugalidade, no sentido que se soma às demais perdas impostas com a limitação da idade, tornando-se fundamental o apoio das famílias colateral e descendente, funcionando como contextos paralelos que podem tornar esta fase mais saudável para os idosos, na medida em que se sintam protegidos e cuidados, ou seja, um fator de proteção.

5.4.1.2 Dificuldades de adaptação frente às perdas e transformações da idade

Embora a subcategoria conviver com as limitações da idade tenha se apresentado desde a fase madura em pequenos quesitos, foi na fase última que ela

se fez presente nos casais, quando as limitações já se apresentam em muitos setores da vida. Ao relatar as dificuldades, os casais trazem questões específicas de como lidam com os limites impostos pelo envelhecimento físico.

Eu gosto de pescar e eu vou a (cidade x), ela tem receio, mas eu tenho cuidado. Houve um negócio, eu deixei o carro engatado, sabe a subida que tem para entrar na (rua x)? Parou um ônibus e outro carro, o carro da frente parou e eu tive que parar imediatamente e deixei o carro engatado, quando deu batida, eu tirei o pé do freio e bateu no outro carro (H4).

Ontem mesmo ele já caiu na rua. Eu fico danada com ele, as brigas são essa [...] Sim, as intolerâncias, impertinências (M4).

Sabe aquela pista de bicicleta na principal? Eu desci, quando eu fui subir, eu tropecei, quando tropecei, fui de peito no chão, mas apoiei com a mão e só machuquei o joelho, mas só arranhei o joelho. (H4).

Perceber como as situações se apresentam, considerando as alterações pessoais sofridas com a idade é fundamental para vivenciar de modo mais adaptado o envelhecer, atuando como fator de proteção, na medida em que não se expõe a determinados riscos. O grau de flexibilidade do casal para interagir com as dificuldades é fundamental, pois, na medida em que “o estresse vivido nas fases evolutivas do ciclo vital se cruzam com os legados transgeracionais e com as causas externas”, maiores são os esforços a serem requeridos por todos os envolvidos na condução da busca por soluções (TORRES *et al.*, 2009, p.26).

A ruptura com o trabalho, por exemplo, pode afetar inclusive, a relação do idoso com a alimentação, segundo Campos, Monteiro, Ornelas (2000), que postulam sobre as mudanças advindas da aposentadoria, retirando o idoso de um contexto de convivências com pessoas e lugares com os quais já estava adaptado, remetendo-o a um contexto de alimentação, por vezes solitário e recluso, desencadeando, entre outros sintomas, uma perda significativa alimentar.

Dentro desses contextos não se pode esquecer dos riscos de perdas advindas da interrupção do funcionamento cognitivo ligado a atividades produtivas, que mantêm a pessoa ativa, uma função que se estende aos aspectos biopsíquico e sociais e está diretamente correlacionada à qualidade de vida. H8, que está com quase 80 anos e trabalha até hoje, pretende fazê-lo até quando puder, embora reconheça a preocupação que isto é para a família. É possível verificar a

representação do trabalho como símbolo de vitalidade, realização pessoal e porque não de virilidade para os homens. Isso posto, é importante perceber que a aposentadoria tem que ser planejada para ser vivenciada como fim de um ciclo e abertura de outro. Isso se faz através da organização de plano com base nas reais possibilidades dos sujeitos e dos contextos aos quais estes pertençam.

O fechamento de ciclo para os casais nesta fase muitas vezes envolve a ausência dos filhos, a aposentadoria e as questões de maior cuidado com a saúde. E, em muitos casos, porque precisam do trabalho para ajudar em suas próprias despesas e também seus descendentes. Este fragmento aponta para a importância do trabalho na vida de H4 e sua relutância para lidar com os limites impostos pela idade.

Pois é, vamos ver até quando você poderá ir com a sua firma. (M4)

Se Deus quiser, eu podendo fazer, eu faço, se não puder mais eu entrego os pontos, mas ele ainda dirige aqui na cidade, mas a gente tem preocupação. Eu vou até quando não der. (H4)

Outra dificuldade apontada por um dos casais foi a mudança das questões sexuais, trazida por um dos casais da fase última expressando um saudosismo pela sexualidade, hoje transformada em companheirismo, ao dizer:

A dificuldade agora da gente é não ter mais aquela coisa do sexo, a gente vai acabando o entusiasmo, mas não a amizade, o amor. A gente lida buscando entender e aceitar é assim com todo mundo que envelhece (M4).

5.4.1.3 Morte dos colaterais e descendentes

“A morte faz parte do desenvolvimento humano significando e ressignificando a vida” (KOVÁCS, 2008, contra capa).

A categoria morte dos descendentes se fez presente em um dos casais da fase última.

Pensar na morte como uma possibilidade de desenvolvimento humano torna-se fundamental, na medida em que é um momento de crise e, na maioria das vezes, impõe aos que ficam reformulações de lugares, papéis, modos de conceber suas

próprias existências a partir deste fato. É um evento esperado no processo do ciclo da vida, porém, neste contexto em que os pais perderam três de seus quatro filhos, ela pode ser considerada um evento não esperado, deixando ao casal de idosos uma multiplicidade de questões abertas. Entre elas, porque os filhos partiram e não eles, reativando talvez certa culpabilidade por estarem vivos.

Alarcão (2006, p.2,4) afirma que: “Lidar com a morte é uma questão difícil, muito pior quando ocorre com um filho, isso porque a morte de um jovem é uma situação que não é naturalmente pensada pela família, pois o normal seria que os pais morressem antes na perspectiva do ciclo vital”. Seu processo de elaboração supõe uma “intensa magnitude do apego às lembranças e à memória que elas carregam, sobretudo em relação ao filho, as quais são revividas intensamente, não importando quanto tempo tenha se passado”. Como exemplifica M5 ao pontuar:

A nossa vida foi sempre cheia de golpes. A diferença para a morte da (filha x) para o (filho z) não passou de dois anos. Então, em menos de dois anos, nós perdemos dois filhos adultos (M5).

A vivência da perda traz dor e tristeza para os que ficam mobilizando nesses a necessidade de redirecionar seus afetos e suas representações intrapsíquicas da pessoa que se foi. Mobilizam um intenso e doloroso trabalho de luto, pois é penoso esquecer alguém que se amou (FREITAS, 2000). Junto à doença ou morte de um membro da família surgem vários sentimentos, alterando o núcleo familiar em sua estrutura e dinâmica, solicitando um novo modelo de funcionamento (BOTELHO, 2005).

Dezorzi (2006), ao citar a literatura sobre a perda dos filhos, afirma que a fé, a religião e o poder divino tornam tolerável aquilo que é insuportável, trazendo força para os que continuam vivendo. A restauração da vida após perder um filho é um grande desafio, também para os profissionais de saúde, que devem considerar a relação entre a espiritualidade e o enfrentamento das perdas. Relação essa que muitos profissionais negligenciam.

A forma como a morte é vivenciada pelos familiares em muito colabora no processo de enfrentamento. Assim como os rituais de despedida funcionam como motores que auxiliam na mediação da dor, servindo como espaços de

compartilhamento de vivências e sentimentos para aqueles que ficam (KOVÁCS, 2008).

Diante das fragilidades impostas pela idade, não foram estas mortes sucessivas demasiadamente pesadas para o casal. A literatura aponta que o desenvolvimento da espiritualidade assume várias funções no processo das estratégias de enfrentamento

[...] a religião também gera alívio ao sofrimento, oferece o conforto que toma o espaço da fatalidade. E que a perda do ente querido é dolorosa para quem a experimenta [...] pelo sentimento de impotência gerado (KOVACS, 2008, p. 425).

O casal cinco trouxe, além da morte de três dos seus quatro filhos, um AVC de H5 e dificuldades nunca superadas pelo casal, o que acabou gerando uma separação de projetos de vida e distanciamento. Podendo, inclusive, abrir o questionamento na seguinte direção: este casal conseguiu estabelecer uma conjugalidade? Pois a separação de sonhos, projetos aconteceu de fato, apontando para o fato de que, talvez, este casal tenha continuado a morar juntos, mas a conjugalidade tenha se rompido em algum momento de suas vidas. Como aponta o segmento a seguir:

Nós dois, é completamente diferente o ramo de vida. Então não bate. [...] Nós dois é completamente diferente. Ela leva a vida dela e eu levo a minha. Então não coincide. Na hora da apuração, desvia um para um lado e o outro para o outro (H5).

5.4.2 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO PARA A CONJUGALIDADE

5.4.2.1 Apoio e cuidado da família colateral e descendente

Nesta pesquisa, a presença dos familiares (neste caso colateral e dos descendentes) aparece como importante fator de proteção, fornecendo sentido à própria vida dos idosos, pois esse foi o sentido no início da vida conjugal, a construção de uma família, e permanece na medida em que é pelo olhar do outro que cada um se constitui e se revigora. Observa-se aqui que os vínculos afetivos

são o motor da existência humana, não sendo possível pensar o desenvolvimento humano sem eles.

No estudo desenvolvido por Penna e Santo (2006), ter uma boa velhice é a possibilidade de se adaptar e aprender com os ganhos e perdas, visando encontrar a integridade e o bem-estar. Mas essa integração social e a autonomia pessoal só são possíveis através da “segurança propiciada por um ambiente acolhedor, assim como a autonomia permitida por um ambiente estimulador são, ambas, necessárias ao bem-estar do idoso” (TEIXEIRA, 2002, p.105). Da mesma forma, ter projetos de vida para que por meio desses haja sentido e significado para a vida.

Penna e Santo (2006) também apontaram a importância da presença e deles a proximidade com a família “descendente e colateral”, oferecendo ao idoso conforto e pertencimento, pois, com o passar dos anos a família se torna quase que exclusivamente o centro das suas relações e, ao cuidarem, conferem ao idoso ajuda evitando a sensação de solidão e abandono; normalmente mobilizadores de depressão na velhice.

A sensação de prazer e bem-estar é expressa de vários modos. Aqui, a senhora do casal cinco relata a falta que sente quando a filha morava junto, amparando-a.

A (filha x) era aquela companheira, morava aqui comigo. Meu genro também foi muito bom nesse período todo. (M5)

O apoio recebido da família de origem e colateral foi um fator de proteção para os casais. Para o casal cinco, o apoio recebido principalmente da irmã de H5, oferecendo um sentido e suporte para a vida, foi expresso da seguinte forma:

Eu tenho uma irmã que me ajuda muito, se não já tinha feito até uma besteira qualquer para acabar com essa vida, porque não adianta teimar. Ela é a caçula da turma. Nós somos doze irmãos e essa é... Eu não sei o porquê disso, esses dias eu até perguntei para ela. Não sei por que ela se interessa tanto por mim, ela larga as coisas dela, para vir me escorar. Ela diz que os filhos dela gostam muito de mim. Então, sei lá, se eles dão essa força (H5).

Essa irmã dele se dedica muito. Nos seis anos que minha filha ficou doente, ela largou tudo, ela tem filhos adultos já e ela é viúva. Ela cuidou da minha filha, levava para Campinas duas vezes por semana, depois levava para fazer radioterapia. Com a doença dele, ela larga todas as coisas dela, porque ela tem filhos, netos, e está sempre aqui, olhando, cuidando dele, leva sempre em médico para ver como ele está (M5).

É possível afirmar que, desde o início, M5 mostrou-se resiliente, e luta até hoje, apesar dos fatores de risco aos quais este casal esteve exposto.

Casei por amor, gostava dele e fomos viver a nossa vidinha, no começo muito difícil, como tem sido difícil até agora. Fomos morar em uma casinha de taipa, ali na Mantiqueira, que não tinha água, luz, não tinha nada. Quando minha filha nasceu, em 1956, nós morávamos lá. (M5).

Constata-se que a superação dos riscos requer o acionamento de uma rede de apoio a qual os indivíduos pertencem. Que a família é um sistema interligado e complexo, em que a mudança de um altera o sistema todo, e que a flexibilidade e a plasticidade são características, dentre outras, que permitem a família à absorção dos impactos, alterando-se para se recompor, no momento seguinte, de um outro modo possível. Esta é a condição para que ela continue a existir, o que, no caso do casal 5, o risco ultrapassava a própria conjugalidade e se estendia à própria vida.

O casal 4 também aponta para o apoio da família colateral como proteção desde o início da conjugalidade.

Foi meu cunhado, meu cunhado trouxe a nossa família. Primeiro veio eu, minha mãe e minha madrinha, que morava junto com a gente. Depois veio meu pai, meus irmãos (H4).

Esta questão dos riscos remete ao movimento próprio da resiliência. Sobre isso, Cyrulnik esclarece que

[...] enquanto o trauma opera em nós o seu sentido, permanece-se aturdido, atônito por um turbilhão de informações contrárias que nos tornam incapazes de reagir. Mas, na medida em que a vida segue, somos despertados a dar sentido aos fatos e objetos que nos “falam”, e que a melhor forma acabar com a neblina trazida por um trauma é através do relato. A transformação do acontecimento em relato se faz por meio de uma dupla operação: a primeira é a de colocar os acontecimentos fora de si (falando deles) e a segunda a de situá-los em um tempo (passado) (CYRULNIK, 2005, p. 27).

Os acontecimentos críticos e o estresse afetam a família, como também cada um dos seus membros e as interações entre eles (WALSH, 2002). A forma como a

díade responde ao estresse mobiliza o desenvolvimento das forças ou fragilidades, afeta os membros do casal e repercute no subsistema conjugal (ALARCÃO, 2006).

Diante da pergunta sobre o que mais sentiram como apoio, os casais da fase última, responderam:

[...] primeiro, acho que a formação que nós tivemos de família. Quando ela (mãe) via que eu era ríspida com ele, ela falava: Isso não se faz. Ela morreu com 104 anos (M4).

A minha mãe era muito amável e morreu com 102 anos. Foi uma mulher muito tolerante. Então, para mim foi isso (H4).

Toda família dele, embora seja aquela família que não esteja todos os dias, eu acho muito bonito na família dele. [...] Eles não são de estarem todos os dias, todas as horas, mas qualquer coisa que aconteça, aparece todo mundo. Então, a família dele tem cooperado, principalmente essa irmã dele que sempre está olhando (M5).

Nesta pesquisa, a categoria do apoio e modelo das famílias de origem, colateral e descendente, foi considerada um pilar para o processo da conjugalidade na medida em que o apoio viabiliza ao casal sentirem-se fortalecidos nas fases iniciais, quando ainda lhes faltam recursos materiais, e de maturidade, para enfrentarem suas dificuldades. Os modelos fornecem sentido, exemplos a serem seguidos com relação à forma de como vincular-se, administrar os conflitos e superar os desafios. Em um movimento circular da teoria dos sistemas, estes casais que apoiaram seus filhos ou ainda o fazem, mantêm agora este sentido através da vinculação com os descendentes (netos) e colaterais (irmãos, cunhados) buscando nestes a razão para se fortalecer, pois:

O modo como os casais e as famílias vivenciam as fases do ciclo evolutivo, as facilidades ou dificuldades para administrar as demandas próprias do crescimento é explicada, na grande maioria, pelos aspectos de ordem emocional que receberam como heranças de seus antepassados (FERES-CARNEIRO, 2011, p.21).

5.4.2.2 Amor e companheirismo entre casal /cuidado mútuo

Nesta fase, embora o amor e a união do casal permaneçam como uma subcategoria forte de proteção da conjugalidade, o amor aqui expresso é definido

pelos casais como amizade ou gostar intenso. O amor constitui a forma fundamental através da qual as relações românticas se iniciam e se intensificam entre os parceiros através do compromisso (BERSCHEID, 2010). Está relacionado à satisfação na relação, e, com o tempo, numa relação amorosa, o amor romântico vai sendo substituído pelo amor companheiro (DUARTE, 2012).

As relações amorosas possuem um caráter dinâmico e próprio, a partir das quais despertam e desenvolvem processos de trocas em vários níveis (cognitivo, afetivos, neurofisiológicos e comportamentais) em cada membro da dupla “eu”, “tu” e o “nós”. Na medida em que as pessoas mudam com o tempo, é necessário que as relações também se modifiquem. Assim, para satisfação do casal em por eles uma relação, é necessário manter uma boa condição de convivência, o que resulta, de modo geral, da avaliação positiva pelos casais para viabilizar o processo de manutenção da relação.

“Apesar de irem surgindo divergências entre os parceiros, quando as suas perspectivas ou necessidades pessoais colidem, e algumas dessas situações levarão a danos relacionais aos quais se impõem processos de reparação” (DUARTE, 2012, p. 18).

Contudo, não é a ausência de divergências que identifica o nível de satisfação de uma relação a dois, assim como não o é a inexistência de risco ou desafios, mas a possibilidade de encontrar resoluções em que cada um dos parceiros se sinta minimamente atendido, trazendo de volta o equilíbrio à conjugalidade com seus eventuais desdobramentos para a família.

É que eu gosto demais dela e também é o seguinte, eu sou também tolerante, eu gosto das coisas direitinhas (H5).

Nós temos nossas desavenças de vez em quando, sempre tivemos, mas não posso dizer para você que minha vida foi um mar de rosas, foi uma vida de espinho, muito espinho, muita erva daninha, mas graças a Deus estamos juntos e eu posso dizer que nós vencemos (M5).

Narciso e Ribeiro (2009) afirmam que, para pesquisadores como Pretto, Maheirie, Toneli, o amor é o resultado de múltiplas vivências prazerosas na vida, construído pelos resultados de trocas e acordos satisfatórios, que trazem como resultado experiências de alegria, admiração, atração, paixão, desejo, solidariedade,

cumplicidade. Porém, ao contrário do que se pensa, estas são vivências construídas pelos casais em suas práticas através do cuidado mútuo, do carinho, da preocupação e do companheirismo. Constituem-se no micro-contexto familiar com interdependência de todos os meso-contextos dos quais fazem parte, expressando-se na particularidade do casal com base no que desejam para seu futuro.

A demonstração desta construção afetiva está expressa por M4, ao afirmar:

Não me lembro de nada que tenha passado que nos distanciou nada, nada. Agora, todo mundo conhece a vida de idoso e tem questões, é uma vida que um tem que ter tolerância (M4).

O cuidado mútuo também foi um apontado pelos casais como expressão das vivências amorosas, pois,

[...] implica em uma tarefa para a qual toda a criatura é chamada, e para qual cada uma é vocacionada. Expressa uma necessidade de todo ser humano e é uma tarefa e uma atitude gratuita. Cuidar implica em preocupação, desvelo, solicitude para com a pessoa necessitada, em atenção, e, especialmente, em cura. O cuidar também contempla o consolo, o conforto, o ensino. O cuidado atento, ético, que oferece sossego, respeito, apoio, repouso, amizade, é cuidado que cura e que salva. O cuidado reserva uma dimensão crítica de renúncia ao poder dominador, percebe a presença do espírito em cada coisa, em cada movimento da vida; coloca-se ao lado da natureza em postura de coexistência (ROESE, 2010, p.158).

Esta subcategoria de proteção emergiu em todas as fases porque permeou toda a conjugalidade; os casais viram o cuidado como significado e demonstração de amor. Na fase última, apareceu de modo mais expressivo, pois surgem relacionadas às limitações próprias da idade.

Com a ausência dos filhos e do trabalho, os casais passam a viver novamente “um para o outro”. Os cuidados podem ser expressos de muitos modos, mas, em geral, inicia-se, nesta fase, uma maior frequência de idas aos médicos e tempo livre para atividades que, agora, diferentemente de outros momentos, podem ser feitas em conjunto. A categoria do cuidado mútuo tem, neste momento, a tarefa de oferecer segurança e pertencimento, já que em outros setores da vida esses começam a se fragilizar.

O suporte social e o apoio mútuo em situações de estresse são componentes essenciais para as relações amorosas na vida das pessoas, levando à outra

definição de amor, o amor compaixão, altruísta ou ágape. Estes compõem o desenvolvimento de comportamentos que levem ao bem-estar do outro, percebidos como futuros benefícios para o *self*¹⁰(BERSCHIED, 2006; 2010). Um exemplo de manifestação amorosa é quando um dos parceiros vive um estresse e o outro se oferece como força, dando-lhe um apoio social (DUARTE, 2012).

A transformação do amor sexual em outro (ágape) é claramente explicada por M4 ao dizer:

Vai ficando a amizade que nós temos o tempo de conhecimento, o tempo de amor. Um amor que não é platônico, um amor de amizade profunda. Uma amizade que, para nós, não termina nunca, vai terminar com a morte. Isso não acabou entre nós. Na vida de casais idosos, tem que ter a maior tolerância possível, não é fácil (M4).

Receber apoio emocional, sentindo-se amado, compreendido, valorizado, respeitado e perceber o cuidado, a atenção, a preocupação e a proteção dos outros é um dos mais importantes ingredientes que compõem as relações de intimidade, significando uma das maiores fontes de bem-estar psicológico e de saúde física

Assim, vários estudos demonstram que casais com nível mais elevado de apoio emocional estão mais satisfeitos com a relação, “[...] e que a falta deste apoio conjugal, é apontado como uma das principais fontes da insatisfação entre os casais” (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

Os casais aqui representantes da fase última abordam isso de muitos modos, como a expressão de cuidado da mulher do casal quatro, de 50 anos de união.

Eu fico brava com ele e até que ele não fica bravo comigo. Eu também caí igual a ele, em frente à Caixa Econômica Federal, onde passa bicicleta. Eu falo para ele tomar cuidado, esperar todos os carros passarem, a rua onde ele tem o (comércio) é mão dupla (M4).

Todas as pessoas, e, preferencialmente no início e fim de suas vidas, necessitam de cuidado e o modo como o cuidado ocorre define a sua qualidade de vida. O amor é mais do que oferecer cuidados, mas sem dúvida isto é um dos

¹⁰*Self* visto como um discurso, uma construção social, produto das práticas discursivas nas quais as pessoas dão sentido ao mundo e a suas próprias ações (GUANAES, 2003).

principais componentes do amor. É colocar um valor no outro na mesma proporção que vê seu próprio valor (NARCISO; RIBEIRO, 2009).

A alegria com que M4 percebe o cuidado de seu único filho ao dizer:

Meu filho, o (X), é super prestativo, super atencioso, preocupadíssimo com a gente, morre de medo da gente ficar doente (M4).

É fundamental que o cuidado mútuo seja uma expressão do vínculo emocional construído durante toda a conjugalidade, envolvendo gestos de solidariedade e gratidão. Caso a relação não tenha sido construída em bases amorosas, o cuidado pode ser vivido como mera obrigação, tornando-se mais um fardo a ser administrado na velhice.

O cuidado mútuo foi também expresso por meio da boa comunicação entre o casal, sendo apontado como uma proteção utilizada pelos casais na superação nas adversidades. O conviver bem é o instrumento pelo qual vários fatores de proteção conseguem ser demonstrados.

O casal quatro aponta a boa comunicação como sua conhecida de longa data:

Estou quase nos 80. Então, dificuldade de desavenças grandes, nunca. Nunca dormimos sem um falar com outro. Havia brigas, discussões do dia a dia, mas nunca dormimos zangado, sem falar, nunca. No início da nossa vida de casados passeamos muito, com sacrifício, mas passeamos. Conhecemos muitas cidades do Brasil, até acampando (M4).

A sequência da fala deste casal traz a questão de que possa existir uma relação direta entre o modo como os anos vão sendo vivenciados pelos casais e a possibilidade de utilizar essas estratégias como suporte para as situações difíceis do presente, somadas também ao fato de não acumularem mágoas e se utilizarem do perdão como forma de administração das situações difíceis.

Para o casal cinco, com sessenta anos de união, representante da fase última, o diálogo entre eles diante a dor as perdas se fez, muitas vezes, mediado pelos netos e demais familiares. Verificou-se, com isto, a importância dos apoios recebidos dos familiares e de outros meso contextos, trazendo ao casal suporte quando as forças não foram suficientes.

M5 exemplifica isto ao falar da importância que tem em ver os netos presentes em sua vida, como representantes da continuidade da vida.

Eu vejo os meus netos, lembro dos meus filhos. A minha neta esteve aqui esse fim de semana, com a filhinha dela, isso tudo nos dá um pouco de alento [...]... nós temos oito netos e temos atualmente duas bisnetas, uma com 1 ano e outro com 9 meses. Isso compensa um pouco, embora nós sentimos muita falta.(M5)

5.4.3 ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO PARA A CONJUGALIDADE

5.4.3.1 Conviver com grupos religiosos e sociais

Dividir as mesmas crenças e, portanto, se reunir com grupos para expressá-las foi considerado uma estratégia de enfrentamento das adversidades. As crenças, por sua vez, surgiram nesta investigação associadas diretamente às questões da família de origem e definidas como: “Um conjunto de pressupostos que a família define em relação ao que é certo ou errado e, com isto, o que deve ser seguido ou não pelos seus componentes” (WAGNER, 2005, p.32).

A forma como o casal percebe a conjugalidade é determinada, em grande parte, pelas vivências obtidas junto a seus pais, instaurando um modo de ver e responder as questões de risco vividas na conjugalidade, ou seja, construindo crenças e valores que foram direcionando seus objetivos e suas ações frente aos desafios.

Dentre as crenças, as de ordem religiosa serviram de possibilidade para agregar os casais da fase madura em torno de seus grupos como: quermesses, bingos, encontros de casais, passeios. Grupos que permitiram aos casais um tipo de inserção social e, ao mesmo tempo, o fortalecimento em torno da fé professada, auxiliando-os a se fortalecerem para enfrentar com apoio os riscos surgidos na fase madura, como a interrupção da atividade produtiva, ninho vazio, etc. Esses grupos atuaram como fatores de proteção neste momento para o casal. Para os casais da fase última, os grupos tiveram uma função também de inserção social, e de sentido para própria vida, protegendo contra a depressão e a solidão.

5.4.3.2 Tolerância com as limitações próprias e do parceiro

No Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, de José Pedro Machado (2007), o verbo tolerar vem do latim *tolerare*, que significa levar, suportar um peso, um fardo, sofrer, persistir, manter e resistir. Ser tolerante implica que se aceite que os outros pensem de maneira diferente de nós. Podemos ser tolerantes dentro do mesmo grupo, por exemplo, face aos pequenos defeitos e diferenças de caráter, ser tolerantes face aos que não pertencem ao nosso grupo e tolerar as convicções e crenças dos outros que sejam diferentes das nossas.

A tolerância foi apontada pelos casais como importante no processo de continuidade das relações conjugais e, nesta pesquisa, foi definida como: constância a suportar, resistência; paciência (MACHADO, 2007). As falas do casal quatro refletem a importância desta subcategoria que explica a possibilidade de conviver com a diferença, regra muito importante para qualquer relação humana, mas que, nas relações de intimidade, torna-se fundamental pela constância e pela profundidade da convivência.

Agora, todo mundo conhece a vida de idoso e tem questões, é uma vida que um tem que ter tolerância com o outro e claro por que começam as dificuldades sexuais. A gente tolera, temos passado bem. (M₄).

Essa tolerância, eu acho que é a tolerância, porque minha mãe foi muito tolerante. [...] Ele é mais tolerante que eu. Embora minha mãe passasse essa tolerância, ele ainda é mais tolerante. [...] Tem que haver tolerância, que a gente herda ou não herda. Acho que nós herdamos, porque se não estávamos juntos (M₄).

Esta estratégia esteve presente aliada ao diálogo como condição/regra de existência das relações, sem a qual, não conseguiriam tempo suficiente para se desenvolver. A tolerância não deve ser confundida com submissão, visto que é uma ação diante de um problema, no qual se efetuam determinadas escolhas e tem-se bem claro que acontece com vistas a um objetivo maior a ser alcançado. Pode-se perceber que esta fase esteve associada à compreensão e à forma de lidar com os processos de envelhecimento. E, portanto, está diretamente relacionada ao amadurecimento propiciado pelas vivências cumulativas da própria vida e pela percepção da forma como os próprios pais viviam.

Na fase última, o amadurecimento apareceu ligado à adaptação do casal ao longo do tempo, na medida em que buscavam, pela aceitação, encontrar um ponto de equilíbrio. No segmento a seguir, M5 aponta como se deu o processo de resiliência na relação deste casal que, embora não tenha se tornado uma conjugalidade, pôde se tornar um modo de conviver e administrar as diferenças e, neste sentido, tornou-se um processo de resiliência pessoal, no qual cada um deles efetuou mudanças, a fim de encontrar alternativas para suas vidas.

Nós fomos nos adaptando. Ele foi aceitando meu modo de ser, que eu tive que mudar bastante, minha maneira de ser e ele foi se adaptando, se moldando um pouco ao meu modo de ser. Foi uma reciprocidade que nós tivemos de entendimento, um com o outro (M5).

Constata-se aqui que o amadurecimento e a integração como processos contínuos do desenvolvimento humano, que se encaminham do nascimento à morte (LOPARIC, 1999, p. 21), pois, amadurecer significa compreender o que verdadeiramente é possível de ser esperado como processo de mudança do parceiro tornando, assim, a relação mais próxima da realidade, portanto, maiores chances de se desenvolver. Significa também a possibilidade de renunciar a um processo de exclusiva individualidade para que o nós, enquanto casal, possa se desenvolver.

A senhora de 80 anos (60 de união) aponta as renúncias que fez para assumir sua escolha ao se casar.

Foi uma vida de grande adaptação, de muitas renúncias, da minha parte. Eu estava acostumada, eu era caçula de 11 irmãos e meu pai era engenheiro e eu fui criada com certas mordomias que eu passei a não ter, no momento em que me casei (M5).

5.4.3.3 Fortalecimento da autoestima

As condições ambientais e a influência hereditária, social e cultural influenciam a escolha e o modo de vida dos idosos. Em todas as etapas do ciclo da vida, o ambiente familiar é fundamental, pois o contato com a família permite que os indivíduos se mantenham próximos ao seu ambiente natural. Além disso, o contato

familiar preserva o autoconhecimento, os valores e os critérios de vida (NETTO, 2005). Por isso,

[...] o ciclo vital se torna um dos aspectos mais importantes para se entender e trabalhar com famílias, uma vez que as fases do ciclo delineiam a história intergeracional de uma família, revelando suas famílias, revelando suas crenças, valores, padrões morais, mitos, segredos e lealdades (CERVENY, 1997 p. 18- 19).

Vilela *et al.* (2006) afirmam que a família é um sistema dinâmico em que os membros mais velhos enfrentam os desafios importantes frente à velhice. Os modelos de relacionamentos com familiares, tanto do passado como do presente, são determinantes para a resolução psicossocial desse estágio, no sentido de fornecer uma identidade e o pertencimento a um grupo. Neri (2001) afirma que muitos dados de pesquisa trazem a importância das crenças de autoeficácia como determinantes para o desempenho físico e intelectual, como também para a sensação de bem-estar na senescência e senilidade. H3 expressa, em sua fala, a importância da autoestima e da confiança em si e em Deus como elementos que o ajudam a superar os desafios.

Eu sempre acreditava e acredito até hoje que: Eu vou conseguir! Eu vou conseguir! Tanto que para mim, o caminho das pedras não foi muito longo. Eu sempre penso que eu vou conseguir em tudo que eu faço se Deus quiser. Acredito em mim e sempre em Deus (H3).

Ter boa autoestima é um forte indicador de resiliência frente à adversidade determinante no processo de enfrentamento, potencializando ações positivas na direção do objetivo proposto e minimizando as derrotas, utilizando-as como processo de aprendizagem. Esta característica está diretamente ligada por eles à possibilidade de uma percepção adequada da realidade, com níveis de exigência reais.

Segundo Capitanini (2000), pode-se viver sem o isolamento e sem a solidão. Os relacionamentos sociais são de extrema importância para o bem-estar físico e mental na velhice, mesmo existindo a probabilidade da vivência de solidão nesta fase da vida, em função das mudanças dos ciclos da vida e das separações dos filhos como apontado na fase anterior .

A relação direta, estreita e duradoura com a família vem sendo apontada como fator decisivo no êxito da participação social, na medida em que é a principal fonte de suporte, especialmente nos domicílios multigeracionais. Assim como a qualidade das relações familiares está diretamente associada à qualidade do cuidado e às condições de vida dos idosos.

5.4.3.4 Sentirem-se úteis no dia-a-dia/engajamento social

A subcategoria de proteção sentirem-se úteis, nesta pesquisa, apareceu atrelada ao engajamento social e se manifestou através das diferenças nos modos das mulheres e dos homens de conviverem com o envelhecimento. Enquanto as mulheres estão buscando, nos contextos sociais, modos de sentido e resignificação da vida, fazendo disso um fator de proteção, os homens estão fisicamente mais abalados e com maiores dificuldades no processo de lidar com o envelhecimento em si.

Nesta pesquisa, observou-se que os dois homens da fase última, embora com idades próximas às de suas parceiras, estão adoentados como relatados anteriormente nos discursos. Um com Parkinson (que não quer deixar o trabalho (H4)) e outro com AVC, a este se soma a depressão (H5). Como expressam os fragmentos a seguir:

Então, para mim, qualquer coisa está servindo, tanto trabalhar, como não trabalhar. Eu estou com 80 anos. Eu já lutei bastante. Então eu estou perdendo a fé, porque melhorar mais que isso, não vai melhorar mesmo, vai só piorar (H5).

Hoje em dia eu brinco que a minha cachaça é a (instituição), o dia que eu não vou lá, eu sinto falta (M5).

Ele tem Parkinson, ele está tratando. Então a preocupação minha também, é isso também sim. [...]Frequentei muito cineclube aqui na (faculdade X), cinema na Casa da Cultura, procuro preencher o máximo possível. Isto ajuda muito (M4).

Um item apontado pelos pesquisadores sobre processos de envelhecimento é o da relação entre a saúde e a educação: quanto maior a compreensão cognitiva, maior a busca por instrução e cuidados com a saúde (SCHAIE; WILLIS, 1996).

Nesta pesquisa com casais na fase última, o casal com melhor índice de instrução apresentou uma melhor condição de saúde e de vida em geral, o que parece atuar como um fator de proteção à conjugalidade.

Sentirem-se úteis, segundo os casais, é uma forma de manterem-se engajados e atuando em várias direções. As atividades sociais que mais relataram foram as da área social, relacionadas a reuniões e participação em instituições sem fins lucrativos, diferentemente da fase madura, em que isto esteve mais ligado a grupos religiosos.

Eu faço parte de um grupo de senhoras, como eu assim, e nós fazemos roupas para crianças carentes. Estamos agora terminando conjuntos de flanela, pijaminhas e só com dinheiro de bingo entre nós e nós costuramos para os bairros mais pobres. Toda semana nós estamos levando, são mais ou menos 30 pessoas. (M4).

[...] eu estou na (instituição x). Dela eu sinto muito, mas eu não abro mão, porque é onde eu me realizo me sinto bem e sei que ali eu estou fazendo alguma coisa pelas crianças. [...]. Então eu acho que lá, eu posso fazer alguma coisa para redimir um pouco, porque eu acho que eu não fiz muita coisa de errado, mas em todo caso, eu me identifico muito com as crianças da (instituição). (M5).

Constata-se que a capacidade de interagir socialmente é fundamental para os idosos, para a conquista e a manutenção das redes de apoio social para enriquecer suas vidas com novos contatos e para sentirem-se integrados nos meso contextos aos quais vão se integrando, obtendo, assim, maior qualidade de vida. Por isso, os casais entrevistados apontaram a necessidade de trabalhar até mais tardiamente, mesmo aposentados, pois isso faz com que continuem a se sentir úteis.

Quanto maiores os níveis das perdas físicas e sociais maior a importância das redes de apoio social para o idoso, que devem ser de sua livre escolha e abranger as relações com os cônjuges, familiares e, em especial, pessoas da mesma geração, favorecendo o bem-estar físico, psíquico e social, representando ganhos na qualidade de vida em geral (NERI, 2001).

A solidão, em contrapartida, parece ser um risco para aqueles que já não têm mais total autonomia sobre suas vidas e precisam de outros. Na conjugalidade esta questão pode gerar preocupação e brigas um com outro, como aponta o segmento do casal 4:

Da pessoa chegar a um limite, querendo acontecer muita briga, a gente começa a silenciar deixa passar. [...] A gente tem preocupação e essas coisas da idade. É claro que nessa idade as pessoas ficam assim, excessivamente falando, vigiando, tomando conta. Mais eu dele do que ele de mim, porque ele sabe que eu faço direitinho (M4).

Para a idosa de 60 anos de união, permanecer trabalhando foi vivido como modo de superação diante da perda do filho. Assim, o uso que cada pessoa faz do trabalho é absolutamente subjetivo, e aposentar-se é muito mais que parar de trabalhar. Mas, sentirem-se úteis favorece o enfrentamento das dificuldades, como aponta o fragmento a seguir.

Eu voltei a trabalhar e fui criticada por algumas pessoas: nossa, ela nem sentiu a morte do filho, já está trabalhando. Eu trabalhava na (cidade x) nesta época, mas para mim, é o que me dava força, para eu não esmorecer diante da morte do meu filho, porque foi uma coisa de acidente, foi muito difícil. O trabalho foi o que manteve, porque, de vez em quando, a gente baqueia, baqueia sim, porque não é fácil. (M5)

5.5 CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO AO LONGO DO CICLO VITAL

Apresentadas pela ordem de importância que foram citadas pelos casais

Tabela 5. Categorias dos fatores de proteção que se mantiveram ao longo do ciclo vital

CATEGORIAS DOS FATORES DE PROTEÇÃO QUE SE MANTIVERAM AO LONGO DO CICLO VITAL
Amor e companheirismo entre o casal
Modelo das famílias de origem
Espiritualidade enquanto crença

Tabela 6. Estratégias de Enfrentamento que se mantiveram ao longo do ciclo vital

ESTRATÉGIAS DE ENFRENTAMENTO QUE SE MANTIVERAM AO LONGO DO CICLO VITAL	
Participação em grupos religiosos/sociais	
Diálogo enquanto atitude de negociação	
Apoio das famílias de origem/colateral e descendente	

Tabela 7. Desafios presentes nas fases do ciclo vital

DESAFIOS PRESENTES NAS FASES DO CICLO VITAL	
Fase de Aquisição	Dificuldades financeiras e de adaptação aos novos parceiros, separação das famílias de origem.
Fase Adolescente	Dificuldades financeiras e as diferenças na educação dos filhos.
Fase Madura	Dificuldades de adaptação frente às mudanças ocorridas nesta fase (aposentadorias, menopausa, ninho vazio).
Fase Última	Dificuldades de adaptação frente às perdas e transformações da idade (morte dos colaterais e descendentes e presença de doenças).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados encontrados neste estudo vão ao encontro das pesquisas apresentadas anteriormente sobre a resiliência na conjugalidade, nas quais a conjugalidade é vista por todos como uma fonte de vida, de realização e de grande investimento afetivo, fenômeno das relações humanas que está longe de deixar de existir, ocorrendo na contemporaneidade a busca por relacionamentos que propiciem melhores condições de manutenção das identidades e que permitam o desenvolvimento psicológico e emocional dos parceiros (FERES-CARNEIRO, 1998), o que tem exigido dos casais a administração das categorias de risco permeadas pelas categorias de proteção, frente os desafios advindos ao longo do ciclo vital.

Estudar os desafios vivenciados pelos casais em suas várias fases da conjugalidade e as categorias de risco e proteção disponíveis em seus contextos, assim como as suas estratégias de enfrentamento e seus desdobramentos para o desenvolvimento humano da família, foi o objetivo central desta pesquisa.

Para responder ao objetivo geral, os resultados encontrados permitem dizer que os desafios vivenciados pelos casais ao longo da relação conjugal foram muitos, nas diversas fases nas quais se apresentaram.

Na fase de aquisição, os desafios estiveram relacionados às dificuldades financeiras e de adaptação ao novo parceiro e às implicações de se separarem das famílias de origem.

Na fase adolescente, os desafios ligados às questões financeiras se mantiveram, somando-se às diferenças para com a educação dos filhos pré-adolescentes, o que envolveu mudanças nas condutas dos cônjuges para lidar com seus filhos.

Na fase madura, os desafios foram a adaptação dos cônjuges entre si, que se mantiveram, porém agora relacionados às mudanças específicas desta fase da vida, como menopausa, aposentadoria e o fato de estarem novamente sozinhos, o que permitiu efetuarem novas escolhas de vida, pois, encerraram o ciclo de cuidados com os filhos e metas de trabalho, mas ainda apresentam vitalidade para novos projetos.

Na fase última, os desafios se concentraram nas dificuldades de adaptação vindas com a idade, e que envolvem a ocorrência de doenças e a elaboração da perda de filhos e parentes.

Pode-se verificar que, em muitos momentos, alguns desafios se tornaram um risco para a conjugalidade, na medida em que os casais não se sentiam fortalecidos para enfrentá-los.

Para enfrentar esses desafios, os casais desta pesquisa contaram com a interação dinâmica entre as categorias de risco/proteção e as estratégias de enfrentamento com as quais puderam contar nos micro, meso, exo e macro contextos aos quais pertenciam.

Em relação ao enfrentamento dos riscos vivenciados na fase de aquisição, temos que esses riscos foram caracterizados pelo acúmulo de papéis advindos das dificuldades em administrar as novas tarefas surgidas com o casamento, as dificuldades de adaptação derivadas da convivência com o novo parceiro, e o afastamento da família de origem e as dificuldades financeiras para ambos os casais desta fase. Os casais contaram como proteção como amor e a união entre eles, os sonhos e projetos em comum, com isto, amadureceram e, apesar das divergências, aprenderam a conviver com as diferenças, buscando forças em suas crenças espirituais e nos valores familiares aprendidos. Para isso, utilizaram das estratégias de enfrentamento, de revisão das próprias expectativas, da otimização da divisão das tarefas do lar, da busca pelo apoio nas famílias de origem; o diálogo foi o veículo para alcançar resultados satisfatórios na conjugalidade.

Na fase adolescente, os riscos para os casais se concentraram em torno da traição vivida por um dos casais, o que gerou dificuldades na educação dos filhos e muitas mágoas por parte de um dos cônjuges. As dificuldades financeiras se mantiveram, mas agora associadas à perda do emprego e, para a superação desse risco a consequência foi o pouco tempo do casal para si, tendo que trabalhar e estudar mais. Aqui os casais utilizaram como proteção a força advinda da espiritualidade, os modelos familiares internalizados, a audição de grupos de casais, pelos quais foram apoiados, o que gerou amadurecimento. Como estratégias de enfrentamento, recorreram à ajuda psicológica profissional, a atitudes de renúncia, ao diálogo e à participação em grupos religiosos/sociais.

Na fase madura, os riscos de modo geral foram as dificuldades frente às mudanças da vida, relacionadas à saída dos filhos de casa (ninho vazio) e questões advindas de aposentadorias, agora já concretizadas. Como aspectos de proteção, buscaram mais qualidade de vida, cuidaram-se mais apoiados no amor e na união do casal. Utilizaram, como estratégias, o diálogo, a participação em atividades de grupos religiosos/sociais para dar sentido à vida e o apoio e o cuidado para com a família colateral/descendente.

Na fase última, os riscos estiveram relacionados às questões de convivência com os limites da idade, às dificuldades de adaptação a essas perdas e também as advindas das doenças e da morte dos colaterais/descendentes, em que um dos casais pesquisados perdeu três de seus quatro filhos. Como fatores de proteção, buscaram o amor e a união do casal, sentimentos que envolviam o cuidado mútuo e a proximidade com a família colateral e descendente como forma de sentirem-se protegidos. As estratégias de enfrentamento utilizadas foram a participação em grupos sociais com interesses humanitários, de modo a sentirem-se úteis. Buscaram melhorar a qualidade de vida e recorreram à tolerância como forma de lidar com as limitações próprias e do parceiro

Assim, as subcategorias que se mantiveram como proteção ao longo do ciclo vital foram o amor e a união do casal (que geraram o processo de amadurecimento e a busca por uma maior qualidade de vida), os modelos da família de origem e a espiritualidade enquanto crença para se fortalecerem, sendo essas subcategorias balizadoras da resiliência na conjugalidade.

O apoio e modelo da família apareceram nas duas fases iniciais ligados à família de origem. Já nas duas últimas, esse mesmo quesito apareceu, porém, em relação à colateral e descendente. Observou-se aqui que uma vez internalizados os modelos das famílias de origem, ocorre a circularidade do funcionamento dinâmico dos processos familiares. Portanto, os modelos aprendidos na infância pelos cônjuges sugerem ter sido responsáveis pelos sistemas de crenças, valores, expectativas e formas de comunicar as experiências vividas e expressas por esses casais.

As estratégias de enfrentamento utilizadas pelos casais presentes em todas as fases da conjugalidade foram o diálogo, a participação em atividades religiosas e sociais e o apoio das famílias de origem/colateral e descendente. As estratégias de

enfrentamento viabilizaram o crescimento do amor e da união do casal, trazendo o amadurecimento e o fortalecimento da dupla, o que contribuiu para o processo de resiliência na conjugalidade e para o desenvolvimento humano dos envolvidos. E, para suas famílias, os posicionamentos entre os cônjuges, colaboraram na manutenção dos vínculos afetivos e seu enriquecimento, expressos nos cuidados e na proteção aos filhos gerados nestas conjugalidades, oferecendo modelos de amor, estabilidade e afetividade que, uma vez vivenciados, poderão ser aprendidos pelos filhos e repassados aos seus netos.

O equilíbrio buscado pelos casais transitou por meio de movimentos contínuos/descontínuos, como se apresenta todo processo de desenvolvimento. Caminhando da estabilidade para a desorganização diante das crises para depois se reestruturar novamente, mas sempre partindo de um patamar maior do que o anterior, superando as adversidades por meio das aprendizagens e usando de resiliência no que se refere àquele aspecto já vivenciado.

Constatou-se, assim, que as mudanças presentes na contemporaneidade geraram desafios e ansiedades aos cônjuges, assim como para suas conjugalidades, solicitando novas respostas frente às transformações sociais rápidas e contínuas. Os enfrentamentos foram possíveis no micro contexto, apoiando-se nas famílias e no meso contexto, como a igreja, os grupos sociais e as instituições nas quais trabalham alguns dos cônjuges, no exo contexto, pela criatividade de um dos cônjuges (esposa), que começou a fazer pizzas para colaborar no orçamento e o retorno ao trabalho de um pai que esteve desempregado, restaurando melhor condição de vida familiar. No macro contexto, por exemplo, os cônjuges idosos puderam contar com políticas públicas que lhes permitiram ter um salário suficiente para garantir qualidade de vida por meio dos cuidados com a saúde, repercutindo em independência financeira da família.

No macro contexto, portanto, constatou-se que as políticas públicas do governo federal, estadual e municipal têm suas interferências nas interrelações e na estruturação da sociedade, refletindo nos costumes, nas crenças e na cultura das pessoas.

Faz-se importante assinalar, também, que a resiliência para os casais é um processo multidimensional e que compreendê-lo exige pensar na interação de muitos fatores. Nesse sentido, o modelo bioecológico permitiu analisar este

fenômeno em relação às características biológicas e psicológicas da pessoa; como se processaram as interações interpessoais nos contextos e na rede de apoio social, comunitário e cultural a qual a pessoa participou. O modo como estas se processam ao longo de um tempo, construindo significados formadores e, por último, o nível temporal que considera toda gama de relações presentes em um tempo específico.

Do ponto de vista do nível temporal ou cronosistema (micro, meso e macro tempo), observamos no micro sistema a questão da continuidade versus a descontinuidade das relações do casal, que se dão no ambiente estável da família no tempo presente. Trata-se das rotinas diárias que envolvem o casal, e, normalmente, os filhos, em que o tempo foi um importante fator de construção das relações proximais.

O meso tempo, enquanto intervalos do tempo com marcadores que ocorrem de modo mais amplo, (dias, semanas, meses e anos em que os episódios do micro tempo se estruturam), por exemplo, a regulação dos processos de escolaridade dos filhos que se dá, anualmente, e o macro tempo, como fatos que ocorrem de modo amplo na sociedade, delimitaram os eventos esperados (casamento dos filhos) e os inesperados (morte dos filhos) dos ciclos de vida do casal, e estiveram presentes na conjugalidade.

Constatou-se que as relações vivenciadas com a família de origem foram importantes na vida dos casais, fornecendo-lhes a base para os comportamentos na conjugalidade. Além disso, as características biológicas, cognitivas, emocionais e comportamentais da pessoa processadas durante o ciclo sugerem ter produzido, de forma dinâmica, a maneira como se estabeleceram as relações no processo da conjugalidade. Ou seja, a ocorrência dos processos proximais como aqueles em que as relações de afetividade experimentaram a troca de energia entre os cônjuges e em várias direções na vida do casal (como participar de grupos de casais ou realizar atividade solidária).

Esses processos proximais configuram-se como componentes essenciais do modelo bioecológico, na medida em que possibilitaram o processamento das relações dos cônjuges entre si, e com os vários outros sistemas aos quais pertencem. Os desafios dos casais não administrados no nível micro e, expostos por longos períodos de tempo produziram desgastes na conjugalidade, repercutindo,

também, para os outros sistemas próximos, em especial o familiar, como é o caso os filhos, por exemplo.

Os resultados desta pesquisa confirmam os achados de Bronfenbrenner (1996, 1998) sobre a premissa de a família ser a principal fonte de apoio bio-afetivo e social da pessoa.

Espera-se que este trabalho possa contribuir alertando para as necessidades dos múltiplos apoios institucionais requeridos pelos casais e suas famílias em relação aos desafios, em face das vulnerabilidades as quais estão submetidos, como as financeiras, mas não se limitando a estas e que, além do suporte social, pressupõem apoio psicológico e acolhimento para que os casais possam se fortalecer.

Verificou-se que muitos são os desafios e os riscos enfrentados pelos casais em suas conjugalidades, mas o desenvolvimento de ações resultou em resiliência, permitindo aos casais a continuidade de suas conjugalidades e vínculos conjugais mais saudáveis, permitindo movimentos de aprendizado, partilha e solidariedade, o que refletiu para a família no oferecimento de segurança aos descendentes.

Apesar de terem sido entrevistados apenas oito casais, acredita-se que as questões aqui apresentadas trazem certa universalidade implícita na relação de qualquer casal, portanto, espera-se que esses resultados contribuam para maior compreensão sobre a questão da resiliência no processo da conjugalidade e de suas repercussões para a família, permitindo reflexões para novas pesquisas sobre o modo como os casais superam suas adversidades e a identificação dos mecanismos pelos quais os riscos podem ser atenuados. Esta pesquisa teve como limite o fato de ter sido realizada em um único contato, não favorecendo um acompanhamento longitudinal das vidas dos sujeitos da pesquisa.

Os resultados aqui encontrados podem ser verificados também junto a casais de segundas e/ou outros modos de união. Nesta pesquisa, pela escolha da técnica *Snowball*, a seleção resultou, coincidentemente, em casais de primeira união. Acredita-se que as problemáticas aqui encontradas estarão presentes em qualquer outra proposta de união a dois.

Para esta pesquisadora, a análise da resiliência por meio do ciclo vital do casamento permitiu a oportunidade de crescimento pessoal e a confirmação da importância e do lugar da família na constituição das subjetividades, sendo a

conjugalidade uma possibilidade de amadurecimento e enriquecimento, confirmando também que a resiliência se faz por meio de vínculos, sendo estes os formadores e mantenedores de desenvolvimento psíquico saudável. E que os resultados encontrados na pesquisa confirmam a prática clínica de atendimento aos casais.

Reconhecer os mecanismos que atuam como proteção em cada fase do ciclo vital do casamento é ferramenta fundamental para o planejamento de ações efetivas que visem minimizar a vulnerabilidade as quais os casais e as famílias estão expostos, com vistas a oferecer suporte à redução de suas problemáticas.

Encerro estas considerações com as palavras de uma das pesquisadoras em resiliência familiar, palavras essas que sintetizam a essência desta pesquisa:

[...] os pesquisadores descobriram que a resiliência é obtida a partir de relacionamentos fortes - com outros que se importam e acreditam em você, que oferecem suporte e incentivam seus melhores esforços e seu potencial. Eu vejo isso como a linha vital para a resiliência – em toda a rede familiar, na comunidade e nas escolas (WALSH, 2007, *on-line*).

REFERÊNCIAS

- ABOIM, S. Da pluralidade dos afetos: trajetórias e orientações amorosas nas conjugalidades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**.v. 24, n. 70, p. 107-122, Junho 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092009000200007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/ maio/2012.
- ALARCÃO, M. **Des/equilíbrio familiares**. Coimbra: Quarteto Editora, 2006.
- ÁLVAREZ, A.M.S. Resiliência: um estudo com brasileiros institucionalizados. **Revista brasileira do crescimento e desenvolvimento humano**, v. 8 , n.1/2, p. 70-90, 1999.
- AMMANN, S. B. Mulher: trabalha mais, ganha menos, tem fatias irrisórias de poder. **Anuário da Educação 95/96: a educação formal: entre o comunitarismo e o universalismo** (pp. 84-104). Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.
- ANAUT, M. A. **Resiliência – Ultrapassar os traumatismos**. Lisboa: Climepsi Editores, 2005.
- ANDOLFI, M.; ANGELO, C.; MENGUI, P.; CORIGLIANO, A. M. N. **Por trás da máscara familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.
- ANDRÉ-FUSTIER, F.; AUBERTEL, F. A transmissão psíquica familiar pelo sofrimento. EIGUER, E. CAREL, A. ANDRÉ-FUSTIER, AUBERTEL, F. **A transmissão do psiquismo entre gerações**, p. 129-179, São Paulo: Unimarco, 1998.
- ANDRADE, C. R. **Os litígios conjugais à luz da psicanálise: da repetição sintomática a responsabilização subjetiva na prática da mediação de conflitos**. 2009. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Departamento de Psicologia da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.
- ANGELO, M. **Com a família em tempos difíceis: uma perspectiva de enfermagem**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Escola de Enfermagem. 1997.
- ANTHONY, E. J.; COHLER, B. J. (Eds). **The invulnerable child**. New York: Guilford Press, 1987.
- APOLINÁRIO, F. **Metodologia da Ciência - Filosofia e Prática da Pesquisa**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2006.
- ARAÚJO, C.; SCALON, M. C. **Gênero, família e trabalho no Brasil**. FGV, 2005.

ARON, A. et al. including others in the self. **European review of social psychology**, v. 15, n. 1, p. 101-132, 2004.

ARRIAGADA, I. **Políticas sociales, familia y trabajo en la América Latina de fin de siglo**. Naciones Unidas – Santiago de Chile. Cepal, 1997.

A VIDA é bela, BENIGNI, R. Roteiro e Tradução de Manuel Olívio. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. Vídeo (117 min.), sonoro, legendado Português.

BARBOSA SILVA, C. As novas entidades familiares brasileiras. **Revista do Curso de Direito da UNIFACS**, v. 103, n. 103, 2009. Disponível em <www.revistas.unifacs.br/index.php/redu/article/view/479> Acesso em 27 / jan. 2014.

BARLACH, L. **O que é resiliência humana? Uma contribuição para a constituição do conceito**. *Dissertação de Mestrado, Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, São Paulo*, 2005.

BARDIN, N; MUNHOZ, E. M. B. Snowball (Bola de Neve): Uma técnica metodológica para pesquisa em educação ambiental comunitária. **X Congresso Nacional de Educação – EDUCARE**. Curitiba: Puc PR, 2011.

BARLOW, D. H. **Manual Clínico dos transtornos psicológicos: tratamento passo a passo**. 4 ed. Porto Alegre: Artmed, 2008.

BARROS, Sebastião Amoedo. A resiliência da cultura. **Universidade Federal do Rio de Janeiro**, 1997. Disponível em <<http://bocc.ubi.pt/pag/barros-amoedo-Resiliencia-Cultura.html>> Acesso em: 20/fev./2013.

BARROS, L. F., ALVES, J. E.;CAVENAGHI, S. Novos Arranjos Domiciliares: condições socioeconômicas dos casais de dupla renda e sem filhos (DINC). **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**. Caxambu, MG: UNICAMP. 2008

BARRETO, A. F. **ISS na Constituição e na Lei**. São Paulo: Dialética, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 2009.

_____. **Análise de conteúdo**. Lisboa, Portugal: Edições 70, LDA, 1977.

BAUMAN, Z. **Amor Líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

BENGHOZI, P. Resiliência familiar e conjugal numa perspectiva psicanalítica dos laços. **Revista de Psicologia Clínica**. v. 17, n. 2. Rio de Janeiro, 2005.

_____. Novos rumos para a psicanálise. **Revista Psique Ciência e Vida**. n.91, 2013. Disponível em <<http://sociedadepsi.blogspot.com.br/2010/08/experiencia-de-clinica-social-com.html>> Acesso em 13 de novembro de 2012.

BENYAKAR, M. **Lo traumatic y lo ominoso; cuestionamientos teórico-clínicos acerca del procesamiento de las amenazas**. J Dep. Psicosomática Asociación Psicoanalítica Argentina, 1.1., 2000.

BERQUÓ, E. S.; *et al.* . Uma visão demográfica dos arranjos familiares no Brasil. **História da Vida Privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BERSCHIED, E. Searching for the meaning of “love”. **The new psychology of love**, 2006.

_____. Love in the fourth dimension. **Annual review of psychology**, v. 61, p. 1-25, 2010.

BIASOLI-ALVES, Z.M.M.CALDANA R.H.L.; DIAS DA SILVA, M.H.G. Família e práticas de educação da criança e do adolescente .Em D.G.SOUZA, V.LOTERO, Z.M.M.BIASOLI-ALVES (Org.) **Anais da XVIII Reunião Anual de Psicologia**(p. 95-100).Ribeirão Preto:Sociedade de Psicologia de Ribeirão Preto, 1989.

BIASOLI-ALVES, Z. M. M. Continuidades e Rupturas no papel da Mulher Brasileira no Século XX. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. v. 16, n. 03, p. 233-239, 2000.

BORUCHOVITCH, E.; FELIX-SOUSA, I. C.; SCHALL, V. T. Conceito de doença e preservação da saúde de população de professores e escolares de primeiro grau. **Revista de saúde pública**, v. 25, n. 6, p. 418-425, 1991.

BOTELHO. **As Dimensões do cuidar em psiconcologia pediátrica**. Campinas: Livro Pleno, 2005.

BOWEN, M. **La terapia familiar en la practica clinica**. Fundamentos teóricos, v. 2: Aplicaciones, Bilbao, Spain: Desclee de Brower. 1989.

_____. **De la familia al individuo: la diferenciación del si mismo en el sistema familiar**. Buenos Aires: Paidós. 1991.

BOWLBY, J. **Apego e perda: apego - a natureza do vínculo**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, vol. 1, 2002.

_____. **Apego e perda: Separação – angústia e raiva**. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, vol. 2, 2002.

BRADBURY, T. N.; KARNEY, B. R. **Intimate relationships**. WW Norton & Company, 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. **Código Civil**. 46 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

BRONFENBRENNER, U. **Ecological systems theory**. Jessica Kingsley Publishers, 1992.

_____. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

_____.;MORRIS, P. A.The ecology of developmental processes. In: DAMON, W.; LERNER, R. M. (Orgs.). **Handbook of child psychology**, Vol. 1: Theoretical models of human development. New York: John Wiley, 1998.

_____. **Bioecologia do Desenvolvimento humano: tornando os seres humanos mais humanos**. Porto Alegre: ArtMed, 2011.

BRUSCHINI, C. O trabalho da mulher no Brasil: Tendências recentes. Em H. I. B. Saffiotti & M. Munõz-Vargas (Orgs.), **Mulher brasileira é assim** (pp. 63-94). Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos: NIPAS; Brasília, D.F.:UNICEF. (1994)

BUCHER-MALUSCHKE, J. S. N. F. Do transgeracional na perspectiva sistêmica à transmissão psíquica entre as gerações na perspectiva da psicanálise. São Paulo: Sumus, 2008.

BORUCHOVITCH, E; FELIX-SOUSA, I. C.; SCHALL, V. T. Conceito de doença e preservação da saúde de população de professores e escolares de primeiro grau. **Revista de saúde pública**, v. 25, n. 6, p. 418-425, 1991.

CAILLÉ, P. Le destin dès couples – Avatarsetmétamorphoses de La passion. *Thérapi e familiale*, vol. 22, N. 4, p. 631-369. 2002.

CALDANA, R. H. L.A criança e sua educação na família no início do século: autoridade, limites e cotidiano. **Temas em Psicologia**. v.6, n. 2, p. 87-103.1989. Disponível em <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v6n2/v6n2a02.pdf>>. Acesso em 13 / nov./ 2013.

CAMARANO, A. A.; EL GHAOURI, S. K. **Famílias com idosos: ninhos vazios?**vol. 95, p. 1-20, Ipea, 2003.

CAMPOS, M. T. F. S.; MONTEIRO, J. B. R.; ORNELAS, A. P. R. C. Fatores que afetam o consumo alimentar ea nutrição do idoso; Factors that affect the aged people food intake and nutrition. **Rev. Nutr.** V.13, n.3, p.157-165, set.-dez. 2000.. Disponível em <<http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=LILACS&lang=p&nextAction=lnk&exprSearch=302198&indexSearch=ID>> Acesso 17/ nov./2013.

CALLIGARIS, C. (org.) O grande casamenteiro: questionamentos psicanalíticos sobre o que nos leva a casar. **O Laço conjugal**. Porto Alegre: Artes e Ofício, 2004. p. 11-23.

CAPITANINI, M. ES. Solidão na velhice: realidade ou mito. In NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**, v. 2, p. 69-80, 2000.

CARMELO, E. **Resiliência: a transformação como ferramenta para construir empresas de valor**. 3 ed. São Paulo: Gente, 2008.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. e cols. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar**. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

CARVALHO FILHO, B. J. **Marcas de família: travessias no tempo**. São Paulo: Annablume/ Fortaleza: Secretaria da Cultura e Desporto do Governo do Estado do Ceará, 2000.

CANAVARRO, M. C. **Relações afetivas e saúde mental**. Coimbra: Quarteto, 1999.

CECCONELLO, A. M.; KOLLER, S. H. Inserção ecológica na comunidade: uma proposta metodológica para o estudo de famílias em situações de risco. **Psicologia, Reflexão e Crítica**. n. 16, p. 515-524, 2003.

CENTRO LATINO-AMERICANO E DO CARIBE DE INFORMAÇÃO EM INFORMAÇÃO EM CIÊNCIAS DA SAÚDE: BIREME. **Sistema Latino-Americano e do Caribe de Informação em Ciências da Saúde: descrição do Sistema**. São Paulo, 1996. Disponível em: <<http://www.bireme.br>> Acesso em: 15/jul./2003.

CEZIMBRA, M. Desordem na família. **Jornal O Globo**, Rio de Janeiro, 23 março de 2003, Jornal da Família, p.1.

CERVENY, C. M. O (Org.). **Família e Comunicação, Divórcio, Mudança, Resiliência, Deficiência, Lei, Bioética, Doença, Religião e Drogadição**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004.

_____.SOUZA, M. T. S. Resiliência psicológica: revisão da literatura e análise da produção científica. **Interamerican Journal of Psychology**, v. 40, n. 1, p. 119-126, 2006.

CERVENY, C. M. O.;BERTHOUD, C. M.**Família e ciclo vital: nossa realidade em pesquisa**. Casa do Psicólogo, 1997.

_____.**Visitando a família ao longo do ciclo vital**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002.

CHAMON, E. M. Q. O.; MORAES, P. M. A representação social do risco em atividades potencialmente perigosas. **Temas em Psicologia**, v. 19, n. 1, p. 243-252, 2011.

COLES, R. **Filhos éticos e responsáveis**. Rio de Janeiro: Campus, 2005.

CORSO, D. L.; CORSO, M. **Fadas no divã: psicanálise nas histórias infantis**. Porto Alegre, 2006.

COSTA, M. E. **Novos encontros de amor: amizade, amor e sexualidade na Adolescência**. Porto: Edinter, 1998.

COSTA, M. E. **Intervenções psicológicas em transições familiares: divórcio, monoparentalidade e recasamento**. Porto: Edições Asa, 1994.

CYRULNIK, B. **O murmúrio dos Fantasmas**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

_____. **Falar de Amor a Beira do Abismo**. Martins Fontes, 2006

DEZORZI, L. W. **Diálogos sobre espiritualidade no processo de cuidar de si e do outro para a enfermagem em terapia intensiva**. Dissertação de Mestrado em Enfermagem, da Escola de Enfermagem da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

DESSEN, M. A.; JUNIOR, A. L. C. **A ciência do Desenvolvimento Humano Tendências Atuais e Perspectivas Futuras**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DESSEN, M. A.; POLONIA, A. C. A Família e a Escola como contextos de desenvolvimento humano. **Paideia**. 2007. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/paideia/v17n36/v17n36a03.pdf>> Acesso em 07/set./2013.

DESSEN, M. A.; GUEDEA, M.T. **A ciência do desenvolvimento humano: ajustando o foco de análise**. **Paidéia**, v. 15, n. 30, p. 11-20, 2005.

DIEHL, J. A.; WAGNER, A. **A família em cena**. Petrópolis: Vozes, 2002.

DINIZ, G. **The interaction between work, gender-roles and marriage-family dilemmas in dual career and dual worker couples**. Tese de doutorado em Psicologia, United States International University, San Diego, CA, 1993.

DINIZ, M. H. **Dicionário jurídico: A-C**. São Paulo: Saraiva, 2008.

DSM IV. **Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders**. Disponível em <<http://virtualpsy.locaweb.com.br/dsm.php?ltr=D>>. Acesso em 19/ nov./2013.

DUARTE, R.I. S. **Do amor e do desamor: variedades de experiências de ruptura e reparação e, regulação de necessidades na aliança amorosa de casais.**

Mestrado Integrado em Psicologia. Secção de Psicologia Clínica e da Saúde.

Universidade de Lisboa, 2012. Disponível em

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7823/1/ulfpie0043044_tm.pdf>. Acesso em 14/nov./ 2013.

DOR, M. E. Relações interpessoais na família: contribuição para uma análise filosófica das relações familiares. In PETRINI, J. C.; MOREIRA, L. V. C.; ALCANTARA, M. A. R. (orgs). **Família XXI: entre pós-modernidade e cristianismo.** São Paulo: Companhia das Letras, 2003. p. 45-58.

DRIGOTAS, S. M.; RUSBULT, C. E. Should I stay or should I go? A dependence model of breakups. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 62, n. 1, p. 62, 1992.

DUARTE, R. I. **Do amor e do desamor.** Mestrado Integrado em Psicologia. Secção de Psicologia Clínica e da Saúde. Universidade de Lisboa. Núcleo de Psicoterapia Cognitiva-Comportamental e Integrativa, 2012. Disponível em

<http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/7823/1/ulfpie0043044_tm.pdf>. Acesso em 17/nov./ 2013.

DUARTE, N. **Família.** Disponível em:

<http://pensador.uol.com.br/autor/noelio_duarte/>. Acesso 15/ out./2013.

DUSKA, R.; WHELAN, M. **O Desenvolvimento Moral na Idade Evolutiva: um Guia a Piaget e Kohlberg.** São Paulo: Loyola, 1994.

ENRIQUEZ, E. Perda do trabalho, perda da identidade. **Relações de trabalho contemporâneas**, 1999. Disponível em

<http://www.anpad.org.br/diversos/trabalhos/EnANPAD/enanpad_1999/RH/1999_RH_10.pdf> Acesso 12/fev./2014.

FÉRES-CARNEIRO, T. **Terapia de Casal: ruptura ou manutenção do Casamento?** Temas em Psicologia. v. 2, n. 2, agosto de 1994, Pontifícia

Universidade Católica do Rio de Janeiro. Disponível em:

<http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413-389X1994000200005&script=sci_arttext> Acesso em 30/mai./2012.

Família: diagnóstico e terapia. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

_____. Casamento contemporâneo: o difícil convívio da individualidade com a conjugalidade. **Psicologia: reflexão e Crítica.** v. 11. n° 2, p. 379-394, 1998.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-79721998000200014&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/ mai./2012.

Família e casal: arranjos e demandas contemporâneas. São Paulo: Loyola, 2003.

_____.; DINIZ NETO, O. Construção e dissolução da conjugalidade: padrões relacionais. **Paidéia.** v. 20, n° 46, p. 269-278, agosto 2010, Ribeirão Preto.

Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-863X2010000200014&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/ mai./2012._____.

(Org.) **Casal e Família: conjugalidade, parentalidade e psicoterapia**. Itatiba: Casa Psi, 2011.

FERREIRA, A. B. H. **Novo Aurélio: o dicionário do Século XXI**. São Paulo: Nova Fronteira, 1999.

FERREIRA, S. M. G.; LIMA, G. E. Família: novas formas-novos conceitos. **Revista jurídica UEMG**, p. 92. Disponível em <<http://www.uemgfrutal.org.br/downloads/revistajuridica1.pdf#page=92>>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

FIGUEIREDO, M. H. J. S.; DA SILVA, M. M. F. P.; DA SILVA, L. W. S.; DE OLIVEIRA, P.D. C. M.. Ciclo vital da família e envelhecimento: contextos e desafios. **Revista Temática Kairós Gerontologia**. p. 11-22, junho 2011, São Paulo. Disponível em: <<http://revistas.pucsp.br/index.php/kairos/article/view/6483/4700>> Acesso em: 30 de maio de 2012. FLACH, F. **Resiliência: a arte de ser flexível**. São Paulo: Saraiva, 1991.

FLICK, U. **Qualidade na pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FLECK, M. P. A. LOUZADA, S.; XAVIER, M. ; CHACHAMOVICH, E.; VIEIRA, G.; SANTOS, L.; PINZON, V. Aplicação da versão em português do instrumento de avaliação de qualidade de vida da Organização Mundial da Saúde (WHOQOL-100). **Rev Saúde Pública**, v. 33, n. 2, p. 198-205, 1999.

FOLEY, V. D. **Introdução a terapia familiar**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

FONAGY, P. STEELE, M.; STEELE, H.; HIGGITT, A.; TARGET, M. The Emanuel Miller Memorial Lecture 1992 The Theory and Practice of Resilience. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**. V. 35. n.2 p.231-237, 1994.

FRAMO, J. L. Uma abordagem transgeracional a terapia de casal, a terapia familiar e a terapia individual. In: ANDOLFI, M. (Org.) **A crise do casal: uma perspectiva sistêmico-relacional**. p. 73-78. Porto Alegre: Artmed, 2002.

FREITAS, N. K. **Luto materno e psicoterapia breve**. São Paulo: Summus Editorial, 2000.

FURLANETO, E. C. Interdisciplinaridade: um conhecimento construído nas fronteiras. **International Studies on Law and Education**. CEMOrOc-Feusp. Vol 8. Maio-agosto 2011.

FUJIOKA, T. R. **Solidão na Relação Conjugal: Um Estudo Fenomenológico**. 2009. 204. Dissertação de Mestrado em Psicologia. Coordenação do Mestrado em Psicologia. Universidade Católica de Goiás. Goiânia: 2009. Disponível em: <http://tede.biblioteca.ucg.br/tde_busca/arquivo.php?codArquivo=774>. Acesso em: 18/set/2013.

GARMEZY, N; RUTTER, M. **Stress, coping and development in children**. McGraw-Hill, Nova York, 1988.

GIBBS, G. **Análise de dados qualitativos**. Coleção Pesquisa Qualitativa coordenada por Uwe Flick. Porto Alegre: Artmed, 2009.

GIDDENS, A. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Unesp, 1990.

GODOY, A. S. Pesquisa qualitativa: tipos fundamentais. **Revista de administração de empresas**, v. 35, n. 3, p. 20-29, 1995.

GOLDENBERG, M. **Infel: notas de uma antropóloga**. Rio de Janeiro: Record. 2006.

GOLDENBERG, M. Dois é par: uma referência fundamental nos estudos de gênero e conjugalidade nas camadas médias urbanas brasileiras. **Physis**. v. 15, nº 2, p. 359-363, 2005. Disponível em:
<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-73312005000200010&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/mai./2012.

GOMES, O. **Direito de Família**. 11. ed. Rio de Janeiro: Forense, 1998. p. 35.

GROTBERG, E. H. Introdução: novas tendências em resiliência. In A. MELILLO & E. N. S. OJEDA, **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

GUANAES, C.; JAPUR, M. Construcionismo social e metapsicologia: um diálogo sobre o conceito de self. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 135-143, 2003.

GUARESCHI, P. **Psicologia Social Crítica como prática de libertação**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004.

HALL, S. **A Identidade Cultural na Pós- Modernidade**. 11 ed. Rio de Janeiro: DP & A, 2006.

HAWLEY, D. R.; DEHAAN, L. Toward a definition of family resilience integrating life-span and family perspectives. **Family Process**, v.35, p. 283-298. 1996.

HAZAN, C.; SHAVER, P. Romantic Love conceptualized as an attachment process. **Journal of personality and social psychology**.52, p. 511 – 524, 1987.

HEILBORN, M. L. **Dois é par: gênero e identidade sexual em contexto igualitário**. Garamond, 2004.

HELLER, P. E.; WOOD, B. The process of intimacy: Similarity, understanding and gender. **Journal of Marital and Family therapy**, v. 24, n. 3, p. 273-288, 1998.

IMBER-BLACK, E.; ROBERTS, J. **Rituals for our times: Celebrating, healing, and changing our lives and our relationships**. Jason Aronson, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010 - Resultados do universo**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>> Acesso em: 21/mai./2012.

INFANTE, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In: MELILLO, A; OJEDA, E. N. S. e colaboradores. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005. p. 23-38.

JABLONSKI, B. A difícil extinção do Boçalossauro. In: NOLASCO, S. (Org.) **A desconstrução do Masculino**. Rio de Janeiro: Rocco, 1995.p. 156-165

_____.; FÉRES-CARNEIRO, T. Papéis conjugais: conflito e transição. **Relação amorosa, casamento, separação e terapia de casal**, v. 1, p. 113-123, 1996.

_____. **Até que a vida nos separe: a crise do casamento contemporâneo**. 2 ed. Rio de Janeiro: Editora Agir, 1998. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1413389X1994000200007&script=sci_art_text> Acesso em: 30/mai./2012

_____. (org.) **Afinal, o que quer um casal?** Programa de Pós-Graduação PUC. Rio de Janeiro: Editora Loyola, 2003. Disponível em: <<http://bernardojablonski.com/pdfs/producao/afinal.pdf>>. Acesso em: 30/ mai./ 2012.

_____. **O cotidiano do casamento contemporâneo: a difícil conflitiva divisão de tarefas e responsabilidades entre homens e mulheres**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

JANNUZZI, P. M; BAENINGER, R. Qualificação Socioeconômica e Demográfica das Classes da Escala Abipeme. **Revista de Administração**. v. 31, nº 3, p. 82-90, julho/setembro 1996, São Paulo.

JONCKEERE, P. **La conjugalité – Le nouveau défiamoureux**. Paris: L’Hamattan. 2000.

KARNEY, B. R.; BRADBURY, T. N. Assessing Longitudinal change in marriage: An introduction to the analysis of growth curves. *Journal of Marriage and the Family*, 1995.

KAUFMANN, P. **Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KAYO, E. K.; FAMÁ, R. Dificuldades financeiras, custos de agência e o instituto jurídico da concordata. **Caderno de Pesquisas em Administração**, v. 1, n. 3, p. 78-93, 2010.

KERR, M. E.; BOWEN, M. **Family evolution: an approach based on Bowen theory**. New York: W. W. Norton & Company, 1988.

KOLLER, S. H. (org.) **Ecologia do Desenvolvimento Humano: Conversando com Bronfenbrener**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. p. 43-50.

_____. **Ecologia do Desenvolvimento Humano: Pesquisa e intervenção no Brasil**. 1 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. P.54.

KOVÁCS, M. J.(COORD). **Morte e desenvolvimento humano**. 5 ed.São Paulo: Casa do Psicólogo, 2008.

KREBS, R. J; COPETTI, F.; BELTRAME, T. S. **Uma Releitura de Urie Bronfenbrenner: A Teoria dos Sistemas Ecológicos** In R. J. Krebs (Org.). Santa Maria/RS: Kinesis, 1997.

LAURELL, A. C. A saúde-doença como processo social. **Rev. Mex. Cienc. Pol. Soc**, v. 84, p. 131-157, 1976.

LEONI, C. R. S. J.; TOLLER, P. A. Como eu quero. In: TOLLER, P. **Acústico MTV**.Universal Music, 2002. CD.

LIMA, D. Depressão e doença bipolar na infância e adolescência. **Jornal de Pediatria**, v. 80, n. 2, p. 11-20, 2004.

LISBÔA, M. L.; CREPALDI, M. A. Ritual de despedida em familiares de pacientes com prognóstico reservado. **Paidéia (Ribeirão Preto)**, v. 13, n. 25, p. 97-109, 2003.

LIPOVETSKY, G. **A sociedade da decepção**. Barueri: Manole Ltda, 2007.

LÔBO, P. **Direito Civil: família**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2009. p.5.

LOPARIC, Z. A Teoria Winnicotiana do Amadurecimento Pessoal. **Infanto – Revista Neuropsiquiatria da Inf. e Adoles**. 7. Supl. 1, p. 8-41, 1999. Disponível em <http://www.centrowinnicott.com.br/winnicott_eprint/uploads/bb27bd8c-b42e-1e06.pdf>Acesso em 13/nov./2013.

LUTHAR, S. S.; CICHETTI, D.; BECKER, B. The construct of resilience: A critical evaluation and guidelines for future work. **Child development**, v. 71, n. 3, p. 543-562, 2000.

LUTHAR, S; CUSHING, G. **Measurement Issues in the Empirical Study of Resilience**.New York, Plenum Publishers, 1999.

MACHADO, J. P. **Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa**, v.1. Editora Confluência. Universidade do Texas 1967-2007.

MACHADO, L. M. **Satisfação e Insatisfação no Casamento: os dois lados de uma mesma moeda?** Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Mestrado Área de Concentração: Psicologia Aplicada. Faculdade Federal de Uberlândia. Uberlândia/MG, 2007. Disponível em:

<http://www.webposgrad.propp.ufu.br/ppg/producao_anexos/014_Dissertacao%20LUCIANE%20MEDEIROS%20MACHADO.pdf> Acesso em: 30 de maio de 2012.

MAGALHÃES, A. S; FÉRES-CARNEIRO, T. A. Conjugalidade na Série Identificatória: experiência amorosa e recriação do eu. **Pulsional: Revista de Psicanálise**. v. XVI, nº 176, p. 41-50, dezembro de 2003. Disponível em: <http://www.editoraescuta.com.br/pulsional/176_05.pdf>. Acesso em: 30 de maio de 2012.

MANZINI, E. J. **Entrevista Semi-estruturada: análise de objetivos e roteiros**. Revista Eletrônica de Pós Graduados em Sociologia Política da UFSC (Santa Catarina) Disponível em:<<http://www.sepq.org.br/llsipeq/anais/pdf/gt3/04.pdf>> .Acesso em 25/ abr/2013.

MARTINS, Marília. Nos anos 90 a revolução foi feita dentro de casa. **Jornal O Globo**; 25 de julho de 2004, Jornal da Família, p. 17.

MASTEN, A. **Ordinary magic: Resilience processes in development**. American Psychologist, 2001.

MEAD, G. H. **Espiritu, persona y sociedad: desde el punto de vista del conductismo social** .Barcelona: Paidós. (Trabalho original publicado em 1982).

MELILLO, A.; OJEDA, E. N. S. e colaboradores. **Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas**. Porto Alegre: Artmed, 2005.

MELO e SILVA, B. G. Avaliação da qualidade de vida e interação familiar em idosos institucionalizados. Tese de Mestrado Universidade Católica de Pernambuco. 2013. Disponível em <http://www.unicap.br/tede/tde_arquivos/1/TDE-2013-08-20T150235Z-585/Publico/bruno_gilberto_melo_silva.pdf>. Acesso em 31/ out./2013.

MENDONÇA, M. E. A teoria do amadurecimento pessoal de D. W. Winnicott e a fisioterapia Série 2, vol. 3, n. 1/2, ano 2008 p. 73-102.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. A transição para o casamento em casais coabitantes e em casais não-coabitantes. **Revista brasileira de crescimento e desenvolvimento humano**, v. 17, n. 1, p. 52-63, 2007.

_____. (ORG). DESLANDES, S. F; NETO, O. C.; GOMES, R. **Pesquisa Social teoria método e criatividade**. 28 ed. São Paulo: Editora Vozes, 2009.

_____. **Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade.** Disponível em <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao>>. Acesso em 30/mai./ 2013.

MORAGAS, R. **Gerontologia social: envelhecimento e qualidade de vida.** São Paulo: Paulinas, 1997.

MENEZES, C. C.; LOPES, R. C. S. Relação conjugal na transição para a parentalidade: gestação até dezoito meses do bebê. **Psico-USF**, v. 12, n. 1, p. 83-93, 2007.

MICHAELIS. **Dicionário de Português On-line.** 2009. Disponível em <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em 12 de novembro de 2013.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 4 ed. São Paulo: Hucitec, 1996.

MINUCHIN, S. **Famílias: funcionamento e tratamento.** Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

MORIN, E. **Introdução ao Pensamento Complexo.** 2 ed. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MORH, R. Reflexões na lagoa dourada. Em P. PEGGY (Org.) **Casais em perigo: novas diretrizes para terapeutas.** (p. 323-344). Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 2002.

MOSCOVICI, S. **La psychanalyse: son image et son public.** Presses universitaires de France, 1976.

NARCISO, I; RIBEIRO, M. T. **Olhares sobre a conjugalidade.** Lisboa: Coisas de Ler, 2009.

NERI, A. L. Envelhecimento e qualidade de vida na mulher. **Gerontologia**, v. 9, n. 1, p. 6-13, 2001.

NETTO, M. P. **Gerontologia: a velhice e o envelhecimento em visão globalizada.** São Paulo: Atheneu, 2005. p. 313-323.

NICCOLÓ, A. O modelo psicanalítico de funcionamento de casal. In ANDOLFI, M. **O casal em crise.** São Paulo: Summus Editorial, 1995, p. 75-90.

NICHOLS, P. M.; SCHWARTZ, R. C. **Terapia familiar: conceitos e métodos.** 7 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2007.

NOGUEIRA, O. **Família e comunidade.** Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1962.

NUNES, V. M. A. MENEZES, R. M. P.; ALCHIERI, J. C. Avaliação da qualidade de vida em idosos institucionalizados no município de Natal, Estado do Rio Grande do Norte. **Acta Scientiarum. Health Science**, Maringá, v. 32, n.2, 2010. p.119-126.

OLTRAMARI, L. C. Amor e conjugalidade na contemporaneidade: uma revisão de literatura. **Psicologia em Estudo**. v. 14, nº 4, p.669-677, dezembro 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-73722009000400007&lng=pt&nrm=iso> Acesso em: 28/mai./2012.

OLIVEIRA, P. B. **A mulher atual e a representação da maternidade**. Mestrado em Psicologia Clínica, Universidade Católica de Pernambuco, 2007. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?cod Arquivo=114>. Acesso em: 13/ nov./2013.

PALUDO, S. S.; KOLLER, S. H. Psicologia positiva: uma nova abordagem para antigas questões. **Paidéia**, v. 17, n. 36, p. 9-20, 2007.

PAPERO, D. V. A teoria dos sistemas familiares de Bowen. In **Panorama das terapias familiares**. Vol1. São Paulo: Sumus. p. 71-100. 1998.

PARKER, R. G. **Corpos, prazeres e paixões: a cultura sexual no Brasil contemporâneo**. São Paulo: Best Seller/Abril Cultural, 1991.

PEBLEY, A R.; RUDKIN, L. L. Grandparents caring grandchildren. What do we know? **Journal of Family Issues**, v.25, n.98,p. 1026-1049, 1999.

PENNA, F. B.; SANTO, F. H. O movimento das emoções na vida dos idosos: um estudo com um grupo da terceira idade. **Revista eletrônica de enfermagem**, v. 8, n. 1, 2006.

PENNA, T. L. M. Dinâmica Psicossocial de Famílias de Pacientes com Câncer. In MELLO FILHO, J.e BIRD, M. (org). **Doença e Família**, cap. 23. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004, pp. 379- 38.

PENSO, M. A.; COSTA, L. F. **A transmissão geracional em diferentes contextos da pesquisa a intervenção**. São Paulo: Summus Editorial, 2008.

PERLIN, G.; DINIZ, G. **Casais que trabalham e são felizes: mito ou realidade?** 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-56652005000200002&lng=en&nrm=iso&tlng=pt>. Acesso em: 13/nov./ 2013.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da história**. São Paulo: Edusc, 2005.

PINHO, M. X.; CUSTÓDIO, O.; MAKDISSE, M. Incidência de depressão e fatores associados em idosos residentes na comunidade: revisão de literatura. **Rev Bras Geriatr Gerontol**, v. 12, n. 1, p. 123-40, 2009. Disponível em: < http://www.crde-unati.uerj.br/img_tse/v12n1/pdf/art_10.pdf >. Acesso em 28/ nov./2013.

POLETTO, M.; KOLLER, S. H. Resiliência: uma perspectiva conceitual e histórica. DELL'AGLIO, D. D.; KOLLER, S. H.; YUNES, M. A. M. (Orgs). **Resiliência e**

Psicologia positiva: interfaces do risco à proteção. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006.

PRETTO, Z.; MAHEIRIE, K.; TONELI, M. J. F. Um olhar sobre o amor no ocidente. **Psicologia em Estudo**, v. 14, n. 2, p. 395-403, 2009.

REIS, H; PATRICK, B. Attachment and intimacy: component processes. In E. T. HIGGINS e A. KRUGLANSKI (Eds.), **Social Psychology: handbook on basic principles**, chichester, wiley.1997.

RELVAS, A. R. **O ciclo vital da família.** Perspectiva sistêmica. Porto: Afrontamento, 2000.

RIQUE, J.; CAMINO, C. P. S. O perdão interpessoal em relação a variáveis psicossociais e demográficas. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, v. 23, n. 3, p. 525-532, 2010.

ROCHA-COUTINHO, M. L. **Tecendopor trás dos panos: A mulher brasileira nas relações familiares.** Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

_____. Dos contos de fadas aos super heróis: mulheres e homens brasileiros reconfiguram identidades. **Psicologia Clínica**, v.12, n.2, 2000. p.65 – 82.

ROCHA, N.S.; PANZINI, R.G.; SILVEIRA, J.; Fleck, M.P.A. - Desenvolvimento do módulo para avaliar espiritualidade, religiosidade e crenças pessoais do WHOQOL (WHOQOL-SRPB). In: Fleck, M.P.A. (Org.) **A avaliação da qualidade de vida em saúde: desenvolvimentos e aplicações do WHOQOL.** Artes Médicas, Porto Alegre, no prelo.

ROESE, A. Cuidado terapêutico e espiritual: a abordagem de trabalho com grupos. Revista **Caminhando**, v. 15, n. 2, p. 156-167, jul/dez, 2010. Disponível em <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/CA/article/view/1919/2265>> Acesso em 25/nov./ 2013.

RODRIGUES, M.AYABE, N. H.; LUNARDELLI, M. C. F.; CANÊO, L. C. A preparação para a aposentadoria: o papel do psicólogo frente a essa questão. **Revista brasileira de orientação profissional**, v. 6, n. 1, p. 53-62, 2005. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1679-33902005000100006&script=sci_arttext&tlng=en>. Acesso em 29/ out./ 2013.

ROLLAND, J. S. Doença crônica e o ciclo de vida familiar. In CARTER; MCGOLDRICK. **As mudanças no ciclo de vida familiar: uma estrutura para a terapia familiar.** 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2001.

ROZA, G. **Acaso e repetição em psicanálise: uma introdução à teoria das pulsões.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

ROWE, J. F.; MEDEIROS, L. G. **Casamento Contemporâneo: a escolha de casais em não ter filhos**. Psicologia.pt, 2010 Disponível em < <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0232.pdf>> Acesso em: 12/set/2013.

RUTTER, M. Clinical Implications of Attachments Concepts: retrospect and prospect. **Journal of Child Psychology and Psychiatry**. 36, 549-557, 1995.

_____. Psychological resilience and protective mechanisms. **American Journal of Orthopsychiatry** 57, 316-331, 1987

RUSBULT, C.E.; ZEMBRODT, I. M.; GUNN, L. K. Exit, voice, loyalty, and neglect: Responses to dissatisfaction in romantic involvements. **Journal of Personality and Social Psychology**, v. 43, n. 6, p. 1230, 1982.

SAPIENZA, G.; PEDRONOMICO, M. R. M. Risco, proteção e resiliência do desenvolvimento da criança e do adolescente. **Revista Psicologia em Estudo**. Maringá: UMESP, v.10, n.2, p.209-216, mai-ago, 2005.

SATTLER, M. K.; ET AL. O ciclo de vida do casal. **Pensando Famílias**, v. 1, p. 41-47, 1999.

SANTANA, R. G.; LOPES, R. F. F. Aspectos conceituais do perdão no campo da psicologia. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 32, n. 3, p. 618-631, 2012.

SANTANA, M. M.; COSTA, M. N.; SANTANA, M. M.; REIS, P. P. **Até que a morte nos separe? A separação e o divórcio**. Universidade Luterana do Brasil. Campus Guaíba, 2008.

SARDINHA, A.; FALCONE, E. M. O.; FERREIRA, M. C. **As relações entre a satisfação conjugal e as habilidades sociais percebidas no cônjuge**. 2009. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/ptp/v25n3/a13v25n3.pdf>>. Acesso em: 13/nov./2013.

SCHAE, K. W.; WILLIS, S. L. Psychometric intelligence and aging. **Perspectives on cognitive change in adulthood and aging**. New York: McGraw Hill, p. 293-322, 1996.

SEGAL, Z. V. Appraisal of the self shema construct in cognitive models of depression. **Psychological Bulletin**, 103, p. 147 – 162.1998.

SILVA, J. L.; ALVES, L. F.; COELHO, M. R. Família em fase última. **Família e ciclo vital nossa realidade em pesquisa**, p. 123-147, 1997.

SILVA, M. M. C. **Vida profissional e familiar: padrões de conflito e facilitação na gestão de múltiplos papeis**. FPCEUP – Universidade do Porto, 2007.

SOLOMON, R. C. **Love: emotion myth and metaphor**. Nova Iorque: Prometheus Books, 1990.

SOMMERHALDER, C.; NOGUEIRA, E. J. As relações entre gerações. In NERI, A. L.; FREIRE, S. A. **E por falar em boa velhice**, Papirus, v. 2, p. 101-112, 2000.

SORROSAL, F. L. C. **Indenização por danos morais no término das relações conjugais**. 2003. Disponível < <http://www.ceglianeto.com.br/b2artigo2.htm> >. Acesso em: 13/nov./2013.

SOUZA, M. T. S.; CERVENY, C. M. O. **Resiliência: introdução à compreensão do conceito e suas implicações no campo da psicologia**. Revista ciências humanas, Taubaté, vol. 12. n.2, p 21-29, jun/dez, 2006.

STAFFORD, L.; DANTON, M.; HAAS, S. Measuring routine and strategic relational maintenance: Scale revision, sex versus gender roles, and the prediction of relational characteristics. **Communications Monographs**, v. 67, n. 3, p. 306-323, 2000.

STANLEY, S. M.; MARKMAN, H. J.; WHITTON, S. W. Communication, conflict, and commitment: Insights on the foundations of relationship success from a national survey. **Family process**, v. 41, n. 4, p. 659-675, 2002.

TAVARES, D. M. S., GUIDETTI, G. E, CARVALHO, B. & Saúde, M. I. B. M. Características sócio-demográficas, condições de saúde e utilização de serviços de saúde por idosos. **Revista Eletrônica de Enfermagem**, v.10, n.2, p.299-309, 2008.

TEIXEIRA, M. B. **Empoderamento de idosos em grupos direcionados à promoção da saúde**. Mestrado Fundação Oswaldo Cruz, Escola Nacional de Saúde Pública, 2002.

TEIXEIRA, M; *et al.* Estratégia de enfrentamento do cotidiano conjugal. **Psicologia e Reflexão**. n 14, ano 3, p. 635-642, 2010. Disponível em: <<http://redalyc.uaemex.mx/redalyc/src/inicio/ArtPdfRed.jsp?iCve=18814319>> Acesso em: 05/jun./2012.

TOLMAN, E. C. Comportamento e o homem psicológico: ensaios na motivação e aprendizagem. **Behaviorism e propósito**. 4. ed. Berkeley: University of California Press, 1966 [1925]. Cap. 4, p. 32-7.

TORRES, G. V., REIS, L. A., REIS, L. A.; FERNANDES, M. H. Qualidade de vida e fatores associados em idosos dependentes em uma cidade do interior do Nordeste. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**. N. 58, p. 39-44, 2009.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução a Pesquisa em ciências sociais**: A pesquisa qualitativa em educação. São Paulo. Atlas, 1987.

TURATO, E. R. **Tratado de metodologia da pesquisa clínico-qualitativa**. Petrópolis: Vozes, 2003.

VASCONCELLOS, M. J. E. **Pensamento Sistêmico: o novo paradigma da ciência**. 7 ed. Campinas: Papirus, 2003.

VASCONCELLOS, M. J. E. Pensamento sistêmico novo-paradigmático: Novo-paradigmático, por quê? In: Aun, J. G.; Vasconcellos, M. J. E. & Coelho, S. V. (Orgs.), **Atendimento de famílias e redes sociais: Fundamentos teóricos e epistemológicos** (p. 71-142). Belo Horizonte: Ophicina da Arte & Prosa, 2005.

VILELA, A. B. A., MEIRA, E. C., SOUZA, A. S., CARDOSO, I. S., Silva, E. L., & Takase, L. H. Perfil do familiar cuidador de idoso doente e/ou fragilizado do contexto sociocultural de Jequié/BA. **Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia**, v. 9, n. 1, p. 55-69, 2006.

VIORST, J. **Casamento para Toda Vida**. São Paulo: Melhoramentos, 2003.

WAGNER, A. **Como se perpetua a família? A transmissão dos Modelos Familiares**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2005.

WALSH, F. The concept of family resilience: Crisis and challenge. **Family Process**, 35 (Suppl. 3), 261-281, 1996.

_____. **Strengthening Family resilience**. New York: The Guilford Press, 1998.

_____. A family resilience framework: Innovative practice applications. **Family Relations**, v. 51, n. 2, p. 130-137, Wiley Online Library, 2002.

_____. Casais saudáveis e casais disfuncionais: qual a diferença? In ANDOLFI, M. **A crise do casal uma perspectiva sistêmico relacional**. Porto Alegre: ArtMed, 2002, p. 13-28.

_____. Crenças, espiritualidade e transcendência – chaves para a resiliência da família. In MCGOLDRICK, **Novas abordagens da terapia familiar: raça, cultura e gênero na prática clínica**. São Paulo: Roca. 2003. p. 72 – 89.

_____. **Fortalecendo a Resiliência Familiar**. São Paulo: Roca, 2005.

_____. Os desafios da resiliência familiar. **Revista do Instituto Humanitas Unisinos On Line**, n. 241. Ano VII, 2007. Disponível em <http://www.ihuonline.unisinos.br/index.php?option=com_content&view=article&id=1427&secao=241> Acesso em 12/dez./2013

WERNER E. E, JOHNSON J. L. Can we apply resilience? In: Glantz M, Johnson JL, editors. **Resilience and development: Positive life adaptations**. New York: Plenum Press; 1999. p. 259–268.

WEST, M. L.; SHELDON-KELLER, A. E. **Patterns of relating – an adult attachment perspective**. Nova Iorque: Guilford Press. 1994.

WILHELM, F. A; OLIVEIRA, M. P. de. Fatores Indicados por casais que facilitam ou impedem o relacionamento Conjugal Satisfatório. **Revista Caminhos, On-line, “Dossiê Humanidades”**, ano 2, nº 1, p. 173-186, janeiro-março de 2011. Disponível em: <<http://www.caminhos.unidavi.edu.br/wp-content/uploads/2011/08/Artigo10.pdf>> Acesso em: 28/mai./2012.

WHITAKER, C. A. As funções do casal. In ANDOLFI, M; ANGELO, C.; SACCU, C. **O casal em crise**, p. 21-28, Books.google, 1995. Disponível em < http://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=N8dSOI_ulkAC&oi=fnd&pg=PA21&dq=As+fun%C3%A7%C3%B5es+do+casal&ots=hTEZor66jL&sig=40OU6qk7WI6OX1piJ0dKdDELgM#v=onepage&q=As%20fun%C3%A7%C3%B5es%20do%20casal&f=false > Acesso em: 18/set/2013.

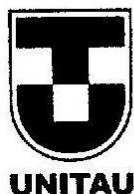
YUNES, M.A.M. **A questão triplamente convertida da resiliência em famílias de baixa renda**. Tese de Doutorado não publicada. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo, 2001.

_____. SZYMANSKI, H. Resiliência: noção, conceitos afins e considerações críticas. In **Resiliência e educação**. TAVARES, J. (Org.). São Paulo: Cortez, 2001.

_____. Entrevista reflexiva & grounded-theory: estratégias metodológicas para compreensão da resiliência em famílias. **Revista interamericana de psicologia. Interamerican journal of psychology**, v. 39, n. 3, p. 431-438, 2005.

ZAGURY, T. **O professor refém: para pais e professores entenderem por que fracassa a educação no Brasil**. Rio de Janeiro: Record, 2006.

ANEXO I – Aprovação Comitê de Ética em Pesquisa



Universidade de Taubaté

Autarquia Municipal de Regime Especial
Reconhecida pelo Dec. Fed. nº 78.924/76
Recredenciada pela portaria CEE/GP nº 30/03
CNPJ 45.176.153/0001 22

Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação

Comitê de Ética em Pesquisa

Endereço: Rua Visconde do Rio Branco, 210
Cidade Taubaté - SP CEP 12020-040
Telefones: 3625.4143 3635.1233
cep@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 306/12

Protocolo CEP/UNITAU nº 356/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto)

Projeto de Pesquisa: *O processo de resiliência nos laços conjugais uma análise ao longo do ciclo vital*

Pesquisador(a) Responsável: Mônica Maria Costa Morais Pereira

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião de **07/12/2012**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 196/96, considerou o Projeto acima **Aprovação**.

Taubaté, 10 de dezembro de 2012

A handwritten signature in black ink, appearing to read "M. D. Cocco", is written over a horizontal line.

Prof. Dra. Maria Doraes Alves Cocco

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO II – Aprovação da alteração do título da Dissertação pelo Comitê de Ética e Pesquisa



UNITAU

PRPPG-Pró-reitoria de Pesquisa e Pós-graduação
Comitê de ética em Pesquisa
Rua Visconde do Rio Branco, 210 Centro Taubaté-SP 12020-040
Tel.: (12) 3625.4143 – 3635.1233 Fax: (12) 3632.2947
cepunitau@unitau.br

DECLARAÇÃO Nº 002/2014

Registro CEP/UNITAU nº 356/12 (Esse número de registro deverá ser citado pelo pesquisador nas correspondências referentes a este projeto).

Pesquisador (a) Responsável: Mônica Maria Costa Morais Pereira

O Comitê de Ética em Pesquisa, em reunião ordinária de **14/03/2014**, e no uso das competências definidas na Resolução CNS/MS 466/12, considerou **Aprovada** a alteração do Título solicitada pelo autor, que passa a vigorar como: “Resiliência e Família: uma análise dos laços conjugais ao longo do ciclo vital”.

Taubaté, 14 de março de 2014

Prof. Dra. Maria Dolores Alves Cocco

Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade de Taubaté

ANEXO III – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

– Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

Você está sendo convidado (a) para participar, como voluntário (a) em uma pesquisa que está sendo conduzida por uma aluna do Mestrado em Desenvolvimento Humano, da Universidade de Taubaté (UNITAU). Após ser esclarecido (a) sobre as informações a seguir, no caso de aceitar fazer parte do estudo, assine ao final deste documento, que está em duas vias. Uma delas é sua e a outra é da pesquisadora responsável. Em caso de recusa, você não será penalizado (a) de forma alguma.

INFORMAÇÕES SOBRE A PESQUISA:

Título do Projeto: “Resiliência e Família: uma análise dos laços conjugais ao longo do ciclo vital”

Pesquisadora Responsável: Mônica Maria Costa Morais Pereira

Telefone para contato: (12) 3152-6904

Orientador (a) Responsável: Prof (ª). Dr.(ª) Marluce Auxiliadora Borges Glaus Leão

Trata-se de um estudo descritivo, com abordagem qualitativa, cujo objetivo é conhecer e compreender o processo de resiliência. Os dados serão coletados por meio do uso de uma entrevista (semiestruturada), na qual você terá que responder a questões abertas.

As informações serão gravadas em mídia digital, analisadas pela pesquisadora, que, após transcritas, serão destruídas. Todo material transcrito será guardado por cinco anos. O anonimato será assegurado em todo o processo de pesquisa e de divulgação dos dados e publicação em periódicos e/ou apresentação em eventos científicos. Os entrevistados terão o direito de retirar o consentimento a qualquer tempo. O material em seguida será analisado e essa participação dará a possibilidade de ampliar o conhecimento e compreensão de como as pessoas superam os desafios ao longo da vida no casamento, o que poderá contribuir para a construção de indicadores que alimentem ações de prevenção comunitárias e governamentais a todas as redes de auxílio e sustentação que contribuam para o desenvolvimento de atitudes resilientes do ponto de vista pessoal, fortalecendo os casais em seus desafios perante a vida. Os resultados da pesquisa podem ser encontrados em relatório na Biblioteca da UNITAU (Universidade de Taubaté) a partir de dezembro de 2013.

Mônica Maria Costa Morais Pereira _____

CONSENTIMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA PESSOA COMO SUJEITO

Eu, _____RG_____ e _____
 _____RG_____ abaixo assinado, concordo em participar do estudo “Resiliência e Família: uma análise dos laços conjugais ao longo do ciclo vital”, como sujeito. Informo que fui devidamente informado (a) e esclarecido (a) pela pesquisadora Mônica Maria Costa Morais Pereira sobre os objetivos da pesquisa, os procedimentos nela envolvidos, assim como os possíveis riscos e benefícios decorrentes de minha participação. E, ainda, foi-me garantido que posso retirar meu consentimento a qualquer momento, sem que isso leve a qualquer penalidade.

Lorena ____/____/____

Assinatura: _____

APÊNDICES

APÊNDICE I - Roteiro de Entrevista

Me conte sobre a vida a dois de vocês.

Houve situações difíceis neste período?

Como lidaram com elas?

O que os ajudou neste momento?

Fazendo um balanço, o que consideram que mais facilitou ou dificultou a vida a dois? Como e por quê?

APÊNDICE II – Distribuição da população brasileira por estado civil

CENSO de 2010, IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) de casamentos em relação à população da cidade do Vale do Paraíba paulista, no estado de São Paulo e no Brasil.

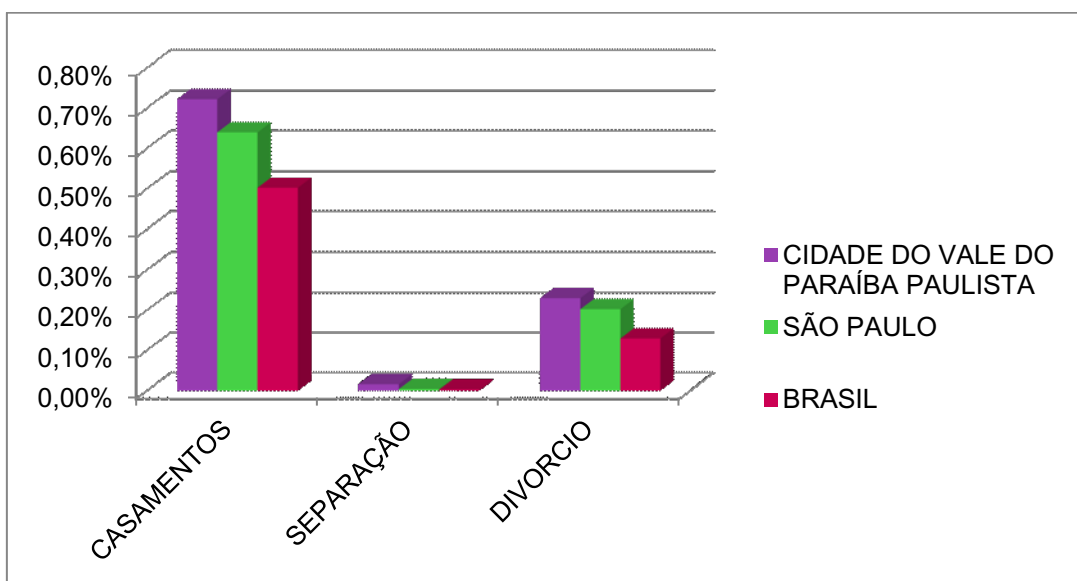


Figura 1. Distribuição da população em termos de separação e divórcios em relação ao número de casamentos, por cidade, estado e país.

Na cidade do Vale do Paraíba paulista, temos 82.537 habitantes e 597 casamentos que correspondem a 0,72% em relação à população. O número de separações e divórcios em relação ao casamento é respectivamente 14 (2,35%) e 191 (32,0%).

No estado de São Paulo, com uma população de 41.262.199, sendo 264.542 de casamentos e que correspondem a 0,64% em relação à população. As separações e divórcios em relação ao número de casamentos são respectivamente 1.925 (0,73%) e 84.111 (31,8%).

No Brasil, há uma população de 190.732.694, sendo 961.069 de casamentos, o que corresponde à 0,50% da população. As separações e divórcios em relação ao número de casamentos respectivamente são 6.790 (0,71%) e 249.776(26,0%)

APÊNDICE III – Subcategorias de proteção prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento

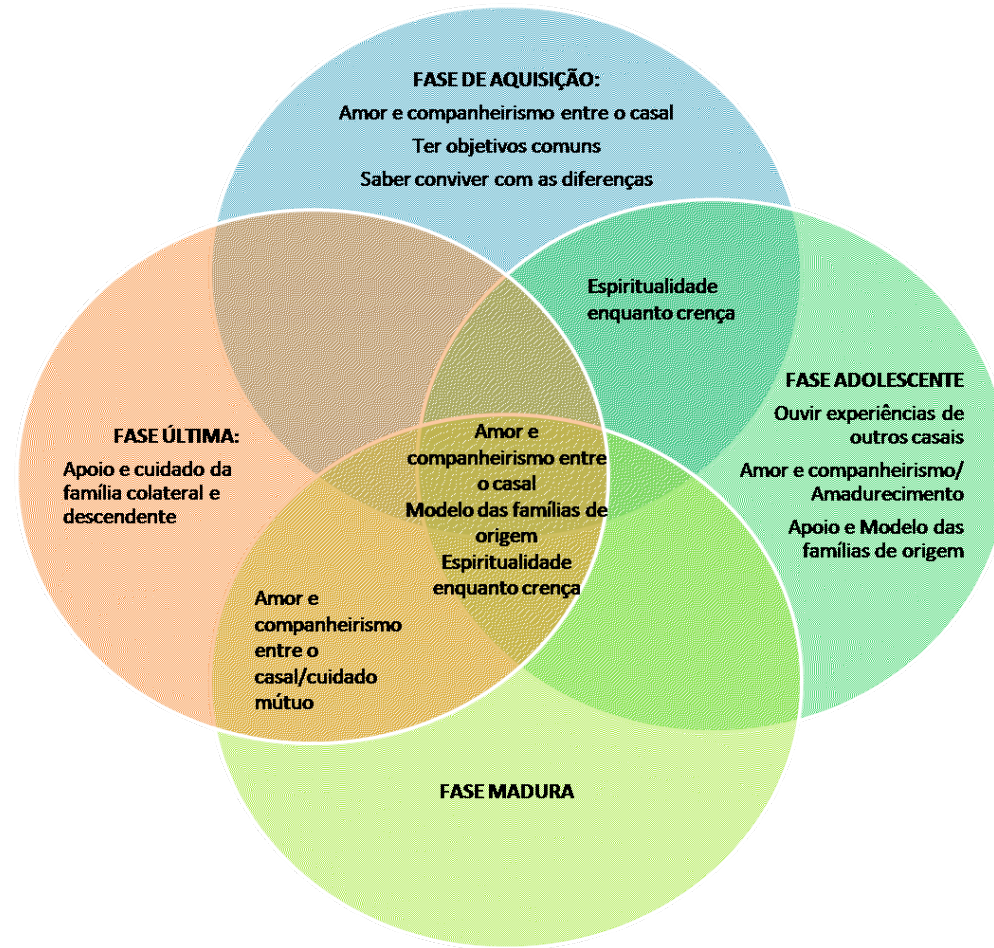


Figura 2. Subcategorias de proteção prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento

APÊNDICE IV – Subcategorias de risco prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento

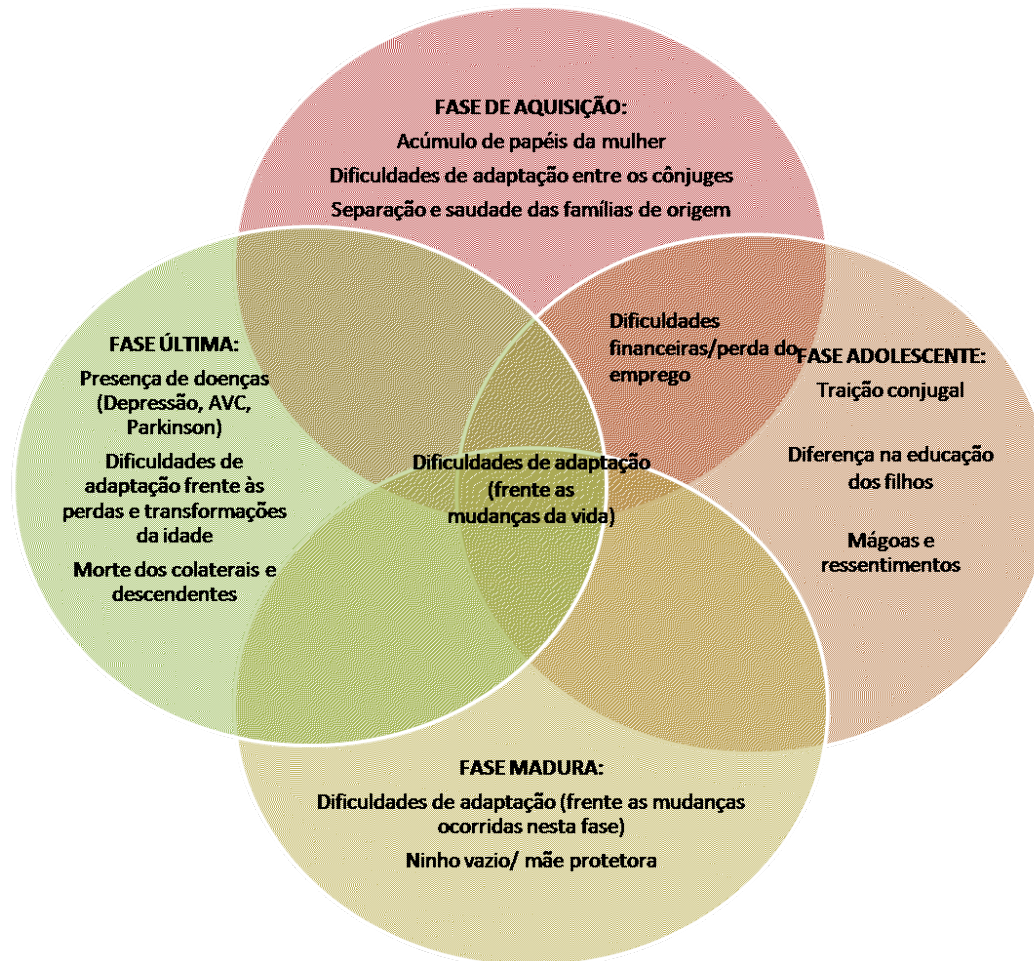


Figura 3. Subcategorias de riscos prevalentes nas fases do ciclo vital do casamento

APÊNDICE V – Estratégias de enfrentamento nas fases do ciclo vital do casamento

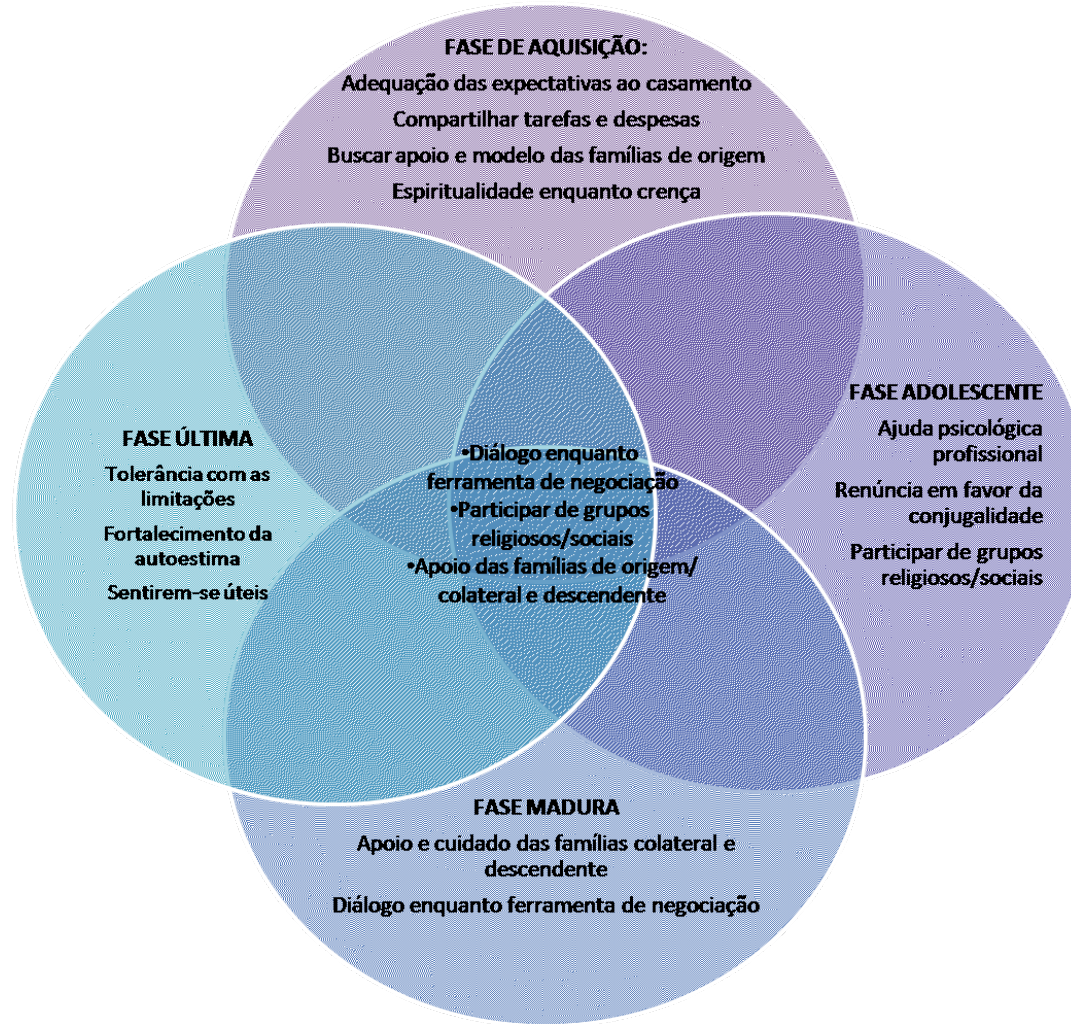


Figura 4 Estratégias de enfrentamento nas fases do ciclo vital do casamento

